

GUILHERME WEILER SILVEIRA

UMA ABORDAGEM LENINISTA SOBRE A TEORIA DO IMPERIALISMO TARDIO

Trabalho apresentado como monografia de
conclusão do curso de Ciências Econômicas da
FEA-USP

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Tarso Presgrave
Leite Soares

SÃO PAULO

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Silveira, Guilherme

UMA ABORDAGEM LENINISTA SOBRE A TEORIA DO IMPERIALISMO
TARDIO – São Paulo, 2022.

147 páginas

Área de concentração: Economia Geral

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares

1.Imperialismo; 2. Imperialismo Tardio; 3. Lênin;

Ao meu querido avô, Carlos
e a minha filha, Clarice.

AGRADECIMENTOS

Esta monografia sintetiza mais que um trabalho acadêmico, sendo o reflexo de relações que se estabeleceram entre mim e pessoas sem as quais não poderia ter desempenhado um trabalho tão duro ao longo de tempos tão conturbados que vivemos desde 2020.

Em primeiro, ao meu avô. Falecido neste ano de 2022, foi sempre bom companheiro e grande amigo. Teve papel central desde meus primeiros envolvimentos com as questões da “esquerda”, estando sempre curioso para as discussões sobre o marxismo; seu passado de metalúrgico não possibilitaria ser diferente. Suas piadas, sua marcante risada, seus conselhos e seu amor, inclusive em momentos duros, são alegres lembranças que carregarei para toda a vida. Seria enormemente prazeroso que pudéssemos discutir os frutos desta monografia.

Em segundo, ao professor orientador desta monografia. O papel deste ultrapassa as páginas deste trabalho. Suas críticas duras, ferozes, ácidas, serviram de motor para enfatizar aquilo que hoje o marxismo parece ter esquecido. Trouxeram-me vida, ímpeto e indignação. Suas aulas serviram para muito além da construção teórica, aflorando enorme admiração pela sua disposição, dedicação e conhecimento. A partir disso e de muitas lições aprendidas, saio desta Instituição um aluno melhor do que entrei. Guardo ótimas lembranças e um grande carinho por todo nosso caminho percorrido juntos.

Não poderia deixar de agradecer à minha mãe, à minha irmã e à minha namorada, por sempre estarem por mim mesmo quando eu não estava. Sempre me apoiando incondicionalmente e abdicando de momentos importantes pela minha necessidade de dedicação a este trabalho. São mulheres de grande fibra que me acompanham.

Por fim, agradeço a uma amizade que surge no contexto deste trabalho. O companheiro Thiago França me possibilitou enxergar questões fundamentais para este trabalho, encorajou muitas vezes e confortou outras, mesmo que não tenha conhecimento disso.

"Não há necessidade da crítica esclarecer este objeto frente a si mesma, pois dele já não se ocupa. Esta crítica não se conduz como um fim em si, mas, simplesmente, como um meio. **Seu sentimento essencial é a indignação**; sua tarefa essencial, a denúncia."

Karl Marx.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
RESUMO.....	8
1 INTRODUÇÃO	10
2 IMPERIALISMO TARDIO	18
2.1 IMPERIALISMO TARDIO: “ATUALIZAÇÃO” DA TEORIA CLÁSSICA	18
2.2 IMPERIALISMO TARDIO: “ARBITRAGEM LABORAL GLOBAL”	21
2.3 IMPERIALISMO TARDIO: “DEFLAÇÃO DA RENDA”	28
2.4 IMPERIALISMO TARDIO E CATÁSTROFE HUMANITÁRIA	31
2.4.1 Crise Ecológica	35
2.4.2 Crise Sanitária.....	36
2.4.3 Crise Estrutural.....	37
2.4.4 Síntese entre Imperialismo Tardio e Catástrofe Humanitária	38
3 “O LUGAR DO IMPERIALISMO NA HISTÓRIA”.....	41
3.1 MONOPOLIZAÇÃO E DECOMPOSIÇÃO.....	42
3.2 BANCOS, CAPITAL FINANCEIRO E PARASITISMO.....	52
3.3 EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS E PARTILHA DO MUNDO.....	68
3.4 IMPERIALISMO: GUERRA E TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO	84
4 CONTRA A TESE DO IMPERIALISMO COMO POLÍTICA.....	95
5 CONTRA A TESE DO IMPERIALISMO “SANGUE-SUGA”	116
6 CATÁSTROFE HUMANITÁRIA É O FIM DO CAPITALISMO?	128
7 CONCLUSÕES	142
8 REFERÊNCIAS.....	145

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – CAPA DO ÁLBUM “RASTILHO”, DE KIKO DINUCCI.....17

RESUMO

Esta monografia foi instigada a partir de (SOARES, 2021), com o objetivo único de retomar as argumentações de Lenin com relação ao imperialismo; as obras de Lenin (e, em especial, “O Imperialismo”) cumprem um papel central no entendimento da realidade atual, seja da perspectiva econômica, seja da perspectiva geopolítica, seja da perspectiva social, e, principalmente, da perspectiva revolucionária. A atualidade deste debate é especialmente demonstrada por (SOARES, 2021), apresentando reflexões sobre a obra de (LOSURDO, 2020).

Apesar de atual, o debate sobre imperialismo apresenta leituras equivocadas de Lenin; leituras que distanciam o debate dos pontos centrais: oligarquia financeira, aristocracia operária, opressão monopólica, parasitismo, exportação de capitais, partilha do mundo e a guerra indissociável desta **fase** do capitalismo. O campo de visão dos teóricos aqui tratados fogem destas questões. Evidenciam o Estado, a divisão internacional do trabalho, a superexploração de mais-valia, as “trocas desiguais”. Em suma: não possibilitam a crítica do imperialismo, mas sim uma continuação com roupagem aveludada, de ar científico.

Esta monografia tem o intuito, portanto, de reforçar o sentido de crítica presente em Marx¹: não se trata de uma reforma dos argumentos do adversário; não se trata de uma remediação, uma recomendação; a crítica é uma arma dirigida contra um inimigo que se deseja destruir. Esta destruição, porém, não advém de desejo pessoal, ou motivos particulares; ela surge da indignação. A indignação neste trabalho surge quando os autores aqui criticados dizem fazer uma atualização de Lenin. A indignação surge quando os autores aqui criticados dizem estar tratando de perspectivas para o socialismo, para o fim do imperialismo.

Tal como Lenin argumenta contra Kautsky, e contra o oportunismo da II internacional, aqui argumenta-se em favor de Lenin, em favor das suas teses e de suas consequências últimas; não como um exercício de adoração religiosa, mas sim como

¹ Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/critica/introducao.htm>

exercício de ortodoxia. Trata-se de uma leitura leninista das teses que supostamente se apresentam como sendo sua atualização.

1 INTRODUÇÃO

A principal obra que será utilizada neste trabalho é “O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, referida aqui como (LÊNIN, 2005). A leitura e o aprendizado desta obra, contudo, não foi tarefa simples, em especial para a mente científica do autor desta monografia, para a mente teórica enraizada. Isso se deve ao fato de o raciocínio e a explanação de Lenin não possuir a tentativa de modular a realidade, de encadear a causação dos fatos, de criar uma teoria geral de explicação do real, uma “regra geral” de funcionamento do imperialismo, estando preocupado com o completo oposto: com a destruição deste sistema. Para aqueles que foram ensinados a entender os acontecimentos a partir de cadeias de causação, é necessário um esforço redobrado, uma atenção redobrada, uma recolocação diante do problema. Lenin não expõe um ordenamento racional da história, mas sim uma “inteligibilidade do real”, conforme exposto em aula pública.² Essa forma, atualmente tão peculiar, de leitura, só foi possibilitada a partir da ortodoxia, implicando em uma questão fundamental que deve ser esclarecida previamente a leitura: por que falava Lenin em “fase superior” do capitalismo?

(SOARES, 2021, p. 233) nos apresenta o seguinte raciocínio:

Ele usou a expressão ‘fase superior’ para fugir da censura do Tzar. A fase imperialista do capitalismo é uma fase em que a desagregação do capitalismo está mais acentuada, mais avançada. Note-se. A fase superior não é a do capitalismo e sim a da degradação do capitalismo. A fase monopolista/imperialista é a antessala de um regime superior, é uma fase de transição para o socialismo

Mas é possível encontrar **exatamente isso** nas palavras do próprio, no prefácio de (LÊNIN, 2005, p. 7):

² Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCelvZG3HdnHxmoEVxFzKGiQ/videos> (vídeo 15)

É doloroso reler agora, nos dias de liberdade, as passagens da brochura mutiladas, comprimidas, apertadas num torno de ferro, com receio da censura czarista. Para dizer que o imperialismo é a véspera da revolução socialista, que o social-chauvinismo (socialismo de palavra e chauvinismo de fato) é uma completa traição ao socialismo, a completa passagem para o lado da burguesia, que essa cisão do movimento operário está relacionada com as condições objetivas do imperialismo etc., vi-me obrigado a recorrer a uma linguagem servil.

É notório nas bibliografias criticadas neste trabalho a ausência deste entendimento tão relativamente simples: o imperialismo é uma **fase do capitalismo**, é sua fase de decomposição, de agonia. A sua dinâmica se dá pelo monopólio, pela fusão do capital bancário com o capital industrial, criando uma oligarquia financeira sob a força do capital financeiro. Desta conjuntura, deste “fio condutor” que Lenin traça, a guerra torna-se a evidência deste novo estágio. É, portanto, um dos objetivos de Lenin demonstrar isso. (LÊNIN, 2005, p. 9):

No livrinho, prova-se que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagens e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das esferas de influência do capital financeiro etc.

Surpreende, mais uma vez, nos intelectuais criticados neste trabalho, a assunção de um imperialismo “pacífico”. O esforço de Lenin é justamente o contrário, é demonstrar que a guerra e o imperialismo são questões associadas, interligadas, por mais que se possa viver sob momentos relativamente pacíficos, isto é, de “paz armada”, pois sendo o imperialismo a fase monopólica do capitalismo, esta fase está encrustada de uma **opressão**, de uma **violência**, não só entre os grandes capitais (eventualmente), mas principalmente com a massa excluída do grande avanço técnico que esta fase também representa. Não é concebível, a partir de Lenin, derivar um imperialismo “pacífico”. (LÊNIN, 2005, p. 10):

*(...) os múltiplos laços capitalistas, mediante os quais esses empreendimentos se encontram ligados à propriedade privada dos meios de produção em geral, transformaram essa construção num instrumento para oprimir **milhões e milhões** de pessoas (nas colônias e semicolônias), quer dizer, mais da metade da população da Terra nos países dependentes e os escravos assalariados do capital nos países civilizados.*

Os intelectuais então recorrem à necessidade de “atualização” da teoria de Lenin. tratam este como se fosse um importante membro da cátedra que fez sua contribuição para com o pensamento científico, para com a “categoria” de imperialismo, mas que hoje encontra-se ultrapassado pela hegemonia norte-americana “pacífica”. Parece que falam de um cientista em lugar de um revolucionário. Fazem parecer que Lenin é discutido em todas as universidades de economia do Brasil, com a mesma “honra” que se discutem os grandes teóricos do capitalismo. Este trabalho se distancia completamente desta visão. Exalta-se aqui a visão do revolucionário, conforme (SOARES, 1992, p. 53) sintetiza uma passagem de (LÊNIN, 1979):

A essência do marxismo é ser uma teoria crítica e revolucionária. Seu objetivo é desnudar todas as formas de antagonismo e exploração na sociedade moderna, mostrar que a exploração a que o trabalhador está submetido resulta de um conjunto de relações de produção, mostrar a transitoriedade dessa sociedade e facilitar a luta do proletariado para acabar com a exploração a que está submetido.

Além de expor a guerra como guerra imperialista, além de demonstrar a passagem de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo, Lenin identifica no seio da classe operária uma corrente oportunista que cumpre o papel de enfraquecer o movimento dos trabalhadores, de amortecer a luta de classes, de tornar nebulosa a opressão crescentemente explicitada pelo monopólio. O segundo objetivo de (LÊNIN, 2005, p. 14), portanto, é denunciar a aristocracia operária:

*Essa camada de operários aburguesados ou de aristocracia operária, inteiramente pequenos burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal **apoio social (não-militar) da burguesia**. Porque são verdadeiros **agentes da burguesia** no seio do movimento **operário**, lugar-tenentes operários da classe dos capitalistas (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo.*

O debate com relação ao “reformismo” tem grande relevância neste trabalho. É importantíssimo notar que a possibilidade de reforma estatal (anti-imperialista) pressupõe que se tenha concebido um imperialismo como relação política, como artefato estatal (colocando este no centro do debate). Lenin apresenta o oposto: o que tem relevância no imperialismo é o capital financeiro, é a concentração do capital em níveis elevadíssimos, o que possibilita que estes capitais “joguem suas redes” em todas as esferas, inclusive possibilitando o surgimento de países credores internacionais, e países devedores.

Desse modo, este trabalho se organiza com base na leitura de (LÊNIN, 2005) feita por (WEFFORT, 2022, p. 204):

consiste numa teoria construída com o intuito de explicar duas questões referentes aos países imperialistas: a inevitabilidade da guerra e a formação de uma aristocracia operária.

Sendo assim, objetivou-se com esta monografia realizar o bom trabalho de cobrir os traços principais do imperialismo e endereçar a crítica à tese caracterizada como “imperialismo tardio”. Evidencia-se que o entendimento de Lenin sobre a fase monopolista do capitalismo comprehende muito melhor a realidade do que as supostas tentativas de atualização que serão apresentadas. Vale a pena utilizar a citação de (LUKÁCS, 1975 apud JÚNIOR, 2011, p.34) para enaltecer a grandiosidade da obra de Lenin:

[...] A superioridade de Lenine consiste nisto: ter sabido – [...] – ligar concreta e completamente a teoria econômica do

imperialismo a todos os problemas políticos da atualidade e fazer do conteúdo da economia, nesta nova fase, o fio condutor de todas as ações concretas do mundo assim organizado.

As teses que serão aqui criticadas possuem um traço em comum, bem resumido por (JÚNIOR, 2011, p. 100):

Entretanto, cabe ressaltar que a incontestável supremacia econômica, política e militar dos Estados Unidos no mundo capitalista inaugurou uma era de ‘paz’ entre as grandes potências mundiais que desarticulou os nexos entre imperialismo, barbárie e revolução dos tempos de Lênin. A ausência de guerras imperialistas não significa, por certo, o fim dos problemas do capitalismo. Embora o conteúdo e a forma do imperialismo tenham mudado, a necessidade e a possibilidade do socialismo como única resposta positiva ao avanço da barbárie capitalista – teses centrais da teoria do imperialismo de Lênin – permanecem mais atuais do que nunca, pois abundam as evidências de que a valorização desenfreada do capital ameaça o futuro da humanidade.

Isto é, vivemos hoje um imperialismo novo, cabendo aos “intelectuais” a **atualização da tese de Lenin**. A tese escrita em (LÊNIN, 2005) estaria desatualizada.

Em primeiro lugar, conforme explicita (FERNANDES, 2021), baseado em (MAGDOFF, 1978), estaria desatualizada pela hegemonia norte-americana, gerando uma dominância “pacífica”. Em segundo lugar, conforme apresenta (FERNANDES, 2021), pelo erro de previsão de Lenin ao afirmar que o imperialismo seria a “fase de decomposição do capitalismo”, demonstrando o “limite histórico” que Lenin estava sujeito. Em terceiro lugar, de acordo com (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021), pois a Guerra Mundial consistia numa crise “juvenil” do capitalismo.

Uma segunda tese que aqui será criticada é a que diz respeito à “arbitragem laboral global”. A existência de multinacionais, de cadeias globais de valor, e da superexploração de trabalho das nações periféricas, com baixos salários, caracterizaria uma base econômica distinta daquela que Lenin analisou. Na raiz do

argumento está o papel do Estado, isto é, o entendimento do imperialismo como uma política, bem como a relação do imperialismo como uma superexploração de mais-valia.

Uma terceira tese apresenta também o imperialismo como política, mas, ao invés da superexploração, trata-se de uma política de reforço da divisão internacional do trabalho, de criação de “bolsões de miséria” a fim de alimentar os países desenvolvidos. Novamente, há um papel central do Estado.

Uma quarta posição é a de (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021), que buscam articular os eventos percebidos por Lenin nas vésperas da guerra mundial com os eventos vivenciados atualmente devido à pandemia de COVID-19. A articulação se dá, porém, não no sentido das bases econômicas (para isso, dão voz ao imperialismo tardio), mas sim em termos da retórica leninista: “socialismo e barbárie”. Na opinião dos autores, o capitalismo globalizado promove progressivamente o colapso da humanidade.

Assim, teremos os seguintes capítulos:

No segundo capítulo será exposta a tese do imperialismo tardio, com as suas três principais vertentes conforme apresentada por (FERNANDES, 2021): (i) a necessidade de atualização da “teoria clássica”; (ii) o imperialismo como uma relação política e de superexploração dinamizada pela globalização; (iii) o imperialismo novamente como política, reforçando a divisão internacional do trabalho, promovendo a desindustrialização dos países periféricos. Além disso, será exposta a tese de “catástrofe ecológica”, que busca se valer da base econômica do imperialismo tardio, mas manter a retórica leninista. O leitor deve atentar, contudo, que a exposição dos argumentos não equivale à concordância com eles. Aliás, trata-se aqui do completo oposto.

No terceiro capítulo, será explicitado o “lugar histórico do capitalismo”, demonstrando que já no início do século XX o imperialismo já se encontrava consolidado e que, portanto, não se tratava de uma fase “não-madura” ou de “convulsão juvenil”. As estruturas atuais, que são apontadas como novidades pelas teses aqui criticadas (pela

“globalização”), não configuram novidade sobre a ótica leninista³. Além disso, demonstraremos que o imperialismo de acordo com Lenin, é a fase de decomposição do capitalismo, é sua fase agonizante, sendo a guerra sua consequência inevitável.

No quarto capítulo, será discutido o entendimento do imperialismo como política de Estado. Além de conflitar diretamente com o entendimento de que o imperialismo é a **fase** de decomposição do capitalismo, esta visão altera o foco da luta política leninista que deve ser empenhada contra o oportunismo, contra a aristocracia operária. É inevitável o paralelo do imperialismo “pacífico” dos EUA com o “ultra-imperialismo” de Kautsky. Portanto, resgataremos este debate.

No quinto capítulo, será discutido o argumento do imperialismo “sangue-suga”⁴. Será demonstrado que para Lenin, como FHC parece ter entendido muito bem⁵, o imperialismo não pressupõe a miséria, nem a “divisão internacional do trabalho”, nem uma relação de superexploração.

No sexto capítulo, destacaremos que utilizar da retórica de Lenin para “exaltar os ânimos revolucionários” com relação à crise ecológica não possui nenhum efeito que não o de negação das ideias de Lenin. Os autores promovem uma “análise geral” pautada na generalização da “humanidade”, parecem ignorar o caráter progressista do capitalismo e, por fim, derivam da contradição do capitalismo seu fim.

Encerra esta monografia um capítulo de conclusões.

³ Vale ver:<https://www.youtube.com/channel/UCelvZG3HdnHxmoEVxFzKGiQ/videos> (vídeo 14)

⁴ Expressão utilizada em (SOARES, 2004) e (SOARES, 2021).

⁵ Entendido, mas não referenciado, conforme expõe (SOARES, 2004). Vale, sobre isso ver: <https://www.youtube.com/watch?v=HqwxP7MeZ-U&t=227s>. Convém destacar que (FERNANDES, 2021, p. 78) apresenta o imperialismo tardio como novidade no Brasil. Em nota número 3, após comentar sobre as escolas da América Latina (em especial, a TMD), diz: “No entanto, nessas notas apresentaremos um breve balanço do debate fora da América Latina, ainda pouco conhecido nos meios progressistas do Brasil.”



FIGURA 1 – CAPA DO ÁLBUM “RASTILHO”, DE KIKO DINUCCI

2 IMPERIALISMO TARDIO

O ponto inicial deste trabalho é o artigo de (FERNANDES, 2021), publicado na Revista Fim do Mundo ao final de 2021. Nele o autor realiza o esforço de apresentar os debates atuais sobre o denominado “imperialismo tardio”, apresentando os diferentes autores que preenchem este debate. Focalizado na década de 2010, os autores contribuem majoritariamente para “Monthly Review”, que em seu volume 71 (de julho/agosto de 2019) dedicou-se a expor artigos de autores como Utsa Patnaik e Prabhat Patnaik, Samir Amin, Intan Suwandi, John Bellamy Foster, Harry Magdoff, João Pedro Stédile, entre outros.

Neste capítulo, serão evidenciados três visões principais sobre o imperialismo tardio:

- A teoria do imperialismo tardio como “atualização” da teoria do imperialismo de Clássico;
- A teoria do imperialismo tardio com base na “arbitragem laboral global”; e
- A teoria do imperialismo tardio com base na deflação de renda.

2.1 IMPERIALISMO TARDIO: “ATUALIZAÇÃO” DA TEORIA CLÁSSICA

(FERNANDES, 2021, p. 77) caracteriza o imperialismo tardio da seguinte forma:

(...), denominamos como **imperialismo tardio ou contemporâneo** (FOSTER, 2019) a atual configuração do sistema imperialista desde fins da década de 1970, isto é, o imperialismo na época madura do capitalismo sob dominância financeira e internacionalização produtiva.

O esforço inicial de estabelecer os novos moldes desse imperialismo “maduro” foi realizado por (MAGDOFF, 1978), associando a supremacia norte-americana, o ganho de relevância do complexo militar-industrial, e a força financeira. (FERNANDES, 2021, p. 78):

(MAGDOFF, 1978) foi um dos primeiros a identificar as novas morfologias do imperialismo pós-Segunda Guerra Mundial. Para o autor, a nova ordem imperialista liderada pelos EUA caracterizou-se pela contínua extensão dos interesses dos Estados Unidos em petróleo, mineração e manufaturas estrangeiras; extensão das bases militares, a

penetração das áreas pela ajuda militar e econômica incluindo o ingresso em antigas colônias que haviam sido reserva exclusiva das metrópoles e, principalmente, a internacionalização de uma complexa rede de bancos no exterior.

Do imperialismo não-maduro, isto é, do imperialismo clássico, existem na fase “madura”, “atual”, elementos de continuidade, bem como elementos de ruptura. (FERNANDES, 2021, p. 75) diz que, no conjunto de elementos de continuidade, tem-se a potencialização da:

(...) expansão do poder dos monopólios e dos grandes conglomerados econômicos na economia mundial (AMIN, 2005). A exportação, a concentração e a centralização de capitais ainda são a tônica num capitalismo realmente ‘globalizado’. O segundo se refere ao capital financeiro e o fenômeno da financeirização, cuja expansão e domínio na atualidade vão além do predomínio das instituições bancárias. Sendo assim, a aceleração da mundialização financeira nas últimas décadas do século XX, ao invés de diminuir as assimetrias entre os países centrais e periféricos, só as fez aumentar. O terceiro elemento é o papel hegemônico da oligarquia financeira através dos detentores de capitais portadores de juros e fictícios como a fração dirigente da classe capitalista internacional.

O quarto, não menos importante, é a tendência identificada por Lênin de que, no plano político, o imperialismo representa

a reação política contra os próprios avanços democráticos e civilizatórios historicamente conquistados (LÊNIN, 1986)⁶

Os elementos de ruptura, por sua vez, derivam do fato do imperialismo ser um fenômeno histórico, ressaltando-se o fato de “Lênin, num contexto de onda revolucionária, chegou a escrever que o imperialismo seria a fase de decomposição do capitalismo”⁷. Desta forma, o imperialismo “maduro” está associado ao pós Segunda Guerra Mundial e à supremacia norte-americana. Seus elementos centrais são: a mundialização da lei do valor e a dominância financeira, cujo efeito é uma nova contradição do capitalismo. (FERNANDES, 2021, p. 76):

A expansão do capitalismo monopolista e todo o seu complexo autocontraditório, conforme Baran e Sweezy já haviam identificado, geraram uma reconfiguração do sistema imperialista, em especial após a Segunda Guerra Mundial.

Essas mudanças, aliás, retroalimentam-se e articulam-se. A emergência da dominância financeira e da mundialização da lei do valor se deram centralmente por mudanças políticas e reorganização do aparelho de Estado no centro imperialista e na periferia. Essas mudanças fortaleceram uma nova contradição do desenvolvimento capitalista de nosso tempo: se por um lado há uma total liberdade para os capitais no mundo devido à ‘globalização produtiva e financeira’, os mercados de trabalho são gestados e limitados pela ação estatal.

⁶ Convém destacar a ausência desta referência na bibliografia do artigo. Há duas referências a Lenin: uma sobre a obra “O imperialismo”, de publicação em 2012 e outra “Sobre a tendência nascente do Economismo Imperialista”, com publicação referente a setembro de 1916.

⁷ (FERNANDES, 2021, p. 76)

Neste contexto, somado à constatação de que o capitalismo não se decompõe tal como Lenin afirmou, surge “no seio do pensamento crítico”⁸ dois focos de debates. (FERNANDES, 2021, p. 77):

[...] a primeira seria sobre a validade ou não da categoria de imperialismo para a melhor compreensão das desigualdades econômicas e de poder entre nações no capitalismo contemporâneo; a outra, mais complexa e muitas vezes complementar, é o esforço entre diferentes tradições para atualizar a teoria do imperialismo para o século XXI.

A tese apresentada acima será criticada especialmente no capítulo 3 deste trabalho. Demonstraremos que não há sentido em fundamentar na globalização uma base econômica imperialista diferente daquela evidenciada por (LÊNIN, 2005). Ainda mais: não faz sentido dizer que o imperialismo de Lênin era um imperialismo não maduro, um “capitalismo juvenil”, ainda mais se se pretende a “atualização” da tese de Lenin, demonstrando completo desconhecimento do que ele chamou de imperialismo (**fase superior do capitalismo**). Ficará evidente o equívoco dos autores no que tentam chamar de capital financeiro, ou de “financeirização”, mostrando que para Lenin a ideia não é a dominação do capital industrial pelo capital bancário, e sim a fusão destes capitais. Ficará nítido, portanto, que a “necessidade de atualização” foi realizada sob uma leitura completamente equivocada de Lenin e que as bases do imperialismo atual persistem nas caracterizações elaboradas por ele.

2.2 IMPERIALISMO TARDIO: “ARBITRAGEM LABORAL GLOBAL”

(FERNANDES, 2021, p. 76 e 77):

A ‘arbitragem laboral global’ seria a base sócio-econômica do tardo imperialismo. Sumariamente, para autores como Smith, Suwandi ou Amin, a globalização das cadeias produtivas se

⁸ (FERNANDES, 2021) página 77.

efetiva através da ‘desigualdade’ na exploração da força de trabalho no mundo. Essa desigualdade na exploração do trabalho é fundamental para se efetivar maiores extrações de mais-valor, assim como, no campo político, impor uma nova correlação de forças desfavorável aos trabalhadores do ‘norte’ e no ‘sul global’.

John Smith é um dos destaques da Monthly Review, justamente por desenvolver este conceito descrito acima. Aliás, foi agraciado com o prêmio Paul Baran e Paul Sweezy (os dois fundadores da Monthly Review) pela “originalidade ao desenvolver a economia política do imperialismo”⁹. A centralidade de sua teoria é a relação norte x sul, uma relação pautada na superexploração do sul, possibilitada pela supressão da livre movimentação do trabalho. Esta nova relação teria seu surgimento associado ao fenômeno da globalização. (FERNANDES, 2021, p. 80):

[...] este último estágio do desenvolvimento capitalista tem gerado um apartheid global, no qual as ‘nações do sul’ tornaram-se reservas de trabalho para a superexploração pelos capitalistas do ‘norte’. A supressão do livre movimento internacional do trabalho é a base de um vasto sistema de racismo, opressão nacional, humilhação cultural, militarismo e violência estatal que o imperialismo impõe aos povos proletarizados do mundo.

Não há dúvidas de que isso já tinha seus desenvolvimentos iniciais em Samir Amin. (FERNANDES, 2021, p. 95):

Segundo ele [Samir Amin], haveria uma transição da tendência de apropriação imperialista das trocas desiguais para um outro tipo, hegemonizado pelo capital transnacional

⁹ (FERNANDES, 2021) página 79.

e tendo como principal mecanismo de transferência de valor a desigualdade nas taxas de exploração do trabalho.

O capital transnacional ganha mobilidade internacional, se internacionaliza, enquanto o trabalho não possui tal mobilidade. Dessa forma, a nova contradição desse imperialismo é desenvolvida a partir da “mundialização da lei do valor”. (FERNANDES, 2021, p. 96):

Amin tentou alinhar uma reflexão sobre o imperialismo como um mecanismo contínuo da acumulação capitalista que perpetua as desigualdades entre os países do ‘norte’ e ‘sul’ global. (...) o processo de globalização universaliza a mobilidade de capitais e de mercadorias, mas não do trabalho. Nesse sentido, uma das grandes ousadias intelectuais de Amin foi propor-se a formular a mundialização da lei do valor.

E qual seria a causa desse processo de globalização que excluiria o sul do desenvolvimento do capitalismo, mantendo a sua posição de explorado? **As instituições. A instabilidade democrática** nos países periféricos seria uma condição de manutenção da desigualdade. (FERNANDES, 2021, p. 96):

Ao contrário dos países do ‘norte’, onde existiria estabilidade e democracias liberais, na periferia a ação imperialista gera instabilidades e pactos sociais frágeis e explosivos, a fim de resguardar a desigualdade da exploração que se expressa no intercâmbio desigual de mercadorias na economia mundial.

Portanto, o que John Smith realizou foi instituir uma base “econômica” para essa relação. Note-se que é uma relação pautada na própria estrutura da economia imperialista tardia. Isto é, Smith derivaria sua teoria das leis econômicas, em especial da lei do valor. Ele cria, a partir dela, a “dimensão concreta da exploração”. (SMITH, 2010 apud FERNANDES, 2021, p. 81 e 82):

Se a jornada de trabalho compreende duas partes, o tempo de trabalho necessário (o tempo que um trabalhador leva para criar valor igual ao que ele/ela consome) e o tempo de trabalho excedente (o gasto na produção de valor excedente

para o capitalista), a taxa de exploração é a razão entre eles, e a superexploração significa uma taxa mais alta de exploração do que a taxa interna média de exploração predominante nas economias imperialistas. Esta tese argumenta que as diferenças salariais internacionais fornecem um reflexo distorcido das diferenças internacionais na taxa de exploração; e que os capitalistas do norte, de maneiras a explorar essas diferenças, podem aumentar seus lucros ao realocarem a produção para nações onde a taxa de exploração é maior do que a média, ou seja, onde a mão de obra viva pode ser superexplorada.

Dois são os focos de debate para Smith: um comprehende os neoclássicos e a teoria de que as diferenças salariais se dão pela produtividade do trabalho (menor nos países do sul). (FERNANDES, 2021, p. 82):

O foco da crítica smithiana é a perspectiva dos economistas neoclássicos, os quais sustentam que as diferenças salariais entre países ‘desenvolvidos’ e ‘subdesenvolvidos’ seriam devido aos diferentes graus de produtividade entre os trabalhadores. (...) Smith afirma que a chave dos lucros do imperialismo nos últimos quarenta anos está na emergência de um enorme proletariado dos ‘países do sul’.

O outro foco corresponde aos “marxistas do norte”, que defendem que a exploração dos trabalhadores do norte é maior, dada a mais elevada técnica, isto é, a elevada composição orgânica do capital.¹⁰ (FERNANDES, 2021, p. 82):

¹⁰ Cabe ressaltar (FERNANDES, 2021, p. 82, nota 9): “*Tal argumento tradicional entre intelectuais marxistas reside que, diante do maior desenvolvimento das forças produtivas nos países centrais, os trabalhadores desses países produziriam relativamente e proporcionalmente uma escala maior de valores apropriados pelos capitalistas.*”

O pesquisador britânico também critica os ‘marxistas do norte’ porque, ao debaterem a queda tendencial da taxa de lucro, não a relacionam com as diferentes taxas de exploração. Para refutar a máxima de que os trabalhadores do norte seriam mais explorados devido à maior produtividade de seus trabalhos, Smith questiona a confusão gerada por dados como o ‘PIB’ e ‘valor agregado’. [...] O produto interno bruto (PIB) esconde o fato de que muito do valor, por exemplo, do PIB dos EUA, não é o valor criado pelos trabalhadores norte-americanos, mas é capturado, através da exploração multinacional e preços de transferência, dos lucros criados a partir da exploração dos trabalhadores do Sul.

Essa “captura” de valores, por sua vez, só é possível a partir do que Samir Amin denominou de “mundialização da lei do valor”, isto é, a partir da **internacionalização do capital**, da globalização. (FERNANDES, 2021, p. 83):

Smith também problematiza a questão dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e a tese de que o capital estaria evitando os países subdesenvolvidos. Segundo o autor, há que se observar a qualidade dos investimentos estrangeiros: enquanto nos países imperialistas há a prevalência dos investimentos não produtivos (financeiros), na periferia predominam os investimentos industriais e/ou de curto prazo em busca de rápida valorização. Além disso, o IED camufla os casos de terceirização que são uma das tônica do processo de globalização produtiva.

Continuando na linha da globalização e da superexploração, a socióloga Intan Suwandi encerra o grupo principal de autores que baseiam o imperialismo tardio nesses parâmetros. O foco de sua pesquisa são as “cadeias globais de valor”. (FERNANDES, 2021, p. 84):

Suwandi, em seu livro ‘Value Chains: the new economic imperialism’ (2019), aponta como o fenômeno da deslocalização da produção industrial (offshoring) representa

a intensificação da lógica de transferência de valor, lucros e maiores taxas de exploração na relação entre países imperialistas e periféricos. Seu argumento reside na afirmação de que a economia mundial não pode ser analisada como um conjunto de economias nacionais agregadas, mas como uma complexa totalidade formada por múltiplas cadeias produtivas transnacionais. (...). Essas cadeias de commodities podem ser vistas como presas ao centro da economia mundial, conectando a produção, localizada principalmente no ‘sul global’.

Em uma citação direta da autora, Fernandes explicita no que se baseia sua concepção do novo imperialismo, do imperialismo maduro: a restrição de mobilidade do trabalho possibilita que os países da periferia sejam bolsões de mão de obra barata, a qual é **impiedosamente explorada** pelas multinacionais oligopolistas. (SUWANDI, 2019 apud FERNANDES, 2021, p. 86):

No final, essas observações sugerem que as cadeias de valor do trabalho, como parte da reestruturação da economia mundial impulsionada pelo imperativo da acumulação de capital, são imperialistas em suas características: a própria realidade capturada pelo conceito de arbitragem global do trabalho, dentro das finanças globais. Cadeias de valor de trabalho envolvem uma forma de troca desigual baseada em uma hierarquia mundial de salários, na qual o capital global (empresas sediadas no Norte global) captura valor do Sul por meio da sobre-exploração ou superexploração da mão de obra dos trabalhadores que fabricam os bens. Em essência, mais trabalho é obtido por menos custos. Multinacionais oligopolistas gigantes tiram vantagem dos custos unitários de

trabalho¹¹ diferenciados dentro de um sistema imperialista de ‘valor mundial’; elas controlam grande parte do mercado mundial por meio de suas operações internacionais, e o fato de que o capital pode se mover com muito mais liberdade do que o trabalho (seu movimento é restrito por fatores como políticas de imigração) permite que as multinacionais tirem proveito das imensas diferenças de preços de trabalho em nível global

As teses, no fim, se encaixam: o fenômeno da mundialização da lei do valor, o fenômeno da globalização, é a internacionalização produtiva por meio das cadeias globais de valor, com o papel central das multinacionais oligopolistas. Essas cadeias se beneficiam da restrição à mobilidade do trabalho para praticar a “arbitragem laboral global” a fim de obterem mais produtividade a menor custo. Essa relação se encerra, portanto, num único conceito: cadeias de valor trabalho, compreendendo todo o desenvolvimento esboçado neste subcapítulo. (FERNANDES, 2021, p. 87) conclui:

O arcabouço das cadeias de valor do trabalho é uma tentativa da autora para fornecer uma interpretação sobre a ‘globalização produtiva’ como uma nova forma de imperialismo econômico, representado pela prática da arbitragem do trabalho global.

A tese acima exposta será especialmente criticada no capítulo 4 deste trabalho. Ali, será demonstrado que a força central do argumento de Lenin não se direciona ao Estado, mas sim à aristocracia operária. Será explicitado que a instabilidade de democracias, e instabilidade políticas e econômicas no geral não são causa do

¹¹ (FERNANDES, 2021, p. 85, nota 11): “O CUT pode ser definido como nível salarial médio ponderado pela produtividade de algum país (estado, região, setor). Dessa forma, quanto maior o CUT, menor a ‘competitividade’ de uma determinada região, setor ou país. O CUT aumenta se o salário cresce acima da produtividade, ao passo que irá cair se esta superar o crescimento do salário.”

imperialismo, mas sim consequência da nova fase que o capitalismo atinge, aprofundando-se as desigualdades em decorrência dos monopólios e da violência, opressão e dominação (parasitismo) características dessa forma monopólica. Demonstra-se que, para Lenin, no Imperialismo, o monopólio estatal se entrelaça ao monopólio privado, não constituindo uma saída ao imperialismo. Por fim, evidencia-se que a superexploração não tem nada de novo, já sendo debatida e criticada inclusive por (CARDOSO e FALETTO, 1970). As análises de (WEFFORT, 2022) e (LÊNIN, 2005) encerram o capítulo, caracterizando a tese de FHC de burguesa e a do Imperialismo Tardio de oportunista.

2.3 IMPERIALISMO TARDIO: “DEFLAÇÃO DA RENDA”

A tese de que o imperialismo “maduro” seria fundamentado por mecanismos de deflação da renda apresenta um enfoque dado à força monetária dos países centrais, em especial dos EUA, com relação aos países agrícolas. Esta foça, possibilitada pelos mecanismos de deflação da renda nestes países, teria o papel de reforçar uma divisão internacional do trabalho. (FERNANDES, 2021, p. 91):

O fenômeno da ofensiva imperialista, através da ‘globalização’, redesenhou o papel desse continente na divisão social do trabalho internacional. Países, até então, com grandes aparatos produtivos industriais, como Brasil e Argentina, sofrem com o processo de reprimarização econômica, com grande parte da força de trabalho ‘empurrada’ para a informalidade, a fuga de capitais e grande vulnerabilidade externa convertendo esses países em grandes plataformas de valorização financeira de capitais fictícios de curto prazo.

Nota-se, portanto, a relação entre **desindustrialização** e **imperialismo**. (FERNANDES, 2021, p. 91):

Nos países imperialistas, a chamada desindustrialização se relaciona com o domínio tecnológico nas cadeias globais de valor-trabalho e dos mercados financeiros por parte dos capitais sediados nesses países. Enquanto, no ‘sul global’, especialmente na América Latina, a ‘desindustrialização’ se

remete ao processo de intensificação da inserção subordinada desses países na divisão internacional do trabalho, a partir da especialização de suas pautas exportadoras através do extrativismo, mineração e commodities.

Com isso, apesar de não excluir uma relação de dominação pautada na superexploração do trabalho dos países periféricos, o argumento de deflação da renda desses países como fundamento do imperialismo expõe outro tipo de relação, fundamentada com países agroexportadores. Além disso, há uma relação diferente: se a tese de superexploração não excluía a industrialização do país dominado, a tese apresentada agora associa a nova fase do imperialismo com o processo de **desindustrialização**.

De acordo com o exposto por (FERNANDES, 2021, p. 93), o principal expoente desta tese é o casal Patnaik (Utsa e Prabhat):

Segundo os Patnaik, os ‘países metropolitanos’ dependem de uma série de produtos tropicais, não produzidos a contento nos países centrais, para a cesta básica dos seus trabalhadores. Esses produtos tropicais sofreriam um aumento crescente da oferta e, nesse sentido, o imperialismo atuaria, principalmente, através da deflação da renda para reduzir a demanda agregada na periferia e a manutenção do valor do dinheiro em prol dos países imperialistas.

Portanto, a centralidade é: **mecanismos de deflação da renda**. Mais uma vez, a **política possui um papel importante**. É através de políticas direcionadas para esse fim que acaba por se produzir, na periferia, gigantescos “bolsões de fome”. (FERNANDES, 2021, p. 93):

Os Patnaik buscam relacionar o imperialismo contemporâneo com o processo de expropriação contínua de pequenos agricultores, a geopolítica da fome nos países periféricos/dependentes e a austeridade como política econômica nos Estados periféricos. A deflação na renda

garante os baixos preços dos produtos tropicais, a tendência ao subconsumo nas ex-colônias e a estagnação econômica.

Uma primeira questão, que possibilita a força monetária dos países centrais, é a **baixa remuneração nos países periféricos**. Estes constituiriam um exército de reserva com finalidade distinta do exército de reserva presente nas economias desenvolvidas, tendo como principal finalidade a manutenção de preços baixos para os produtos primários. (FERNANDES, 2021, p. 93):

[...] há uma diferença qualitativa entre os dois exércitos de reserva. O localizado na metrópole pode ser estritamente chamado exército de reserva, enquanto o localizado na periferia possui o papel de disciplinar os trabalhadores diretamente empregados pelo capital na metrópole, nivelar por baixo os salários e ainda regular os preços dos produtos tropicais.

Outra questão seria a **política de austeridade**, associada à captura do Estado pelo capital financeiro, que teria como resultado a deflação da renda nacional nos países agroexportadores. (FERNANDES, 2021, p. 93):

Outro mecanismo estrutural de deflação da renda são as políticas de austeridade e a conversão dos Estado nacionais em protetorados do grande capital financeiro. A deflação da renda e a formação de uma reserva mundial de trabalho para os países metropolitanos acabam por ocasionar a exploração de verdadeiros bolsões de fome e miséria nos países periféricos.

O domínio do dólar sintetiza esses mecanismos, representa a nova forma de imposição da relação imperialista, versus os antigos modelos coloniais. (FERNANDES, 2021, p. 94)

O domínio do dólar veio a substituir os mecanismos de deflação utilizados pelo colonialismo, como a imposição a uma inserção complementar na divisão internacional do trabalho e o sistema de tributos nas colônias em benefícios das metrópoles. Além de apresentarem argumentos de que a

hegemonia do dólar permite aos EUA terem déficits na balança de pagamentos a fim de sustentarem o seu enorme aparato militar, os Patnaik apontam a relação entre a hierarquização monetária e as classes dominantes da periferia. (...), uma das principais formas de acúmulo de riquezas das elites periféricas é através de moeda estrangeira, em especial o dólar, por sua estabilidade. O caráter complementar das economias ex-coloniais e as instabilidades financeiras acabam também por intensificar a deflação na renda das massas populares nesses países.

A crítica à tese acima exposta será especialmente endereçada no capítulo 5. A crítica aí contida complementa a crítica do capítulo 4, no sentido que demonstra que não há atualidade alguma em afirmar o imperialismo como um reforço à divisão internacional do trabalho, à superexploração da mão de obra, isto é, de associar dependência ao subdesenvolvimento. Este debate já foi melhor tratado e avançado por (CARDOSO e FALETTO, 1970) e (CARDOSO, 1975). Será aproveitado este debate para apresentar similaridades surpreendentes entre a tese de FHC e Faletto e aquela presente em (LÊNIN, 2005).

2.4 IMPERIALISMO TARDIO E CATÁSTROFE HUMANITÁRIA

Convém destacar também neste trabalho uma tese que dialoga com as concepções do imperialismo tardio. Será exposto, aqui, o trabalho de (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021), sob o título de “A morte lhe cai bem”, publicado na mesma revista Fim do Mundo, em 2021.

A apresentação do trabalho já explicita as semelhanças: o imperialismo de Lenin, o imperialismo clássico, é um **capitalismo “juvenil”, “não maduro”, que gera (após a Primeira Guerra) o imperialismo.** (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 150 e 151):

O presente artigo busca examinar a relação entre a crise mundial, o desenvolvimento do imperialismo e as possibilidades abertas à transformação social em dois momentos críticos. No primeiro deles, o da crise que culminou com a Primeira Guerra Mundial, o capitalismo em uma

convulsão juvenil, como hoje talvez se possa chamá-la, suprassumiu sua crise, sem eliminar as contradições em sua base, dando força à força, criando o sistema imperialista por nós hoje conhecido e coroando, às custas da humanidade, o domínio do grande capital e a hegemonia estadunidense. [...] No segundo, aquele em que vivemos, a crise mantém suas ‘dimensões econômicas e geopolíticas’, a tensão bélica, o desrespeito à vida daqueles mais diretamente afetados pela ação do grande capital e dos interesses geopolíticos e a desconsideração com as condições de vida da massa do povo (sobretudo dos que vivem em países dependentes), mas acrescenta, com tons de dramaticidade, uma ‘dimensão ecológica que evidencia novamente a necessidade de superação do capitalismo sob pena de inviabilizar nossa própria existência.

Serão três aspectos enfatizados pelos autores para relacionar a “crise” vivida pelos autores clássicos do imperialismo: (i) a incorporação de regiões agrícolas, derivado de Kautsky; (ii) a “destruição de todos os pontos não capitalistas residuais no mundo”¹², derivado de Rosa Luxemburgo; e (iii) a concentração de capitais e a partilha do mundo, derivados de Lenin e Bukhárin. Convém enfatizar o aspecto central desta crise humanitária: ela acrescenta às tensões já existentes do imperialismo (à opressão já existente, à desconsideração pela “vida da massa”) a catástrofe humanitária, a inviabilidade da vida biológica, a partir da continuidade do capitalismo.

A associação da crise atualmente vivida (Covid-19) e a análise de Lenin é dada da seguinte forma em (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 155 e 156):

A vinculação estabelecida anteriormente entre trustes capitalistas nacionais e o acirramento explosivo da concorrência entre eles, mediado pela exportação de

¹² (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 153)

capitais, produzindo a partilha econômica do mundo e, então, exasperando as tensões geopolíticas, tem sua intrigante relação com a crise atual. As tentativas empíricas de atualizar, digamos assim, a caracterização do imperialismo oferecida por Lênin, ressaltam que o poder e a influência das corporações transacionais sobre a produção global é um traço típico do imperialismo atual (ENFU; BAOLIN, 2021; FUCHS, 2010). Além disso, a pandemia de Covid-19 exasperou a articulação produtiva entre Estados nacionais e seus grandes capitais, com o discurso da ‘segurança nacional’, amplificando um processo que vem sendo reconhecido pelas organizações multilaterais como relocalização industrial e regionalização (ENDERWICK; BUCKLEY, 2020).

Desse modo, tal como a tese do imperialismo tardio, os autores observam novas bases econômicas do sistema imperialista, que evidenciam a necessidade de “crítica” das teorias clássicas¹³. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 158):

Partindo das transformações da base econômica do capitalismo para chegar ao imperialismo enquanto desdobramento necessário desse modo de produção, uma necessidade violenta e autodestrutiva, a reflexão sobre o fim do mundo, pelas lentes das teorias clássicas do imperialismo, exige uma crítica radical.

A base argumentativa possui sua centralidade na valorização do capital. Isto é: o que conecta os dois períodos a serem analisados é a dinâmica de valorização do capital, mesmo que sob outras bases. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 160):

É disso que se trata quando o mundo do capital é posto em questão: tanto a guerra mundial representava para si uma

¹³ Vale rever o resumo desta monografia para lembrar que: crítica para Marx é uma destruição.

necessidade histórica, quanto a perda de vidas humanas durante a presente crise sanitária e a potencial destruição das condições de vida para grande parte da humanidade continuam a apresentar-se como necessárias diante dos imperativos de valorização.

Essas “novas bases” são as formas de estruturação do capitalismo, formas que mantém o fundamento imperialista de exploração da periferia e das tensões globais. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 158):

A estruturação da produção capitalista no plano mundial - o que compreende um amplo conjunto de reestruturações ocorrido durante esse século que separa os dois momentos históricos discutidos – também manteve atuantes os diversos mecanismos por meio dos quais parcelas do mais-valor refluxam continuamente em direção aos centros imperialistas, como têm demonstrado, por exemplo, os trabalhos de Leite (2017), Suwandi (2019) e Smith (2016). Mesmo as tensões geopolíticas, escamoteadas pela coalizão de interesses das potências imperialistas durante o período do pós-guerra e pelo desnível de poder no período posterior, nunca perderam sua importância dão sinais de que a qualquer momento podem voltar ao primeiro plano (WOOD, 2014; CORRÊA, 2020).

Se as bases são novas, se o capitalismo atual possui formas diferentes de atuação, por outro lado, há a necessidade de uma **saída retórica** para a crise vivenciada. É no campo do discurso, portanto, e **não na validade prática das teses dos imperialistas clássicos**, que os autores buscam o paralelo histórico. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 159):

[...], pretendemos ressaltar aqui um aspecto bem menos lembrado sobre o paralelo histórico que se pode estabelecer entre o momento da teoria da produção clássica do imperialismo e a contemporaneidade: o de que sua atualidade talvez não esteja na mera vigência de suas teses,

mas em sua urgência para articular uma resposta à crise que o capitalismo representava para toda a humanidade.

A crise atual se difere da crise anterior. A crise atual associa elementos ecológicos, sanitários e estruturais que colocam a humanidade num beco literalmente sem alternativas para sua reprodução enquanto espécie. A superação do capitalismo, para os autores, é (agora) a única alternativa possível.

2.4.1 Crise Ecológica

A crise ecológica se dá pura e simplesmente pela pressão sobre os recursos materiais do planeta. A lógica de valorização do capital implica numa expansão cada vez maior da produção a cada inovação produtiva, a fim de se manter as taxas de lucro. Como consequência, na dimensão material, há um crescente movimento de geração de resíduos, de demanda por matérias-primas etc. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 163):

Primeiro, lembremos que a elevação das forças produtivas implica uma diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção. Com isso, cai o valor de cada unidade do que é produzido. Pensando apenas nessa unidade, temos que, do ponto de vista do valor, houve uma contração. Do ponto de vista material, nada mudou. A unidade continua sendo produzida, o processo produtivo continua processando os mesmos volumes de matérias primas e materiais auxiliares e gerando os mesmos volumes de resíduos. Apenas o tempo de produção é pouparado. Já é evidente que o padrão de movimento da riqueza material não acompanha o padrão de movimento da riqueza enquanto valor. Do ponto de vista material, o mesmo objeto útil continua sendo produzido, a demanda material sobre recursos produzidos permanece a mesma e o impacto potencialmente poluente da atividade produtiva permanece o mesmo. Do ponto de vista do valor, tomada apenas a unidade produzida como objeto de análise, houve um recuo.

[...] para o total de unidades produzidas. Poderia esse total permanecer o mesmo, caso em que o impacto material da

produção permaneceria ao menos estacionário? Não. Como o valor da unidade produzida contraiu-se, a produção do mesmo número de unidades de antes implicaria uma soma total de valor menor do que antes. Assim, o capital garante as condições de sua reprodução expandida apenas se aumentar o número de unidades produzidas em proporção tal que compense a queda do valor de cada unidade e permita um aumento da soma total de valor produzida.

Desse ponto de vista, a introdução de novas tecnologias na produção, subordinada à lógica do valor, impõe a pressão crescente sobre planeta. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 164):

A magnitude da demanda material sobre recursos produtivos aumenta. O volume de resíduos da produção aumenta. Ou seja, do ponto de vista material, o movimento descrito pela produção presidida pelo capital é persistentemente crescente, ao contrário do padrão de movimento que vemos na dimensão de valor.

2.4.2 Crise Sanitária

Possui relação com a expansão sobre áreas rurais, isto é, áreas inexploradas até o momento. A expansão do capitalismo, anexando áreas antes desconhecidas pelo homem, afeta o equilíbrio ecológico existente, impulsionando novas frentes de contato com organismos biológicos, tais como vírus e bactérias. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 164):

Conforme Wallace (2016; 2020) e Malm (2020) nos mostram, ambientes selvagens são verdadeiros reservatórios de vírus em equilíbrio orgânico com seus hospedeiros. À medida que a devastação do solo provocada pela agropecuária capitalista vai exigindo a abertura de novas áreas de cultivo ou de pasto, a área de contato entre populações humanas e populações de animais silvestres se amplia e se torna mais porosa. Com isso, o risco de zoonoses aumenta na proporção direta em que esse contato se torna mais frequente. E uma vez ocorridas as zoonoses, é possível que o vírus provoque a

doença no novo hospedeiro, seja ele um ser humano, um animal doméstico ou um animal criado para abate

Opera-se, portanto, a associação entre a dinâmica intrínseca do capitalismo com a crise tratada. Estas questões não são superáveis por meio de políticas públicas. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 165):

O que temos aqui são traços do capitalismo contemporâneo que operam no sentido de elevar o risco de surtos de viroses e de transição de surtos a epidemias. Na medida em que a expansão da fronteira agrícola não é um mero desvio do curso normal – ou simples efeito colateral de políticas públicas mal concebidas, ou de leis frouxas -, a maneira como ela integra tais processos geradores de zoonoses, surtos e epidemias pode (e deve) ser rastreada à lógica mais essencial de funcionamento do sistema.

2.4.3 Crise Estrutural

A crise estrutural deriva da contradição do capitalismo em depender cada vez menos do trabalho para gerar a produção, mas mantém este como fundamento do valor. Conforme explicitaram (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 167), trata-se da:

[...] contradição fundamental do sistema, que impõe o desenvolvimento absoluto das forças produtivas (tornando o trabalho vivo crescentemente supérfluo) ao mesmo tempo em que mantém o trabalho como fundamento da forma social da riqueza, o valor.

Dessa tendência do capitalismo, tem-se naturalmente sua expansão necessária: é preciso garantir a extração de “mais-trabalho”. Dessa lógica necessariamente expansiva, é que os autores indicaram a limitação desta própria expansão, a limitação do imperialismo. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 168):

Mais uma vez nos voltando ao tema do imperialismo, também localizamos tendências a esgotamento. Do ponto de vista espacial/geográfico, quanto mais o capital lança seus tentáculos sobre o planeta, menos rincões inexplorados restam para serem colonizados. Do ponto de vista social,

quanto mais a lógica da produção mercantil se instala em (e se apodera de) todos os momentos da vida em sociedade, menos momentos permanecem ainda intocados.

Há a intensificação da sucção de trabalho vivo, um aprofundamento do capitalismo. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 168):

Neste ponto, é decisivo perceber que o paulatino esgotamento desse mecanismo de compensação não põe um freio ao movimento como um todo. Antes, ao contrário: a busca pela compensação da ausência relativamente crescente do trabalho vivo por meio da aceleração da sucção de trabalho vivo ocorre (e precisa ocorrer) de maneira ainda mais intensa, abrangente, ensandecida

2.4.4 Relação entre Imperialismo Tardio e Catástrofe Humanitária

A crise atual é dada pelo conjunto das três crises acima apresentadas, segundo (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021). Neste sentido, duas questões serão centrais para conectá-las: (i) as cadeias de valor e (ii) os “circuitos de valorização do capital fictício”. (FOSTER E SUWANDI, 2020 apud CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 169)

Essas cadeias de mercadorias conformam os principais circuitos materiais do capital globalmente, que constituem o fenômeno do imperialismo tardio, identificado com a ascensão generalizada do capital monopolista-financeiro. Nesse sistema, rendas imperiais exorbitantes advindas do controle da produção global são obtidas não apenas pela arbitragem global de trabalho – pela qual corporações multinacionais com matrizes no centro do sistema sobreexploram o trabalho industrial na periferia – mas, crescentemente, também pela arbitragem global de terra – na qual multinacionais do agronegócio expropriam terra barata (e trabalho) no Sul Global para produzir culturas exportáveis principalmente para o Norte Global.

O que define, portanto, a crise atual, é a forma de atuação apresentada anteriormente pela teoria do “imperialismo tardio”. A superexploração do trabalho é a tese de Smith; o desenvolvimento das cadeias globais de valor é a tese de Suwandi; a expropriação de terra e manutenção da divisão internacional do trabalho (“para produzir culturas exportáveis”) é a tese do casal Patnaik. Em resumo: trata-se da mesma tese, com o adicional da retórica de “fim do mundo” pautada na crise estrutural e a consequente expansão do capitalismo em busca de mais-valor a ser extraído.

Assim como Smith encontra a “dimensão concreta” da superexploração, (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 169) encontram a “materialidade” da crise atual:

O operador-chave, aqui, é a palavra material. Frequentemente, na pesquisa e no debate a respeito da globalização, a dimensão abstrata da riqueza e do movimento do capital é enfatizada. Raramente damos a devida atenção à contrapartida desse movimento em termos de recursos florestais, hídricos, minerais, químicos etc.

A materialidade se expressa também na crise sanitária. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 170):

[...] fica evidente que a hiperconexão material das atividades produtivas – fazendo com que a produção de uma mercadoria simples percorre inúmeros cantos do globo – opera como uma poderosíssima correia de transmissão de micro-organismos causadores de patologias ou dos próprios portadores dessas patologias. Dito de outro modo, opera como uma força que aumenta a probabilidade de conversão de surtos ou epidemias em pandemias.

E na crise estrutural. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 172):

“À medida em que as condições de extração de mais-trabalho se tornam cada vez mais rarefeitas em proporção à magnitude do capital que precisa ser valorizado, o metabolismo geral do sistema precisa encontrar meios de garantir que essas condições estejam atendidas. Isso, por um lado, impele à fuga para o capital fictício, como vimos. Tal

fuga cria, além do que já vimos, restrições monumentais para que a humanidade realize as transformações que seriam necessárias para suspender nossa influência ecológica disruptiva.

[...]

Mas a própria fuga para o capital fictício reforça, por outro lado, a necessidade de uma ‘saída’ paralela: garantir a qualquer custo que todas as oportunidades de extração de mais-trabalho ainda fora do alcance do capital sejam colocados ao alcance do capital.

A tese apresentada acima, neste último subitem do capítulo 2, será realizada especialmente no capítulo 6 desta monografia. Ali será demonstrado o caráter progressista que Lenin observa no capitalismo, fundamentado na superioridade da grande produção com relação à pequena, o que proporciona uma produtividade crescente, um crescimento mais por intensidade produtiva que por extensão de terras. Analisando a obra de (LÊNIN, 1988), e tendo como base o debate travado com Rosa Luxemburgo (exposto no capítulo 3), será enfatizado que a tese de “catástrofe humanitária” possui mais relação com a tese luxemburguista do que com a leninista. Para além disso, demonstraremos que os autores realizam uma crítica baseada no funcionamento “geral” do capitalismo, sem tomar por conta a especificidade do imperialismo, da sua fase monopólica. Disto derivam que o capitalismo (bem ao molde luxemburguista) irá consumir a humanidade (barbárie), caso não ocorra a revolução socialista. Para (LÊNIN, 2005), porém, a revolução é inevitável a partir do imperialismo, fase de agonia do capitalismo.

3 “O LUGAR DO IMPERIALISMO NA HISTÓRIA”¹⁴

Em (LÊNIN, 2005, p. 89) não resta dúvida sobre o fato de o imperialismo ser definido, ser constatado na história a partir da consolidação dos monopólios. Se fosse possível definir resumidamente o imperialismo, ele disse:

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo

Ou seja, o imperialismo está colocado a partir da consolidação dos monopólios capitalistas. **Esta consolidação está realizada em 1900**, sendo que a livre concorrência atinge seu ápice entre 1860 e 1870. A crise de 1873 já os conhece, correspondendo ao primeiro grande surto de cartéis, ainda que não representando um fenômeno dominante da economia capitalista; a partir de 1890 ganham corpo e a crise de 1900 a 1903 já os encontra consolidados, como regra na economia. (LÊNIN, 2005, p. 23):

1. *Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis;* 2. *Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro;* 3. *Ascenso do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.*

¹⁴ Referência ao capítulo X de (LÊNIN, 2005). Não será seguido, contudo, a mesma ordem de apresentação dos argumentos. O capítulo de Lenin é uma síntese, enquanto aqui trataremos de desenvolver a tese.

Repetiremos para esforço de aprendizado: o monopólio é um fenômeno histórico. O imperialismo está definido historicamente pelo aparecimento e consolidação do monopólio (isto é, nos anos 1900). (LÊNIN, 2005, p. 125):

Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada.

3.1 MONOPOLIZAÇÃO E DECOMPOSIÇÃO

(LÊNIN, 2005, p. 17):

O enorme incremento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo.

Os monopólios nascem do movimento de concentração da produção, promovido pela concorrência entre os capitalistas. Analisando os dados dos Estados Unidos da América, (LÊNIN, 2005, p. 18) apresenta o que isto significa:

Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de uma centésima parte do total das empresas! [...] Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau de desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de grandes empresas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos.

A concorrência é que engendra o monopólio. Ou seja, o monopólio é reflexo do desenvolvimento do capitalismo. O ponto central aqui é a **superioridade da grande produção com relação à pequena**. (Hans Gideon Heymann apud LÊNIN, 2005, p. 20)¹⁵ afirma:

Na Grã-Bretanha são precisamente as grandes proporções das empresas e seu elevado nível técnico que trazem consigo a tendência para o monopólio. Por um lado, a concentração determinou o emprego de enormes capitais nas empresas; por isso, as novas empresas encontram-se perante exigências cada vez mais elevadas no que diz respeito ao volume de capital necessário, e esta circunstância dificulta o seu aparecimento. Mas, por outro lado (e este ponto consideramos o mais importante), cada nova empresa que queira manter-se ao nível das empresas gigantes criadas pela concentração representam um aumento tão grande da oferta de mercadorias que a sua venda lucrativa só é possível com a condição de um aumento extraordinário da procura [...]

É importante, neste ponto, observar como se desenrola a concentração capitalista; de que modo o próprio capitalismo, para Lenin, engendra a sua fase monopólica. Em primeiro lugar, para Lenin, **a concorrência é o motor das inovações no capitalismo**. É ela que levará à intensificação da técnica e, consequentemente, à superioridade da grande produção. (SOARES, 1992, p. 62), destaca o seguinte ponto a partir de Lenin:

A concorrência leva à especialização que, por sua vez, leva à grande produção. O capitalismo cria a possibilidade da grande produção agrícola, uma produção superior à pequena

¹⁵ Hans Gideon Heymann, *Die Gemeschten Werk im Deutschen Grossseisengewerbe*, Stuttgart, 1904, p. 256, 278, 279

produção. Superior porque é mais radical do ponto de vista técnico.

O que garante a superioridade da grande sobre a pequena produção é a técnica, é o grau de **desenvolvimento das forças produtivas**. Assim, em segundo lugar, só poderia ter lugar a concentração produtiva a partir da capacidade técnica desenvolvida. Mais uma vez, vale reforçar as “limitações históricas” do imperialismo para (Jeidels apud LÊNIN, 2005)¹⁶:

*A crise de 1900 produziu-se num momento em que, ao lado de enormes empresas nos ramos principais da indústria, existiam ainda muitos estabelecimentos com uma organização antiquada segundo o critério atual, estabelecimentos simples (isto é, não-combinados), que se tinha elevado sobre a onda do ascenso industrial. A baixa dos preços e a diminuição da procura levaram essas empresas simples a uma situação calamitosa que as grandes empresas combinadas ou não conheceram em absoluto ou apenas conheceram durante um brevíssimo período. Como consequência disto, a crise de 1900 determinou a concentração da indústria em proporções incomparavelmente maiores do que a de 1873, a qual tinha efetuado também uma certa seleção das melhores empresas, se bem que, **dado o nível técnico de então, esta seleção não tivesse podido conduzir ao monopólio as empresas que tinha sabido sair vitoriosas da crise**¹⁷. É precisamente desse monopólio persistente e em alto grau que gozam as grandes empresas das indústrias siderúrgica e elétrica atuais, graças a seu equipamento técnico muito complexo, à sua*

¹⁶ Jeidels, Das Verhältnis der Deutschen Grossbanken zur Industrie mit Besonderer Berücksichtigung der Eisenindustrie, Leipzig, 1905, p. 108

¹⁷ Grifo meu.

extensa organização e ao poder do seu capital, e depois, em menor grau, também as empresas de construção de maquinaria, de determinados ramos da indústria metalúrgica, das vias de comunicação etc.

Este grau de concentração da produção, como já apontado resumidamente no início deste capítulo, se encontra consolidado em 1900. A força dos cartéis, já manifestada na década de 1890, apresentava a crise como simples pausa para uma nova situação da economia. A livre concorrência em 1900 já não se encontraria em muitos setores da economia, especialmente nos associados às matérias primas. Os monopólios passam a imperar em cada vez mais setores da economia, além da possibilidade de combinação entre os setores. É importante deixar muito claro: no início do século XX a concentração já estava à vista, progressivamente tomava todos os ramos da produção. (LÊNIN, 2005, p. 22):

*Inicia-se uma transformação profunda com a quebra de 1873, ou, mais exatamente, com a depressão que se lhe seguiu e que – com uma pausa quase imperceptível no começo da década de 1880 e com um ascenso extraordinariamente vigoroso, mas breve, por volta de 1889 – abrange vinte e dois anos da história econômica da Europa. Durante o período de ascenso de 1889 e 1890 foram utilizados em grande escala os cartéis para aproveitar a conjuntura. Uma política irrefletida elevava os preços ainda com maior rapidez e em maiores proporções do que teria acontecido sem os cartéis, e quase todos esses cartéis pereceram ingloriosamente, enterrados na **fossa da quebra**¹⁸. Decorreram outros cinco anos de maus negócios e preços baixos, mas já não reinava na indústria o estado de espírito anterior: a depressão já não*

¹⁸ Destaque dado pelo autor.

era considerada uma coisa natural, mas, simplesmente uma pausa antes de uma nova conjuntura.

E o movimento de cartéis entrou na sua segunda época. Em vez de serem um fenômeno passageiro, os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica; conquistam, uma após a outra, as esferas industriais e, em primeiro lugar, a da transformação de matérias-primas. No começo da década de 1890, os cartéis conseguiram, na organização do sindicato do coque que serviu de modelo ao sindicato hulheiro, uma tal técnica dos cartéis que, em essência, não foi ultrapassada. O grande ascenso do final do século XIX e a crise de 1900 e 1903 decorreram, inteiramente, pela primeira vez – pelo menos no que se refere às indústrias mineira e siderúrgica – sob o signo dos cartéis. E se então isso parecia ainda algo novo, agora é uma verdade evidente para a opinião pública que grandes setores da vida econômica são, regra geral, subtraídos à livre concorrência.

Os monopólios concentram os recursos produtivos, a mão de obra qualificada, operam de modo contínuo no **sufocamento da concorrência**. Com isso, ao elevar à escalas extraordinárias a concentração da produção, o que ocorre é que esta produção se encontra altamente socializada. (LÊNIN, 2005, p. 26)

Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação – as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América – vão parar às mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua própria vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

O imperialismo reflete, dada a concentração, inevitavelmente, um grau de opressão elevado. Intensificam-se o conflito entre os diferentes grupos monopolistas, bem como

se intensificam os mecanismos de coerção e de opressão do menor pelo maior capital. A luta que antes era travada, no regime concorrencial, entre pequenos proprietários, com meios limitados de atingir uns aos outros, torna-se, no regime imperialista, o conflito entre gigantes, e a coerção dos menores. (LÊNIN, 2005, p. 26 e 27):

1. *Privação de matérias-primas* ('... um dos processos mais importantes para obrigar a entrar no cartel');
2. *Privação de mão-de-obra mediante alianças* (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas);
3. *Privação de meios de transporte;*
4. *Privação das possibilidades de venda;*
5. *Acordo com os compradores para que estes mantenham relações comerciais unicamente com os cartéis;*
6. *Diminuição sistemática dos preços* (com o objetivo de arruinar os **estranhos**¹⁹, isto é, as empresas que não se submetem aos monopolistas, gastam-se durante um certo tempo milhões para vender a preços inferiores ao do custo: na indústria da gasolina deram-se casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase metade!);
7. *Privação de créditos;*
8. *Declaração do boicote.*

Nisto há uma questão caríssima à análise de Lenin: o imperialismo não pode ser entendido dissociado da **violência**. A relação de dominação do capital na sua fase monopolista é necessariamente opressiva. Ocorre um achatamento da classe capitalista inferior pela tecnicamente (no sentido literal da palavra) superior, dotada de maiores recursos, de maiores volumes de capital etc. (LÊNIN, 2005, p. 28):

As relações de dominação e a violência ligada a essa dominação, eis o que é típico da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo, eis o que inevitavelmente

¹⁹ Destaque feito pelo autor.

tinha de derivar, e derivou, da constituição de monopólios econômicos todo-poderosos.

As crises são intensificadas com o surgimento dos monopólios, afinal, eles centralizam e intensificam os impactos. A profundidade das crises se eleva. (LÊNIN, 2005, p. 29):

A supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses, que põem todo seu empenho em embelezar o capitalismo. Pelo contrário, o monopólio que se cria em certos ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de todo o sistema da produção capitalista no seu conjunto. [...]

[...] O aumento do risco vai de par, ao fim e ao cabo, com o grande aumento de capital, o qual, por assim dizer, transborda e corre para o exterior e etc. e justamente com isso os progressos extremamente rápidos da técnica trazem consigo cada vez mais elementos de desproporção entre as diferentes partes da economia nacional, elementos de caos e de crise.

Dessa forma, a monopolização imprime uma alteração fundamental do capitalismo. A elevada concentração, o domínio sobre mercados, retira a dinâmica progressista das melhorias técnicas, e, portanto, o grau em que as inovações, os aperfeiçoamentos, serão encadeados na produção, é relativamente menor ao capitalismo concorrencial. O surgimento de capitais gigantescos que passam a ditar o funcionamento da economia, possuem por natureza uma característica anticoncorrencial, implicando em um funcionamento mais **letárgido** do capitalismo, um avanço a passos **desarranjados**, uma movimentação **disfuncional**, pois **perdeu seu “principal estímulo ao progresso técnico”²⁰**, que é a concorrência. Conforme (LÊNIN, 2005, p. 101) indica:

²⁰ (SOARES, 2021, p. 236)

Mas, não obstante, como todo monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam preços monopolistas, ainda que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico.

Em estudo detalhado das obras de Lenin, (SOARES, 1992, p. 154) sintetiza (LÊNIN, 2005) sobre esta questão da seguinte forma:

[...], na etapa imperialista do capitalismo, a concorrência entre os produtores de mercadorias é essencialmente distinta da que prevalecia na etapa anterior de desenvolvimento desse modo de produção. O capitalismo dito concorrencial é um modo de produção bastante dinâmico porque a concorrência entre os produtores de mercadorias exige que qualquer descoberta que signifique novos produtos, formas mais baratas de produzi-los ou de produzir com melhor qualidade, imediatamente seja introduzida na produção. O capitalismo monopolista é menos dinâmico porque a introdução desses melhoramentos na produção é planejada, ocorre em função do estágio de amortização dos investimentos anteriores, depende de uma decisão financeira.

Entretanto, deve-se ressaltar que o progresso técnico não é excluído do desenvolvimento capitalista. (LÊNIN, 2005, p. 101 e 102) afirma:

Naturalmente que, sob o capitalismo, o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência (esta é, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a teoria do ultra-imperialismo é um absurdo). Naturalmente, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, atua a favor das modificações. Mas a tendência para a estagnação e para a

decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar e em certos ramos da indústria e em certos países há períodos em que consegue impor-se.

Dessa forma, o progresso técnico não desaparece, mas é significativamente desestimulado pela ausência de concorrência. Os acordos, as táticas, realizadas entre os gigantescos capitais que se estabeleceram, utilizam a inovação não como maneira de extrair lucros maiores através da velocidade de aplicação na produção, mas sim como trava para entrada de novos competidores. (SOARES, 2021, p. 238) sintetiza Lenin:

Ao invés de introduzir imediatamente a inovação técnica na produção, para derrotar a concorrência, ela serve como instrumento para impedir a entrada de novos concorrentes no mercado. A redução da velocidade com que a inovação é introduzida na produção faz com que o dinamismo do capitalismo seja reduzido.

É o traço de **agonia do capitalismo, de sua decomposição**; o sistema perdeu-se de seu impulso, de seu motor principal. Arrasta-se, assim, moribundo, pela história. Mas não necessariamente morre, não necessariamente deixa de apresentar taxas de lucro, taxas de crescimento. Aliás, como o (LÊNIN, 2005, p. 126 e 127) coloca:

Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes²¹, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como

²¹ Destaque meu.

a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra).

Ou seja, o capitalismo apresenta-se em decomposição e permanece, em agonia, até que se acabe com ele **politicamente**. Portanto, não há sentido em desqualificar a tese de Lenin a partir da suposta evidência de que o capitalismo não acabou, conforme (FERNANDES, 2021) o faz.

Isso deriva de uma questão fundamental: a decomposição do capitalismo, para Lenin, não significa a estagnação. Não é pelo capitalismo estar funcionando sobre bases que não geram estímulo da inovação que ele deixa de crescer. **Ele cresce sobre outras bases, sobre a base do capital financeiro, sobre a base do parasitismo, das maquinações financeiras.**

(SOARES, 2021, p. 237) aponta:

A contradição entre [estagnação] e [decomposição] é evidente. Decomposição não deve ser entendida como estagnação e sim como uma mudança profunda e negativa no modo como o capitalismo passa a funcionar na sua fase monopolista.

3.2 BANCOS, CAPITAL FINANCEIRO E PARASITISMO (LÊNIN, 2005, p. 31):

A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro; reúnem toda espécie de rendimentos em dinheiro e colocam-nos à disposição da classe capitalista

O processo de concentração, de monopolização do capital, não é circunscrito à indústria. Ocorre também no setor bancário. A concentração bancária altera a qualidade inicial dos bancos. (LÊNIN, 2005, p. 31):

Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo

A coerção, a incorporação direta ou indireta dos pequenos negócios ao grande grupo cartelizado é ampliada a partir do sistema de participações, por meio da participação acionária, por meio do crédito e do “saneamento” das empresas. O capital financeiro demonstra uma força absoluta na condução da economia. (LÊNIN, 2005, p. 32):

Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os incorporam, subordinam, incluem-nos no seu grupo, no seu consórcio – segundo o termo técnico – por meio da participação no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos etc.

Daqui deriva-se que o sistema de participações serve à concentração. É uma ferramenta, contando com a operação dos volumosos recursos centralizados nos bancos, pela qual grupos monopolistas incorporam e subordinam os menores capitais, é a “descentralização” da direção, ou a “democratização” do capital. (LÊNIN, 2005, p. 34):

A descentralização [...] consiste, na realidade, na subordinação a um centro único de um número cada vez maior de unidades econômicas que antes eram relativamente independentes, ou, para sermos mais exatos, eram localmente limitadas. Trata-se, pois, com efeito, de uma centralização, de um reforço do papel, da importância e do poder dos gigantes monopolistas

Isso se dá, pois com a “democratização” de ações dilui-se o capital e centraliza-se o poder de decisão: com o mesmo montante, controla-se cada vez mais empresas. (LÊNIN, 2005, p. 49) diz o seguinte:

Com efeito, a experiência demonstra que basta possuir 40% das ações para dirigir os negócios de uma sociedade anônima, pois uma certa parte dos pequenos acionistas, que se encontram dispersos, não tem na prática possibilidade alguma de assistir às assembleias gerais etc. A democratização da posse das ações, de que os sofistas burgueses e os pretensos sociais-democratas oportunistas esperam (ou dizem que esperam) a democratização do capital, o aumento do papel e importância da pequena produção etc., é, na realidade, um dos meios de reforçar o poder da oligarquia financeira. Por isso, entre outras coisas, nos países capitalistas mais adiantados ou mais velhos e experimentados, as leis autorizam a emissão de ações de menor valor

E este não é o único ganho. Segue (LÊNIN, 2005, p. 49):

Mas o sistema de participação não só serve para aumentar em proporções gigantescas o poderio dos monopolistas, como, além disso, permite levar a cabo impunemente toda espécie de negócios escusos e sujos e roubar o público, pois os dirigentes das sociedades-mães, formalmente, segundo a lei, não respondem pela sociedade-filha, que é considerada independente através da qual se pode fazer passar tudo.

Esta fusão crescente entre capital bancário e capital industrial, amplia as dimensões da opressão capitalista. Ocorre uma aliança dos monopolistas que exercem o controle sobre o capital menor, pulverizado. As operações comerciais e industriais estão subordinadas à essa nata do grande capital, a esta crosta financeira, intimamente interligada. (LÊNIN, 2005, p. 35):

Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições [...], primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controla-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição de crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumenta-lo rapidamente e em grandes proporções etc.

Tem-se uma fusão, uma “união pessoal” entre os grandes capitais bancário e industrial. Este fato se evidencia no compartilhamento de cargos diretivos, na migração fácil com que se realiza a transição de um cargo industrial para um cargo bancário e vice-versa, dentre outros fatores. O banco está cada vez mais inserido na atividade industrial. (LÊNIN, 2005, p. 41):

Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse de ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa.

(JEIDELS apud LÊNIN, 2005, p. 42) apresenta como esse tipo de relação só é possível a partir da concentração do capital, a partir da monopolização:

Paralelamente a este alargamento do campo de ação dos diversos grandes industriais (que entram nos conselhos de administração dos bancos etc), e ao fato de se confiar aos diretores dos bancos de província unicamente a administração de uma zona industrial determinada, produz-se um certo aumento da especialização dos dirigentes dos grandes bancos. Tal especialização, falando em geral, só é concebível no caso de toda a empresa bancária, e particularmente as suas relações industriais, serem de grandes proporções. Esta divisão do trabalho efetua-se em dois sentidos: por um lado, as relações com a indústria no seu conjunto confiam-se, como ocupação especial, a um dos diretores; por outro lado, cada diretor encarrega-se do controle de empresas separadas ou de grupos de empresas afins pela produção ou pelos interesses [...]

A interligação permite a ampliação da concentração. A associação do capital financeiro na economia como um todo, com uma força extraordinária, promove, inclusive nos períodos de dificuldades nos negócios, um processo de “saneamento”. (LÊNIN, 2005, p. 55) aponta:

Ao efetuar-se o saneamento de empresas deficitárias, ‘o capital em ações sofre uma baía, isto é, os lucros são distribuídos sobre um capital menor, e calculam-se depois com base nesse capital. Ou, se a rentabilidade fica reduzida a zero, incorpora-se novo capital que, ao unir-se com o capital velho, menos lucrativo, produz um lucro suficiente. Convém dizer – acrescenta Hilferding – que todos esses saneamentos e reorganizações têm uma dupla importância para os bancos: primeiro como operação lucrativa, e segundo como ocasião propícia para colocar sob a sua dependência essas sociedades necessitadas.

Em suma, o processo de concentração bancária acompanha, dinamiza e é dinamizado pelo processo de concentração industrial, permite o desenvolvimento de uma divisão do trabalho interna nos bancos que visa a especialização em setores industriais, permite a relação íntima dos capitalistas industriais e dos capitalistas

bancários, a formação de uma crosta financeira, de um grupo de proprietários favorecidos por este ou aquele capital bancário, permite a utilização do capital bancário na opressão dos grupos de menor capital e dos grupos concorrentes. Altera o papel dos bancos, de simples intermediadores, para condutores (ao lado de grandes monopolistas industriais) da dinâmica econômica. (Jeidels apud LÊNIN, 2005, p. 46)²² garante um fio histórico a este desenvolvimento:

As relações entre empresas industriais, com o seu novo conteúdo, as suas novas formas e os seus novos órgãos, quer dizer, os grandes bancos organizados de um modo ao mesmo tempo centralizado e descentralizado, não se estabelecem talvez, como fenômeno característico da economia nacional. Antes da última década do século XIX²³; em certo sentido, pode-se mesmo tomar como ponto de partida o ano de 1897, com as suas grandes fusões de empresas, que implantaram pela primeira vez a nova forma de organização descentralizada, de acordo com a política industrial dos bancos. Este ponto de partida talvez acelerou em proporções gigantescas o processo de concentração, tanto da indústria como da banca, consolidou, converteu pela primeira vez as relações com a indústria num verdadeiro monopólio dos grandes bancos e deu a essas relações um caráter incomparavelmente mais estreito e intenso.

Essa associação, este elo pessoal entre capitalistas industriais e “a banca” engendra o capital financeiro, altamente centralizado, com poderes extraordinários sobre o

²² Op. Cit. , p. 181

²³ Aqui reproduzimos fielmente a como está escrito na edição e editora utilizadas. No entanto, possivelmente há um erro de digitação. Seria, na verdade: [...] não se estabelecem talvez [...] antes da última década do século XIX; em certo sentido [...]

desenvolvimento das economias. Nota-se em (HILFERDING, 1985 apud LÊNIN, 2005, p. 47) que:

Uma parte cada vez maior do capital industrial – escreve Hilferding – não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – por conseguinte, capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam.

(LÊNIN, 2005, p. 47), considerando a definição acima incompleta, acrescenta o aspecto (fundamental) da concentração.

Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra.

Sobre este conceito, porém, cabe um esclarecimento fundamental, cujo erro de leitura parece induzir aos autores do imperialismo tardio a enxergar uma enorme novidade no processo de “financeirização”. Assim como podemos perceber em (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021) um grande entusiasmo em “descobrir” que o capitalismo promove o “consumo de nosso futuro” por encontrar dificuldades na extração de mais-valia presente. O erro do qual falamos encontra-se sintetizado em (SABADINI e CAMPOS, 2021, p. 30) acerca da citação de Hilferding (a qual reproduzimos acima):

*Nos chama a atenção pelo menos dois aspectos centrais nesta citação: um, o caráter de dependência do capital produtivo para com o bancário, ou seja, a **indústria torna-se***

subordinada aos bancos²⁴; segundo, a transformação do capital bancário em produtivo, que se associa ao financiamento da produção pelo capital dinheiro depositado nos bancos, seguida do controle monetário pelas instituições bancárias.

O capital financeiro, pela leitura acima, assume a forma de uma **dominação do capital bancário sobre o capital industrial**, eles possuem uma **relação conflituosa**, onde o capital financeiro parece se destinar somente às práticas usurárias, uma relação “sangue-suga”. Fica claro, dessa forma, a “facilidade”, ou melhor, é nítido o erro de associar o processo de “financeirização” com o de “desindustrialização” nos países atrasados, conforme a tese de Utsa e Prabhat Patnaik apresentada por (FERNANDES, 2021). Não é demais enfatizar. A associação entre “financeirização” e “desindustrialização” não pode ser derivada da leitura de Lenin. Vejamos como (SOARES, 2021, p. 235) aponta para isso:

[...] se o capital financeiro é o capital que, na forma dinheiro, está à disposição dos bancos e os industriais utilizam, se o capitalista se converte em proporções crescentes em capitalista industrial, não faz sentido enxergar um conflito entre o capital financeiro e o capital industrial, entre bancos e indústria, entre setor produtivo e setor não-produtivo.

(LÊNIN, 2005) apresenta este ponto. Uma vez sendo o capital financeiro a fusão dos capitais, as coisas se misturam, e **um encontra o ponto de apoio no outro**. (LÊNIN, 2005, p. 56):

Uma das ações particularmente lucrativas do capital financeiros é também a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso

²⁴ Grifo meu.

com o monopólio da renda da terra e com o monopólio das vias de comunicação, pois o aumento dos preços de terrenos, a possibilidade de os vender vantajosamente por parcelas etc., dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, as quais se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e da distribuição de cargos diretivos.

E, mais adiante, (LÊNIN, 2005, p. 65) indica isso de forma ainda mais clara:

*O capital financeiro criou a época dos monopólios. E os monopólios trazem sempre consigo os princípios monopolistas: **a utilização das relações para transações proveitosas substitui a concorrência no mercado aberto**²⁵. É muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, em especial armamentos, barcos etc. (...). A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. As transações têm um caráter tal que, segundo diz Schilder delicadamente, confinam com o suborno.*

Dessa forma, vale a atenção para o fato de que o capital financeiro não significa uma alteração da propriedade do capital. Não se dá maior relevância para o “proprietário” banqueiro do que para o proprietário industrial. O que se altera no capitalismo é a forma de aplicação deste capital, altamente concentrado, na produção e nas diversas formas de maquinações financeiras. (SOARES, 2021, p. 235) afirma o seguinte:

[...] a fusão relevante entre o capital produtivo e o capital não produtivo não se dá na propriedade do capital e sim no ritmo e na dinâmica da aplicação desse capital que constitui como

²⁵ Grifo meu.

capital financeiro. O traço principal não é o dono do banco tornar-se também dono da indústria e sim que os movimentos do banco e a da indústria têm os mesmos determinantes, estão atrelados, fundidos²⁶.

Interessante observar, por outro lado, que (JÚNIOR, 2011, p. 39) aponta para uma leitura semelhante:

Ao diminuir radicalmente as barreiras temporais e especiais à acumulação de capital, a elevação na mobilidade espacial do capital, o incremento na sua capacidade de mutação de forma, a intensificação do ritmo de rotação do capital fazem crescer exponencialmente a sua faculdade de comandar o trabalho e disputar as oportunidades de negócio em escala mundial.

É fundamental destacar onde essa leitura do Lenin nos. A conclusão da enorme discussão acerca do processo de financeirização não possui nenhum sentido. Não constitui novidade o fato de o capital financeiro promover negócios ao redor do mundo e muito menos constitui uma verdade que o capital financeiro se sobrepõe sobre o capital industrial. Segue-se daí que é equivocado o imperialismo como uma relação sangue-suga, como uma relação conflituosa entre produção industrial e valorização especulativa.

O capital financeiro encontra-se concentrado nas mãos da oligarquia financeira, consolida-se a partir da elevação da concentração, com o crescente volume de recursos necessários e disponíveis, e engendra as atividades financeiras e especulativas, as atividades parasitárias, típicas de uma fase em que o capitalismo já

²⁶ Grifo meu. Notar a fundamentação nítida em (LÊNIN, 2005): a real questão do capital financeiro é articular o monopólio em redes cada vez mais amplas, tornar o desenvolvimento de economias inteiras, mundialmente interligadas, **réfens de grupos com extraordinária concentração de capital, de grupos monopolistas, banqueiros e industriais, da oligarquia financeira.**

não possui grande dinamismo e precisa compensar a queda da taxa de lucro²⁷. (LÊNIN, 2005, p. 53) aponta:

O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. Eis um dos exemplos dos métodos de administração dos trusts americanos, citado por Hilferding: em 1887, Havemeyer constituiu o trust do açúcar mediante a fusão de 15 pequenas companhias, cujo capital total era de 6.500.000 dólares. Mas o capital do trust, aguado, segundo a expressão americana, fixou-se em 50 milhões de dólares. A recapitalização tinha em conta, de antemão, os futuros lucros monopolistas, do mesmo modo que o trust do aço – também na América – tem em conta os futuros lucros monopolistas ao adquirir cada vez mais jazigos de minério de ferro. E, com efeito, o trust do açúcar fixou preços de monopólio e recebeu lucros tais que pôde pagar um dividendo de 10% ao capital sete vezes aguado, quer dizer, quase 70% sobre o capital efetivamente investido no momento da constituição do trust!

Nota-se aqui, justamente que o ponto de “anticipar o retorno” não é nenhuma novidade. Importante ver que essa lógica, para Lenin, não é resultado da dificuldade de se realizar a exploração da mão de obra, conforme indicam (CORRÊA, BARRETO

²⁷ Notar que o fato de articular os lucros em torno de **atividades parasitárias** não exclui a associação entre os capitais, conforme evidenciado na citação de Lenin, e muito menos atesta a favor da existência de uma dominação do capital financeiro sobre o capital industrial. Afirma, antes de tudo, que **as relações concorenciais dão lugar às relações pessoais, às artimanhas contratuais, financeiras** como forma de compensar a queda da taxa de lucro.

e LEITE, 2021). Deriva, essencialmente, da monopolização. Ver em (LÊNIN, 2005, p. 84):

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não-aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos etc.), se forem investidos grandes capitais.

A riqueza se desvincula da produção, uma vez que a velocidade de inovações já não constitui ferramenta para compensar a queda da taxa de lucro. As operações financeiras²⁸ rendem, em períodos bons ou ruins, lucros muito superiores à simples relação produtiva e comercial. (LÊNIN, 2005, p. 53):

Todas as condições de vida econômica sofrem uma modificação profunda em consequência desta degeneração do capitalismo. Num estado de estagnação da população, da indústria, do comércio e dos transportes marítimos, o país pode enriquecer por meio das operações usurárias. [...]

Os lucros excepcionais proporcionados pela emissão de valores como uma das operações principais do capital financeiro, contribuem muito para o desenvolvimento e consolidação da oligarquia financeira. 'No interior do país não

²⁸ Não é demais reforçar: as operações financeiras que falamos aqui constituem as “maquinações financeiras” (e não a financeirização). Vale a pena citar (SOARES, 2021, p. 154): “No capitalismo monopolista, a maior parte dos lucros vem das denominadas maquinações financeiras. [...] As chamadas políticas de estoques de matérias-primas e de produtos acabados, que são exemplos típicos de maquinações financeiras, não existem nas pequenas empresas competitivas, mas existem nas grandes empresas monopolistas que são apoiadas por grandes bancos monopolistas”

há nenhum negócio que dê, nem aproximadamente, um lucro tão elevado como servir de intermediário para a emissão de empréstimos estrangeiros’ – diz a revista alemã Die Bank.

O imperialismo é a fase capitalista em que o capital financeiro, esta nova qualidade de capital, adquire a relevância central. A operação do capital financeiro não está vinculada à produção, mas sim às “maquinações financeiras”, promovida de comum interesse pelo grupo monopolista de banqueiros e industriais, isto é, pela oligarquia financeira. (LÊNIN, 2005, p. 59):

É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo, separar o rentier, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentier e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de poder financeiro em relação a todos os restantes.

Nisto há uma questão fundamental, para a qual vale a pena identificar que (HILFERDING, 1985 apud SABADINI e CAMPOS, 2021, p. 35) apontam:

[...] pela separação entre a função da propriedade e a direção da produção, como a supõe o sistema de ações, surge a possibilidade e – com a intensificação da renda, por um lado, e o aumento do lucro industrial extra, por outro – a concretização de uma solidarização dos interesses de propriedade. A ‘riqueza’ não é mais diferenciada segundo suas fontes de rendimento e segundo sua origem do lucro ou do rendimento, mas aflui agora da participação em todas as porções em que se divide a mais-valia produzida pela classe operária.

Além disso, (SOARES, 2021, p. 233) fundamenta com relação ao mesmo ponto:

Imperialismo, fase de parasitismo, não confundido com estagnação, mas como forma de ressaltar a separação entre a produção/gestão e a propriedade, de destacar o fato do capitalismo ser comandado por uma camada social sem ligação direta com a produção, por uma camada social parasitária²⁹. O parasita anterior era o rentista proprietário de terras, o parasita da fase monopólica é o rentista proprietário de ações de empresas

A especulação e o parasitismo ganham relevância. Os atributos pessoais, a “destreza” em capturar os eventos que possibilitarão apropriar grandes somatórios nas transações entre os grupos monopolistas, são evidenciados na fase monopólica do capitalismo. (LÊNIN, 2005, p. 27) afirma:

*[...] o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue reinando como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade, encontra-se minada e os lucros principais vão parar com os **gênios** das maquinações financeiras. Estas maquinações e estas trapaças têm a sua base na socialização da produção, mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia... os especuladores.*

Dessa forma, o capital financeiro consolida-se e avoluma-se nos países avançados, transformando as relações entre os diferentes países. Estabelecendo uma relação de credores e devedores, e não mais de importadores e exportadores somente. O capital financeiro cria suas “redes” ao redor do globo. (LÊNIN, 2005, p. 60):

[...] vê-se imediatamente com que força se destacam os quatro países capitalistas mais ricos [Inglaterra, Estados

²⁹ Grifo meu.

Unidos, França e Alemanha, nesta ordem em termos de valores emitidos em 1910], que dispõem aproximadamente de 100 a 150 bilhões de francos em valores. Desses quatro, dois – Inglaterra e França – são os países capitalistas mais velhos e, como veremos, os mais ricos em colônias; os outros dois – Estados Unidos e Alemanha – são países capitalistas avançados pela rapidez de desenvolvimento e pelo grau de difusão dos monopólios capitalistas na produção. Os quatro juntos têm 479 bilhões de francos, isto é, cerca de 80% do capital financeiro mundial. Quase todo o resto do mundo exerce, de uma forma ou de outra, funções de devedor e tributário desses países, banqueiros internacionais, desses quatro pilares do capital financeiro.

Tem-se, dessa forma, a evidência do parasitismo desta fase do capitalismo, dada a partir da separação da propriedade da gestão capitalista, característica fundamental para se entender o capital financeiro e a elite parasitária. Vale a pena notar, portanto, que esta separação se dá a partir do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, a partir da elevação da classe estritamente fabril para uma classe gerencial, que articula a produção como um todo, capacitada tecnicamente para isso. Nota-se este ponto em (SOARES, 2021, p. 246):

*O comando da produção passou a ser exercido por profissionais contratados. Não é por acaso que se louva tanto a profissionalização da gestão. Criou-se, então uma camada privilegiada, uma **oligarquia financeira**³⁰ parasitária que não vive do seu trabalho e sim dos lucros do capital financeiro, dos lucros obtidos com as maquinações financeiras operadas por aqueles profissionais contratados.*

³⁰ Grifo do autor.

(Schulze-Gaevernitz apud LÊNIN, 2005, p. 40)³¹ conduz na mesma direção:

Há trinta anos, os empresários que competiam livremente entre si realizavam 9/10 da atividade econômica que não pertence à esfera do trabalho físico dos operários. Na atualidade, são os funcionários que realizam os 9/10 desse trabalho intelectual na economia. Os bancos encontram-se à frente desta evolução.

Este processo consiste na consolidação de uma classe operária “privilegiada”, a **aristocracia operária**.

Ainda sobre o parasitismo, deve-se ressaltar a seguinte citação de (LÊNIN, 2005, p. 101):

Convém agora determo-nos noutro aspecto muito importante do imperialismo, ao qual, ao fazerem-se considerações sobre este tema, não se concede, na maior parte dos casos, a atenção devida. Um dos defeitos do marxista Hilferding consiste em ter dado, neste campo, um passo atrás em relação ao não-marxista Hobson. Referimo-nos ao parasitismo característico do imperialismo.

Conforme (SABADINI e CAMPOS, 2021) indicam, (HOBSON, 1983) já analisava de fato a relação parasitária das finanças. (SABADINI e CAMPOS, 2021, p. 33):

[...] no contexto do capitalismo vitoriano inglês, em que identificava a City de Londres como o espaço no qual a especulação “parasitária” instrumentalizava o Estado e os negócios industriais para promover investimentos estéreis do ponto de vista do consumo. Essa especulação financeira inviabilizaria o “crescimento saudável” do mercado interno, se

³¹ Schulze-Gaevernitz, “Die Deutsche Kreditbank”, em Grundriss der Sozialökonomik, Tüb., p. 151

projetando ao exterior na forma de recolonização de áreas periféricas, enquadradas militarmente por meio de políticas imperialistas.

Mais adiante, (SABADINI e CAMPOS, 2021, p. 34):

A natureza ‘parasitária’ das finanças que engendravam politicamente o imperialismo anulava tanto as potencialidades de livre-comércio, quanto o caráter democrático, progressista do capitalismo.

E logo depois, baseando-se em uma citação de (MARIUTTI, 2021 apud SABADINI e CAMPOS, 2021, p. 34, nota 11), afirmam uma associação da elite agrária com a nova elite financeira:

[...] o foco no papel conspiratório e nefasto da Elite financeiro é um inteligente aprimoramento da antiga crítica dos liberais radicais contra a aristocracia fundiária que, como se sabe, afirmavam que o mercado não pode funcionar adequadamente enquanto poucos concentram a propriedade da terra. Hobson percebeu que o desenvolvimento da finança recria esta aristocracia em novas bases: lhe dá mais poder – pois aglutina diversos interesses monopolistas então desconexos – e, simultaneamente, torna menos visível o seu papel à percepção do público.

O parasitismo está intimamente ligado às maquinações financeiras, pois simboliza justamente o caráter desarticulado da propriedade com relação a gestão, que por sua vez se articula com a decomposição do capitalismo, com a monopolização, com o capital financeiro, tendo na oligarquia financeira a principal beneficiária deste processo. (LÊNIN, 2005, p. 102) afirma:

Daí o incremento extraordinário da classe, ou, melhor dizendo, da camada dos rentiers, ou seja, de indivíduos que vivem do ‘corte de cupons’, que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio

completo entre o setor dos rentiers e a produção, imprime uma marca de parasitismo a todo país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar.

É das maquinações financeiras que a classe “rentier” obtém seus lucros extraordinários. Como (SOARES, 2021, p. 239) escreve:

Maquinações financeiras são ganhos obtidos fora da produção, ganhos que não são obtidos com a exploração da força-de-trabalho, que não são gerados imediatamente, diretamente, na geração de mais-valor. Maquinações financeiras são ganhos obtidos especialmente com a redistribuição do mais-valor já gerado. Na maquinação financeira está rompida a relação exclusiva entre o seu ganho e a sua contribuição para o produto social.

Isto é, pode-se estabelecer a seguinte linha lógica com relação ao parasitismo, típico da fase imperialista do capitalismo e o grau de desenvolvimento das forças produtivas: É a partir do desenvolvimento técnico que são colocadas as condições da concentração produtiva ao nível do monopólio; é a partir dele que será possibilitada a separação da propriedade e gestão; paralelamente ao monopólio se desenvolve o capital financeiro, e a partir das operações financeiras que se obterá o escape para a tendência à queda da taxa de lucro (dada a elevação da concentração de capital). Este quadro reflete, no fim, o parasitismo. Ele é a dramaticidade do quadro do Lenin, a figura agonizante, que definha apodrecendo tudo enquanto pode. Ele é a condução, com opressão e violência, da economia mundial por uma oligarquia financeira **parasitária**, pautada na relação “atrasada” da propriedade privada.

O que dinamiza esse parasitismo é a exportação de capitais de países centrais avançados, com alta concentração do capital financeiro; transformam-se em credores internacionais e articulam as associações monopolistas no globo. Tem-se uma corrida pela partilha do mundo.

3.3 EXPORTAÇÃO DE CAPITAIS E PARTILHA DO MUNDO
(LÊNIN, 2005, p. 61):

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.

A exportação de capital, como já foi exposto, dinamiza as articulações do capital financeiro ao redor do globo, dinamiza o parasitismo da oligarquia financeira. Antes, porém, de chegarmos aos desdobramentos dessa partilha, que será inevitavelmente o conflito entre as grandes potências, convém tratar de dois pontos: primeiro, a exportação de capitais se dá por uma busca de maiores lucros em países **já incluídos na órbita do capital**; em segundo, a exportação de capitais se dá por um reforço do monopólio, reforço sobre o **controle da circulação de mercadorias** no globo. (SOARES, 1992, p. 155)apresenta estes pontos:

Dois fatores explicam a predominância da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias, que caracteriza a etapa imperialista do capitalismo. Um deles é a busca das maiores taxas de lucros vigentes nos países já integrados à órbita do capitalismo mas onde este ainda não está suficientemente maduro. Nesses países, a infra-estrutura econômica já foi, pelo menos, iniciada e as terras e a mão-de-obra são mais baratas. Diferente é o caso dos países onde o capitalismo já amadureceu, onde a composição orgânica do capital nos setores produtores de bens de salário já é bastante alta e, por isso, a possibilidade de altas taxas de lucro é bastante baixa.

Outro fator explicativo da prevalente predominância da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias está em que, na competição monopolista do capitalismo, procura-se acabar com a liberdade de movimentação de mercadorias e de capitais. Com esse objetivo, as empresas imperialistas espalham-se pelo mundo procurando aprisionar fontes de matérias-primas e mercados. [...] elas instalaram-se no país e procuram usar as tarifas como forma de proteção contra as importações concorrentes – as tarifas constituem

uma arma importantíssima na etapa imperialista de desenvolvimento do capitalismo e beneficiam, principalmente, as grandes empresas imperialistas

Esta exportação de capitais difere do processo colonial, conforme (LÊNIN, 2005, p. 61) argumenta:

No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme excedente de capital nos países avançados.

Esta exportação de capitais da qual Lenin fala não diz respeito às conquistas de territórios fora de circulação, ao “desbravamento” das áreas ainda a serem descobertas pela lógica capitalista. Ao contrário: a exportação se dá para países que já possuem as condições básicas para o desenvolvimento do capitalismo, mas que contam com capitais escassos e mão de obra relativamente mais barata. (LÊNIN, 2005, p. 62):

A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados já terem sido incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo amadureceu excessivamente e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para sua colocação produtiva.

O capital não conhece outra aplicação que não a aplicação que lhe amplie o lucro. (LÊNIN, 2005, p. 61 e 62):

Naturalmente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este argumento é constantemente avançado pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. Mas então o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o exterior, para os países atrasados.

Esta noção contrasta diretamente com a interpretação luxemburgista do imperialismo. (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 156) apontam:

A contradição do imperialismo, para ela, é o fato de que quanto mais rapidamente ele anexe territórios não capitalistas, mais rapidamente caminha para sua destruição. [...] A autora afirma que, nesse âmbito da acumulação, que se realiza na fábrica e no mercado, a troca de mercadorias corresponderia à troca de equivalentes. O segundo lado da acumulação do capital se realiza entre o capital e as formas de produção não capitalista, desenrolando-se na base da troca de não equivalentes. [...] Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra.

Sobre esta visão, (SABADINI e CAMPOS, 2021, p. 38) resumem:

Ao preferir construir sua teoria com base na necessidade de realização externa da mais-valia, em regiões não capitalistas, para Bukharin (1972), Rosa simplesmente ignorou a dinâmica

expansiva dos cartéis e trustes, inclusive, a internacional, pela exportação de capital, que se daria no acirramento da concorrência intercapitalista pela busca do ‘lucro extra’.

(BUKHARIN, 1972 apud SABADINI e CAMPOS, 2021, p. 39):

Primeiro, o capital lutou sempre por “aquilo que ainda resta” (aliás uma expressão mais do que imprecisa). Segundo, infere-se desta definição que uma luta por territórios que já se tornaram capitalistas não é imperialismo, conclusão totalmente incorreta. Terceiro, infere-se desta mesma definição que uma luta por territórios já “ocupados” também não é imperialismo. Mais uma vez, este fator da definição está totalmente incorreto. Toda a definição enferma do erro fundamental de, ao analisar o problema, não ter minimamente em conta a necessidade de uma caracterização específica do capital como capital financeiro.

O ponto de desacordo de Lenin com Rosa Luxemburgo não consta fundamentalmente à conceituação do capital financeiro, mas sim ao núcleo de seu argumento: a “realização da mais-valia”. Para os populistas, a limitação do mercado consumidor impossibilitaria a realização da mais-valia, inviabilizando o movimento de acumulação do capital. Daí decorre a necessidade de exportar o capital para se permitir a continuidade do capitalismo. Como se pode deduzir, daí decorre um limite econômico ao capitalismo, ele morre ao passo que não consegue mais encontrar regiões para expandir seu mercado consumidor e, com isso, realizar a mais-valia.

Para Lenin a questão se coloca diferente: a dificuldade da realização da mais-valia não corresponde a um impedimento do capitalismo. Conforme (SOARES, 1992, p. 86) sintetiza Lenin:

A compreensão adequada sobre como se opera a reprodução e a circulação do conjunto do capital social, sobre como se opera a realização do produto na sociedade capitalista, que levava à compreensão de que, em certo sentido, a oferta cria sua própria demanda [...] Mesmo que a reprodução e a circulação do capital social sejam idealmente

uniformes e proporcionais, não se evita a contradição entre o aumento da produção e a limitação do consumo e, portanto, na realidade, a realização não se processa de maneira uniforme mas, através de dificuldades, de flutuações, de crises.

Essas crises, essas flutuações, não evidenciam o fim do capitalismo, sua derrocada, mas sim o caráter transitório deste sistema. (SOARES, 1992, p. 88) novamente sintetiza Lenin:

É preciso entender que elas não constituem entraves para o desenvolvimento do capitalismo. O significado preciso dessas contradições é demonstrar o caráter transitório desse sistema e iluminar as causas e as condições de sua decomposição e de sua transformação num sistema superior.

Lenin não entende o fim do capitalismo a partir da economia. O descompasso, as crises, as flutuações, são absolutamente naturais do capitalismo, refletem, inclusive seu caráter transitório. Atesta-o (LÊNIN, 1988 apud SOARES, 1992, p. 88):

Ademais, não há nada mais absurdo que das contradições do capitalismo deduzir sua impossibilidade, seu caráter não progressista etc., o que implica em procurar nas celestes regiões dos devaneios românticos refúgios contra uma realidade desagradável, porém indiscutível. A contradição que existe entre a tendência ao ilimitado crescimento da produção e o consumo limitado não é a única do capitalismo, que só pode existir e se desenvolver em meio a contradições. Elas, aliás, atestam o caráter historicamente transitório do capitalismo, iluminando as condições e as causas da sua decomposição e da sua transformação em uma forma superior; mas elas não excluem nem a possibilidade do

capitalismo nem o seu caráter progressista em comparação com os sistemas de economia social que o procederam³²

Dito isto, a problemática sobre a realização da mais-valia torna-se uma problemática comum do capitalismo, e não seu absoluto abismo. A necessidade do mercado externo não é decorrente da impossibilidade de realização da mais-valia, mas sim justamente o reflexo do desenvolvimento do sistema capitalista. (LÊNIN, 1988 apud SOARES, 1992, p. 95):

[...] Os diferentes ramos da indústria, que servem de ‘mercado’ uns para os outros, não se desenvolvem uniformemente, mas se ultrapassam reciprocamente, e o ramo mais desenvolvido procura um mercado externo. Mas isso não significa, absolutamente, que é impossível, para um país capitalista, realizar a mais-valia, [...]. Expressa apenas a desproporção que existe no desenvolvimento dos diferentes ramos industriais. **Com uma outra distribuição do capital nacional, a mesma quantidade de artigos poderia ser realizada no interior do país³³.** Todavia, para que o capital abandone um ramo industrial e passe a outro, é necessário que haja crise no primeiro – e que razões podem impedir os capitalistas ameaçados pela crise de procurar um mercado externo, de procurar subvenções e estímulos que facilitem a exploração?

Dessa forma, fica evidente a diferença das duas teses: Lenin aponta para a exportação de capitais como um reflexo do excedente de capital, como um reflexo da perda de dinamismo do capitalismo (em que as inovações já não garantem uma compensação da tendência de queda do lucro), da sua fase de decomposição. (SOARES, 2021, p. 238) aponta:

³² Possível erro de digitação: mais lógico seria “precederam”.

³³ Grifo meu.

Mas historicamente a modernização não foi uma maneira de compensar essa queda da taxa de lucro? É aqui que entra um ponto fundamental na análise de Lenin. Estamos entrando na parte da decomposição do capitalismo. Uma fase em que as coisas já não funcionam como na fase concorrencial. Uma fase em que o estímulo ao progresso técnico se vê fortemente reduzido. Uma fase em que a modernização tecnológica deixa de ser um instrumento da competição para ser um instrumento da defesa do monopólio.

Rosa Luxemburgo, por outro lado, deriva a exportação de capitais da má distribuição de renda, da limitação do consumo e deduz disso um imperialismo que incorpora países antes não vinculados ao sistema. Novamente, pautado em citações de Lenin, afirma (SOARES, 2021, p. 240):

Note-se que, mais uma vez, há uma enorme diferença entre Lenin e Rosa de Luxemburgo/populistas. O que move a exportação de capitais, para Lenin, não é a dificuldade para realização do mais-valor, como para Luxemburgo/populistas, não é a busca por novos mercados, de mercados ditos externos ao capitalismo, não é a incorporação de zonas fora dele.

Afinal, o sistema capitalista não está circunscrito ao mercado nacional, encontrando-se focos de desenvolvimento do capitalismo ao redor do mundo. (SOARES, 1992, p. 94) resume (LÊNIN, 1988):

Insistindo-se em usar um critério geográfico para a segmentação do mercado para a produção capitalista, tenha-se presente que a alegada ‘necessidade de um mercado externo’ não decorre das dificuldades de realização da mais-valia e sim de que o capitalismo resulta de uma circulação de mercadorias largamente desenvolvida, que ultrapassa os limites de um país e, portanto, não existe país capitalista sem envolvimento com o comércio exterior.

Assim, entende-se dois pontos fundamentais de divergência da tese leninista para a visão luxemburguista: (i) não deriva da “impossibilidade” de realização da mais valia

a exportação de capitais; (ii) essa exportação se dá para países com bases principiantes para a aplicação do capital financeiro, e não para países “rudimentares”, “externos à circulação capitalista”, nos moldes de um processo de colonização. Interessante citar a observação de (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 152):

*Um ponto um pouco mais complexo diz respeito ao modo como parte da teoria marxista viria a se servir dessa percepção marxiana, entendendo-a como um movimento de irradiação do(s) capitalismo(s) nacionalmente sediados(s) ao mundo não capitalista – aquilo que Pradella (2013) classifica como um exercício de **nacionalismo metodológico**³⁴. Pradella argumenta, coerentemente, que tal perspectiva comum à teoria clássica do imperialismo contradiz a percepção totalizante do pensamento marxiano, radicada desde o princípio no mercado mundial como instância em que se desenvolve o capitalismo.*

Para Lenin, a exportação de capitais se dá pela composição de um excedente de capital nos países mais desenvolvidos, mais avançados, com um processo de concentração do capital consolidado e um processo de decomposição acentuado; um excedente formado pela elevada composição orgânica do capital que acaba por gerar uma tendência para a queda da taxa de lucro, conforme (SOARES, 2021, p. 237) aponta:

O que dificulta o crescimento do capitalismo não é a má distribuição de renda e sim a queda na taxa de lucro decorrente da livre concorrência capitalista e da superioridade da grande produção, que leva à enorme concentração e centralização do capital, que leva ao monopólio, ou seja, leva à acentuada elevação da composição orgânica do capital. O que dificulta o crescimento

³⁴ Grifo dos autores.

ilimitado do capitalismo, ao fim e ao cabo, é a queda da taxa de lucro. Não é demais insistir. Embora subjacente, a queda da taxa de lucro está presente por toda a obra do Lenin sobre o Imperialismo.

Não é demais repetir: o capitalismo, para Lenin, não se encerra por uma limitação econômica. **A decomposição não significa estagnação.** O que ocorre na fase imperialista do capitalismo é um desenvolvimento cada vez mais desigual e, seguindo a lógica de aprofundamento das crises pelos monopólios, uma acentuação das oscilações da economia mundial, conforme (SOARES, 2021, p. 236) nos diz:

Assim, ao invés de estagnação total, na fase monopolista/imperialista do desenvolvimento do capitalismo, o que há é uma acentuação da disparidade do crescimento entre os países e uma acentuação das oscilações da economia mundial.

Chegamos, assim, no segundo aspecto mencionado no início deste tópico: a supressão da liberdade de circulação, da liberdade comercial. O imperialismo corresponde à última etapa de divisão do globo, de definição da partilha do mundo³⁵, conforme nos diz (LÊNIN, 2005, p. 77):

[...] o traço característico do período que nos ocupa é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível reparti-lo de novo – pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis –, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não-ocupadas que havia no nosso planeta.

³⁵ Note-se: não é a última divisão que irá ocorrer na história, afinal, as potências alteram a correlação de força entre elas, permitindo, assim, que ocorram novos desenhos desta partilha. O que se pretende dizer aqui é que a noção populista/luxemburgista de que existiam áreas fora do espectro capitalista no mundo já não se verificava com a consolidação dos monopólios, com a consolidação do imperialismo.

Pela primeira vez, o mundo já se encontra repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um proprietário para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um dono.

A partilha do mundo deriva inevitavelmente do grau de acumulação dos capitais nos países desenvolvidos, com a exportação do capital financeiro, com o estabelecimento de redes de relações que, ao fim e ao cabo, consolidam demarcações globais de influência. (LÊNIN, 2005, p. 67):

Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as relações com o exterior e com as colônias e as esferas de influência das maiores associações monopolistas, a marcha natural das coisas levou a um acordo universal entre elas, a constituição de cartéis internacionais.

Vale destacar um exemplo, do mercado de petróleo, para se verificar aquilo que Lenin entende como partilha do mundo pelo capital financeiro. (LÊNIN, 2005, p. 70):

O mercado mundial do petróleo – escrevia Jeidels em 1905 – encontra-se ainda atualmente dividido entre dois grandes grupos financeiros: o trust americano Standard Oil Corporation, de Rockefeller, e os donos do petróleo russo de Baku, isto é, Rothschild e Nobel. Ambos os grupos estão intimamente ligados entre si, mas a sua situação de monopólio encontra-se ameaçada há alguns anos por cinco inimigos³⁶: 1. O esgotamento dos jazigos norte-americanos de petróleo; 2. A concorrência da firma Mantáshev em Baku; 3. Os jazigos da Áustria; 4. Os da Romênia; 5. Os jazigos de

³⁶ Até aqui Lenin confere referência a Jeidels.

petróleo transoceânicos, particularmente nas colônias holandesas (as riquíssimas firmas Samuel e Shell, também ligas ao capital inglês). Os três últimos grupos de empresas estão relacionados com os grandes bancos alemães, e em primeiro lugar com o Banco Alemão, o mais importante deles. Estes bancos impulsionaram de uma forma sistemática e independente a indústria petrolífera, por exemplo, na Romênia, a fim de terem o seu ponto de apoio. Em 1907 calculava-se que na indústria romena do petróleo havia capitais estrangeiros no valor de 185 milhões de francos, dos quais 74 milhões era alemães.³⁷

E mais, como irá desenrolar, a partir desse absurdo grau de concentração, o inevitável conflito entre os grandes grupos monopolistas. (LÊNIN, 2005, p. 70 e 71):

Por um lado, a Standard Oil, de Rockefeller, desejosa de se apoderar de tudo, fundou uma filial na própria Holanda, adquirindo os jazigos da Índia Holandesa e procurando assentar assim um golpe no seu inimigo principal: o trust anglo-holandês Shell. Por outro lado, o Banco Alemão e outros bancos berlineses procuravam conservar a Romênia e uni-la à Rússia contra Rockefeller. Este último possuía um capital incomparavelmente mais volumoso e uma magnífica organização de transportes e abastecimento aos consumidores. A luta devia terminar, e terminou, em 1907, com a derrota completa do Banco Alemão, diante do qual se abriram dois caminhos: ou liquidar, com perdas de milhões, os seus interesses petrolíferos, ou submeter-se. Escolheu o segundo e concluiu um acordo muito pouco vantajoso com a Standard Oil. No referido acordo comprometia-se a não fazer nada em prejuízo dos interesses norte-americanos, com a

³⁷ Aqui Lenin confere referência a Diouritch.

ressalva, no entanto, de que o convênio perderia a sua vigência no caso de a Alemanha vir a aprovar uma lei implantando o monopólio do Estado sobre o petróleo.

Não convém citar na íntegra que o desdobramento do exemplo acima se deu na busca do banco alemão em promover a estatização do petróleo, fato que não ocorreu devido ao caso ter sido explicitado na imprensa. Devemos atentar para algo mais significativo que este desdobramento “cômico” (segundo Lenin) evidencia: com que empenho, com que fúria são direcionados os maiores recursos dos capitais mais centralizados e aglutinados dos grupos monopolistas em prol da aniquilação da livre circulação, da aniquilação da concorrência, da centralização de matérias-primas. (LÊNIN, 2005, p. 83):

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar do adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio de Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

Não há dúvidas de que para Lenin o monopólio central é o monopólio das matérias-primas. Isso é perfeitamente entendível a partir de seu debate com os populistas: o desenvolvimento do capitalismo não se dá pelo mercado de consumo, mas sim pelo de bens de produção, sendo esta tese entendida a partir do estudo de (Soares 1992).

Demonstramos também, anteriormente neste capítulo, o debate com os populistas que não deixa margem para outra interpretação da tese de Lenin.

Desse modo, convém destacar que a relação colonial é ampla na utilização de Lenin. Não se refere somente à colônia direta, apesar de essa ser a forma que mais fortalece o grupo monopolista, mas também a colônias indiretas, muitas vezes (inclusive) gozando de seus direitos de “autonomia”. (LÊNIN, 2005, p. 82):

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos a seguir. Mas, comprehende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. [...] Compreende-se, pois, que a luta por esses países semidependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo já se encontrava repartido.

Na fase atual do capitalismo, no imperialismo, aprofunda-se a desigualdade entre os países, fruto do nível de concentração, exportação de capitais e zoneamento de esferas de influência ao redor do mundo. (LÊNIN, 2005, p. 82):

Por mais vigoroso que tenha sido, durante as últimas décadas o nivelamento do mundo, a igualização das condições econômicas e da vida dos diferentes países sob a pressão da grande indústria, da troca e do capital financeiro, a diferença continua a ser, no entanto, respeitável, e entre os seis países indicados encontramos, por um lado, países capitalistas jovens, que progrediram com uma rapidez extraordinária (a América, a Alemanha e o Japão); por outro lado, há países capitalistas velhos que, durante os últimos anos, progrediram muito mais lentamente do que os anteriores (a França e a Inglaterra); em terceiro lugar figura um país, o mais atrasado do ponto de vista econômico (a Rússia), no qual o

imperialismo capitalista moderno se encontra envolvido, por assim dizer, numa rede particularmente densa de relações pré-capitalistas.

Existe nesse capitalismo monopolista uma tendência para a exportação de capitais (como já demonstrado), uma tendência para a expansão infinita, uma tendência para se apoderar de qualquer forma das diferentes zonas, uma verdadeira corrida entre as potências.³⁸ (LÊNIN, 2005, p. 84):

[...] o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.

E, no fim, disso se deriva inevitavelmente o conflito entre estas potências. A busca acelerada pelo estrangulamento da concorrência em todo mundo, pelos recursos e mercados da cadeia produtiva, reflete uma diferenciação de força econômica. J.E. Driault apud LÊNIN, 2005, p. 87)³⁹:

Nestes últimos anos, todos os territórios livres do globo, com exceção da China, foram ocupados pelas potências da Europa ou pela América do Norte. Produziram-se, com base nisto, alguns conflitos e transferências de influência, precursoras de transformações mais terríveis num futuro próximo. Porque é preciso andar depressa: as nações que

³⁸ Cabe notar que esta é uma reflexão já feita no início do capítulo: os monopólios suprimem a livre concorrência, mas não a aniquilam, ela permanece entre os grandes monopólios, principalmente no que diz respeito à apropriação de matérias-primas, em maior ou menor grau, a depender da conjuntura de correlação de forças entre estes grandes grupos.

³⁹ J.E. Driault, *Problèmes Politiques et Sociaux*, P., 1900, p. 299

não se abasteceram correm o risco de não o conseguirem nunca e de não tomarem parte na exploração gigantesca do globo, que será um dos fatos mais essenciais do próximo século (isto é, do século XX). (...). Com essa partilha do mundo, com essa corrida furiosa atrás das riquezas e dos grandes mercados da Terra, a força relativa dos impérios criados neste século XIX já não tem qualquer proporção com o lugar que ocupam na Europa as nações que os criaram. As potências predominantes na Europa, que são os árbitros dos seus destinos, não predominam igualmente no mundo. E como o poderio colonial, esperança de riquezas ainda não calculadas, se repercutirá evidentemente na força relativa dos Estados europeus, a questão colonial – o imperialismo, se assim preferirmos chamar-lhe -, que já modificou as condições políticas da própria Europa, as modificará mais uma vez.

Importante ter em mente que, no que diz respeito à associação da política colonial com o imperialismo, Lenin não corrobora com Driault. Isso é, o imperialismo não consiste somente na “questão colonial”; a definição de Lenin é mais abrangente. O autor somente utiliza desta passagem de Driault para fazer referência à partilha do mundo, à escalada necessária do conflito entre as grandes potências, e ainda ressalta que essa publicação de Driault apresenta o problema desta partilha “na medida em que isso é possível de um ponto de vista burguês”⁴⁰.

Deste quadro deriva-se inevitavelmente que o imperialismo, sistema já consolidado no início do século XX, produzirá a guerra. Guerra que, ao contrário do que apontam (FERNANDES, 2021) e (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021), consiste no reflexo do imperialismo já consolidado, consiste na partilha do mundo já realizada e sedimentada

⁴⁰ (LÊNIN, 2005, p. 87)

e, não sendo possível a anexação de territórios ainda não “ocupados”, reflete-se na solução para uma repartilha do mundo. (LÊNIN, 2005, p. 74)

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no segundo o capital, segundo a força; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está acontecendo é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são puramente econômicas ou extra-econômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo. Substituir o conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não-pacífica, depois de amanhã outra vez não-pacífica) significa descer ao papel de sofista.

3.4 IMPERIALISMO: GUERRA E TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO (LÊNIN, 2005, p. 89):

O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trusts e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que

derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições e conflitos de interesses particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.

Do imperialismo é impossível dissociar os monopólios. Dos monopólios, da exportação de capitais, do parasitismo, da partilha do mundo, é impossível dissociar o conflito. Não é demais enfatizar: a fase monopólica do capitalismo, o imperialismo, não possui solução pacífica. (LÊNIN, 2005, p. 74):

Alguns escritores burgueses (aos quais se juntou agora Kautsky, que atraíçoou completamente a sua posição marxista de 1909, por exemplo) exprimiram a opinião de que os cartéis internacionais, sendo como são uma das expressões de maior relevo da internacionalização do capital, permitem acalantar a esperança de que a paz entre os povos virá a imperar sob o capitalismo.

Esta opinião é, do ponto de vista teórico, completamente absurda, e do ponto de vista prático, um sofisma, um meio de defesa pouco honesto do oportunismo da pior espécie. Os cartéis internacionais mostram até que ponto cresceram os monopólios, e quais são os objetivos da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas.

O desenvolvimento desigual que o capital financeiro intensifica, a desproporção de redes de influência entre as potências, a supressão da livre circulação (sufocando a concorrência que busca desenvolver-se), não possibilita uma saída pacífica. As principais potências inevitavelmente entram em conflito. Para reforçar este ponto, Lenin analisa as três principais potências na época: Inglaterra, Alemanha e EUA. A desproporção de colônias que cada uma possuía, em contradição ao nível de desenvolvimento do capitalismo, anunciava o acirramento do conflito mundial. (LÊNIN, 2005, p. 96):

A rivalidade e a luta entre Estados encontram-se extremamente exacerbadas em virtude de a Alemanha dispor

de uma região insignificante e de poucas colônias; a criação de uma Europa Central é ainda coisa do futuro e nasce por meio de uma luta desesperada. De momento, o traço característico de toda a Europa é o fracionamento político. Nas regiões britânica e americana, pelo contrário, é muito elevada a concentração política, mas há uma desproporção enorme entre a imensidão das colônias da primeira e a insignificância das que a segunda possui. E nas colônias o capitalismo apenas começa a desenvolver-se. A luta pela América do Sul vai-se exacerbando cada dia mais.

É da própria dinâmica econômica (da concorrência entre os grandes grupos monopolistas) que Lenin deriva a guerra. Não se trata de uma política específica, de uma vontade, de uma perversidade particular, de uma característica deste ou aquele imperialismo, **é a solução para a viabilidade dos negócios.** (LÊNIN, 2005, p. 99):

*Graças às suas colônias, a Inglaterra aumentou sua rede ferroviária em 100.000 quilômetros, quatro vezes mais do que a Alemanha. Contudo, todos sabem que o desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha neste mesmo período, e sobretudo o desenvolvimento da produção hulheira e siderúrgica, foi incomparavelmente mais rápido do que na Inglaterra, sem falar na França e na Rússia. (...) no terreno do capitalismo, **que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro?**⁴¹*

⁴¹ Grifo meu.

Nota-se, portanto, que (SOARES, 2021, p. 232) tem sua razão em destacar que, segundo Weffort:

ressaltou que a obra⁴² foi escrita com a intenção principal de explicar a guerra e denunciar a formação de uma aristocracia operária, denunciada como aliada ideológica da oligarquia financeira, da camada de parasitas típica da fase monopolista do capitalismo.

Cabe, agora, destacar que concluímos o primeiro objetivo deste capítulo (em consonância com o objetivo de Lenin na obra em questão). Demonstramos como e porque é infundada a caracterização do imperialismo de Lenin como “não-maduro” ou como “convulsão juvenil” do capitalismo. A Primeira Guerra Mundial expressa, ao contrário, a maturidade do imperialismo, a sua consolidação como fase do capitalismo, a consolidação da partilha do mundo e necessária luta para sua repartilha. (LÊNIN, 2005, p. 126):

Aos números velhos motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas esferas de influência, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas etc. e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências européias na África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não-monopolista, pela livre conquista, poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando 9/10 da África já estavam ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo já estava repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das

⁴² Trata-se de “O imperialismo – fase superior do capitalismo” referido aqui como (LÊNIN, 2005)

colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo.

Resta, contudo, indicar que Lenin considera o imperialismo como algo que fica “na história”. “O lugar do imperialismo na história”, portanto, significa necessariamente enquadrar esta fase do capitalismo como fase que será ultrapassada. Ou seja, consiste em demonstrarmos o segundo objetivo deste capítulo: demonstrar que o imperialismo é a última fase do capitalismo, é sua fase de decomposição. (LÊNIN, 2005, p. 126 e 127):

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como uma das tendências do imperialismo, a formação de Estados-rentier, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do corte de cupons. Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra).

O quadro geral do capitalismo já não é mais dinâmico, não apresenta em si mais o principal motor de inovações, não possui o lucro atrelado ao desenvolvimento produtivo, não possui as inovações como forma de diferenciação concorrencial, não opera senão para o sufocamento da livre circulação: o capitalismo, enquanto sistema produtivo, encontra-se **ESGOTADO**. Suas características parasitárias, seus laços

com vultosos montantes de corrupção, suas maquinações financeiras (preços de monopólio, exportações de capitais, a política colonial e, inclusive, a guerra), são a expressão da senilidade do capitalismo, do esgotamento enquanto sistema, de seu apodrecimento. De um lado, tem-se o desenvolvimento amplamente social das forças produtivas, o entrelaçamento máximo das cadeias produtivas, das diferentes e mais remotas partes do globo; de outro, a propriedade privada, pautada agora sobre os monopólios, impossibilita a socialização dos benefícios, impossibilita a aplicação das técnicas mais avançadas com o mesmo dinamismo de antes (na fase concorrencial, na qual a propriedade privada era condizente com as forças produtivas). Há um choque, um atravancamento. As relações de produção já não correspondem ao desenvolvimento das forças produtivas. (LÊNIN, 2005, p. 129):

Mas o que constitui o fundo desse entrelaçamento, o que se encontra por detrás dele, são as relações sociais de produção que mudam continuamente. Quando uma grande empresa se transforma em empresa gigante e organiza sistematicamente, apoiando-se num cálculo exato de uma grande massa de dados, o abastecimento de 2/3 ou ¾ das matérias-primas necessárias a uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas para os pontos de produção mais cômodos, que se encontram por vezes separados por centenas e milhares de quilômetros; quando, a partir de um centro, se dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter as numerosas espécies de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos se efetua segundo um plano único a dezenas e centenas de milhões de consumidores (venda de petróleo na América e na Alemanha pelo trust do petróleo americano), então percebe-se com evidência que nos encontramos perante uma socialização da produção, e não perante um simples entrelaçamento, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que não corresponde ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se se a sua

supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado), mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida.

A associação íntima de capitais gigantes, consistindo na formação da oligarquia financeira e do capital financeiro, contrasta a propriedade privada com o elevado grau de socialização da produção. (LÊNIN, 2005, p. 37):

[...], pelo seu conteúdo, essa distribuição dos meios de produção não é de modo nenhum geral, mas privada, isto é, conforme os interesses do grande capital, e em primeiro lugar do maior, do capital monopolista, que atua em condições tais que a massa da população passa fome e em que todo o desenvolvimento da agricultura se atrasa irremediavelmente em relação à indústria, uma parte da qual, a indústria pesada, recebe um tributo de todos os ramos industriais restantes.

Este nível de concentração interliga cadeias produtivas, mão de obra, desenvolve enormemente a técnica, com maiores volumes de investimentos. Isto é, a concentração, ao desenvolver as forças produtivas num grau elevado com relação ao capitalismo concorrência, produz a socialização da produção. Em contrapartida, a apropriação permanece privada. (LÊNIN, 2005, p. 26):

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável.

O capitalismo agoniza, está encerrado, aguarda seu golpe final. A problemática, portanto, está na política, nas condições políticas que tem o movimento operário de dar fim ao regime capitalista, pois a classe proprietária se une em prol da permanência do imperialismo. (LÊNIN, 2005, p. 111):

As proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, que deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos, e que subordinou ao seu poder não só as massas dos capitalistas e pequenos e médios empresários, mas também os mais insignificantes, por um lado, e a exacerbação, por outro lado, da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financeiros pela partilha do mundo e pelo domínio de outros países, tudo isso origina a passagem do bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo.

A saída do sistema imperialista é, somente, o socialismo. (SOARES, 2021, p. 233) aponta esta questão sobre a obra de Lenin:

Ele usou a expressão <fase superior. Para fugir da censura do Tzar. A fase imperialista do capitalismo é uma fase em que a desagregação do capitalismo está mais acentuada, mas⁴³ avançada. A fase monopolista/imperialista é a antessala de um regime superior, é uma fase de transição para o socialismo.

Esta não é uma fundamentação isolada. (SOARES, 1992, p. 57) sintetizava as ideias de Lenin:

O aprofundamento do processo de divisão social do trabalho produz a expansão da produção voltada predominantemente para a própria produção, a produção pela produção, que liberta o desenvolvimento das forças produtivas das amarras impostas pela limitação do consumo. Junto com isso, ocorre o progresso da técnica na indústria de máquinas e a substituição dos homens pelas máquinas. Nesse sentido, a

⁴³ Possivelmente um erro ortográfico de (SOARES, 2021). Não há prejuízo, no entanto, ao entendimento do texto, seria “mais” e não “mas”.

lei da elevação da composição orgânica do capital, no capitalismo, a expansão da produção ocorre com um crescimento mais rápido do capital constante relativamente ao capital variável, constitui a expressão econômica da preparação das bases materiais para o socialismo.

A transição do socialismo está pautada no nível de desenvolvimento das forças produtivas. Estas são, como já demonstramos ao longo deste capítulo, cada vez mais sociais. A propriedade privada, monopólica, por outro lado, atravessa este mesmo desenvolvimento, sua aplicação em benefício geral. Resultado: amplia-se o desemprego, a miséria, a desigualdade, a exploração etc. (LÊNIN, 1979 apud SOARES, 1992, p. 50):

A la par con la disminución constante del numero de los magnates del capital, que usurpan y monopolizan todas las ventajas de este proceso de transformación, aumenta en masa la miseria, la opresión, la esclavitud, la degradación y la explotación.

O caráter progressista do capitalismo, que possui sua máxima desenvoltura na sua fase imperialista, acaba por sintetizar em si as condições concretas para sua superação. O capitalismo impulsiona a revolta de classe, pois a exploração deixa de ser localizada, regional, para se tornar global, realizada pela mão dos poucos que concentram o capital. (LÊNIN, 1979 apud SOARES, 1992, p. 50)

[...] pero aumenta también la rebeldía de la clase obrera, que constantemente crece en numero, se instruí, unifica y organiza por el propio mecanismo del proceso capitalista de producción. El capital se convierte en traba del modo de producción que ha florecido junto con él y bajo su amparo. La concentración de los medios de producción y la socialización del trabajo llegan a tal punto, que se hacen incompatibles con su envoltura capitalista. Esta se rompe. La hora de la propiedad privada capitalista ha sonado. Los expropiadores son expropriados.

(LÊNIN, 1979 apud SOARES, 1992, p. 56 e 57):

Si se compara esta aldea real con nuestro capitalismo, se comprende entonces por qué los socialdemócratas consideran progresista la labor de nuestro capitalismo, cuando éste concentra estos pequeños mercados aislados en un mercado que abarca a toda Rusia, cuando crea, en lugar de la infinidad de pequeñas sanguijuelas leales al régimen, un puñado de grandes 'pilares de la patria'; cuando socializa el trabajo y eleva su productividad, cuando rompe esta subordinación del trabajador a las sanguijuelas locales y crea la subordinación al gran capital. Esta subordinación es progresista en comparación con aquella - a pesar de todos los horrores de la opresión del trabajo, de la agonía lenta, del embrutecimiento, de la mutilación de los organismos femeninos e infantiles etc. - porque DESPIERTA LA CONCIENCIA DEL OBRERO, convierte el descontento sordo y vago en protesta consciente, convierte el motín aislado, pequeño, ciego, en lucha organizada de clases por la liberación de todo el pueblo trabajador, lucha que extrae su fuerza de las condiciones mismas de existencia de este gran capitalismo y por ello mismo puede contar incondicionalmente con un EXITO SEGURO.

É fundamental grifar: dito isso, é possível, partindo de Lenin, realizar uma “atualização” do imperialismo? A resposta, obviamente, é: Não! Não é possível, pois o imperialismo comprehende o grau mais elevado de desenvolvimento das forças produtivas, o grau mais elevado da socialização destas forças produtivas e, em contrapartida, em termos das relações de propriedade, o imperialismo corresponde ao grau mais elevado da concentração da produção, é a fase monopólica do capitalismo. Não está aqui contido o conceito de cadeias globais de valor? De internacionalização do capital? Não está neste quadro traçado ao longo deste capítulo, isto é, na explicitação do imperialismo

para Lenin, contida toda a dinâmica da “globalização”?⁴⁴ Isto encerra, portanto, o terceiro objetivo deste capítulo.

Se o desenvolvimento das forças produtivas permitiu que o capitalismo concorrencial finalizasse seu potencial histórico, permitindo a expropriação de pequenos proprietários em favor da grande produção, no imperialismo a mesma relação é verdadeira: tem-se as bases concretas para expropriação dos grandes proprietários em prol da classe trabalhadora, tem-se as bases para a socialização da propriedade dos meios de produção, isto é, para o socialismo.

⁴⁴ Vale a pena ver:<https://www.youtube.com/channel/UCelvZG3HdnHxmoEVxFzKGiQ/videos>
(vídeo 14)

4 CONTRA A TESE DO IMPERIALISMO COMO POLÍTICA

A noção de que o imperialismo consiste em uma relação entre Estados, isto é, em uma relação política de subordinação é equivocada da perspectiva leninista. A correta caracterização do imperialismo é como fase do capitalismo. Conforme expõe (WEFFORT, 2022, p. 204):

[...] na teoria de Lenin, o imperialismo não se define com base em uma premissa política (a nação), mas como uma fase particular do desenvolvimento capitalista, ou seja, a partir das relações de produção.

Isso está, de fato, baseado em (LÊNIN, 2005). Este afirma que a dimensão do Estado não é a causa explicadora da monopolização, sendo esta verificada tanto em países protecionistas quanto em países que possuem o livre câmbio como premissa. (LÊNIN, 2005, p. 20):

Deve-se observar que considera a Alemanha como um caso especial, em consequência da proteção da sua indústria por elevadas tarifas alfandegárias. Mas esta circunstância não fez mais do que acelerar a concentração e a constituição de associações monopolistas patronais, cartéis, sindicatos etc. É de extraordinária importância notar que no país do livre câmbio, a Inglaterra, a concentração conduz também ao monopólio, ainda que um pouco mais tarde e talvez com outra forma.

Ainda sobre isso, (LÊNIN, 2005, p. 21) fundamenta:

Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo ou ao livre câmbio, trazem consigo apenas diferenças não-essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, mas que o aparecimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo.

E mais adiante, (LÊNIN, 2005, p. 90) não deixa margens:

O que é preciso considerar é que, interpretado no sentido referido, o imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo⁴⁵

A questão que se coloca é: como pretender uma atualização da teoria de Lenin quando se está em desacordo com esta “premissa”⁴⁶ tão básica? Uma suposição pode ser verificada na crítica que Lenin faz a Kautsky. Para (LÊNIN, 2005), a tese de Kautsky não está somente equivocada, como também “não serve para absolutamente nada”⁴⁷. (KAUTSKY apud LÊNIN, 2005, p. 91 e 92)

O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias, quaisquer que sejam as nações que a povoam.

Tem-se, assim, duas questões fundamentais da definição de Kautsky: i. o imperialismo é uma **política** de anexação; ii. Se dá pela conquista de **regiões agrárias**, pelo capital industrial. (LÊNIN, 2005, p. 92) aponta:

O imperialismo é uma tendência para as anexações; eis a que se reduz a parte política da definição de Kautsky. É justa, mas extremamente incompleta, pois no aspecto político o imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reação. Mas o que neste caso nos interessa é o aspecto econômico, que o próprio Kaustky introduziu na sua

⁴⁵ Grifo meu.

⁴⁶ As aspas aqui possuem ironia. A premissa que falamos aqui não é a premissa no sentido da economia política. Para esta, a premissa é uma lei da natureza, algo que não precisa ser explicado. Lenin faz o contrário, alcança essa “premissa” do ponto de vista do concreto, e não do racional. Demonstra que é a monopolização a característica central do imperialismo e que, se falando de monopólios como regra da economia capitalista, atinge-se uma nova fase desta economia.

⁴⁷ (LÊNIN, 2005, p. 92).

definição. [...]. O que é característico do imperialismo não é precisamente o capital industrial, mas o capital financeiro. [...] O que é característico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais [...], pois, em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia.

(LÊNIN, 2005, p. 93) ainda contrapõe Kautsky a Hobson, colocando este como um passo a frente daquele no que tange a definição do imperialismo:

Vemos que Kautsky, que pretende continuar a defender o marxismo, na realidade, dá um passo atrás em relação ao social-liberal Hobson, o qual tem em conta, com mais acerto do que ele, as duas particularidades históricas concretas (Kautsky, com a sua definição, troça precisamente do caráter histórico concreto!) do imperialismo contemporâneo: 1. Concorrência de vários imperialismos; 2. Predomínio do financeiro sobre o comerciante. Se o essencial consiste em que um país industrial anexa um país agrário, então atribui-se o papel principal ao comerciante.⁴⁸

⁴⁸ Este é um ponto que será mais desenvolvido no capítulo seguinte, em que criticaremos a visão de imperialismo “sangue-suga”. Mas não podemos deixar de verificar a centralidade da relação comercial em todas as teorias do “imperialismo tardio” conforme apresentadas por (FERNANDES, 2021). A teoria de Smith, em especial, apresenta a “formulação econômica” do imperialismo em termos comerciais, em termos das diferenças de taxas de exploração e de troca de valor entre países centrais e países periféricos.

O que se produz ao dar autonomia para a dinâmica política do imperialismo é dissociar as consequências necessárias da sua estrutura econômica: a violência, a opressão, a guerra. Isto significa: é possível uma economia monopolista, altamente concentrada, sem a contrapartida da violência. É possível uma solução pacífica dentro do sistema imperialista. (LÊNIN, 2005, p. 93 e 94):

*O essencial é que Kaustky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política preferida pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o modo de atuar não-monopolista, não-violento, não-anexionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas atuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não-imperialista. Daqui resulta que, deste modo, se dissimulam, se ocultam as contradições fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui **resulta reformismo burguês em vez de marxismo**⁴⁹.*

Dessa forma, o imperialismo é apresentado com verniz. Segundo (LÊNIN, 2005), Kautsky realiza um embelezamento do imperialismo. E, por isso, é uma “crítica” perigosa. (LÊNIN, 2005, p. 94)

[...] A objeção [de Kaustky a Cunow], completamente plausível na aparência, equivale, na realidade, a uma defesa mais sutil, mais velada (e por isso mesmo mais perigosa), da conciliação com o imperialismo, pois uma luta contra a

⁴⁹ Grifo meu.

política dos trusts e dos bancos que deixe intactas as bases da economia de uns e outros não passa de reformismo e pacifismo burgueses, não vai além das boas e inofensivas intenções. Voltar as costas às contradições existentes e esquecer as mais importantes, em vez de as descobrir em toda sua profundidade: é isso a teoria de Kautsky, o que nada tem a ver com o marxismo.

A grande crítica de Lenin sobre Kaustky culmina em sua crítica do ultra-imperialismo. É particularmente interessante notar a semelhança entre a tese de Kaustky com a tese de que o imperialismo atual é relativamente pacífico pois está sob o comando de um grande país imperialista, ou um grande consórcio imperialista. (LÊNIN, 2005, p. 95) apresenta o seguinte:

Mas se falamos das condições puramente econômicas da época do capital financeiro como de uma época historicamente concreta, localizada nos princípios do século XX, a melhor resposta às abstrações mortas do ultra-imperialismo (que servem exclusivamente um propósito dos mais reacionários: desviar a atenção das profundas contradições existentes) é contrapor-lhes a realidade econômica concreta da economia mundial moderna. As ocas divagações de Kautsky sobre o ultra-imperialismo estimulam, entre outras coisas, a ideia profundamente errada, que leva água ao moinho dos apologistas do imperialismo, de que a dominação do capital financeiro atenua a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, o que faz é acentuá-las.

Deve-se reforçar: o imperialismo de Lenin é instável. É a fase de decomposição do capitalismo, valendo-se de todos os meios possíveis para manter-se de pé. É instável pela desigualdade entre as nações, a qual é acentuada sob o imperialismo, pelas crises, que se aprofundam e são cada vez mais recorrentes. Portanto, o que se coloca com a possibilidade de resolução política sem aniquilar a base econômica do imperialismo é uma nítida ilusão. (LÊNIN, 2005, p. 97) ainda sobre Kaustky:

Não será isto a tentativa reacionária de um filisteu assustado que quer esconder-se da terrível realidade? Será que os cartéis internacionais, nos quais Kautsky vê os germes do ultra-imperialismo (do mesmo modo que a produção de comprimidos nos laboratórios poderia qualificar-se de embrião da ultra-agricultura), não nos mostram o exemplo da divisão e de uma nova partilha do mundo, a transição da partilha pacífica para a não-pacífica, e inversamente? Será que o capital financeiro americano e o de outros países, que dividiram pacificamente entre eles todo o mundo, com a participação da Alemanha, por exemplo, no sindicato internacional dos carris de ferro ou no trust internacional da marinha mercante, não redividem hoje em dia o mundo com base na nova correlação de forças, correlação que se modifica de uma maneira que nada tem de pacífica?

Não é demais reforçar: os conflitos imperialistas não podem se resolver por meios pacíficos, necessitam da utilização da força, conforme já apontado no capítulo anterior. (LÊNIN, 2005, p. 97):

O capital financeiro e os trusts não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E se a correlação de forças mudou, como podem resolver-se as contradições, sob o capitalismo, a não ser pela força?

Cabe notar, contudo, que a questão da submissão dos Estados pelas potências imperialistas aparece sim em Lenin. O que é diferente das teses aqui criticadas é que não é esta relação que define o imperialismo. **A relação parasitária é reflexo do imperialismo, é consequência da fase monopólica do capitalismo, e não sua causa.** (LÊNIN, 2005, p. 106):

Se o mérito do imperialismo consiste em educar o negro para o trabalho (é impossível evitar a coerção...), o seu perigo consiste em que a Europa descarregue o trabalho físico – a princípio o agrícola e mineiro, depois o trabalho industrial mais rude – sobre os ombros da população negra e se

reserve o papel de rentier, preparando talvez desse modo a emancipação econômica, e depois política, das raças negra e vermelha.

O que está em destaque nesta visão do Lenin não é a subjugação estatal, não é a relação política, a esfera do Estado-Nação, mas sim a figura do parasitismo, do rentier! E ainda mais: não se deriva dessa questão uma subjugação eterna, um determinismo econômico, como é o caso das teses de superexploração que mais reforçam a miséria do que possibilitam sua superação. Pelo contrário: o imperialismo pode gerar a emancipação econômica da nação submetida⁵⁰.

Vale aqui a observação de (WEFFORT, 2022), de que “as referências aos ‘países dependentes’ são apenas secundárias”⁵¹, ou seja, de fato Lenin não estava preocupado em caracterizar o imperialismo a partir das políticas particulares do centro com a periferia. O imperialismo não consiste, na lógica leninista, na permanência do centro enquanto centro e da periferia enquanto periferia, não resulta de uma divisão internacional do trabalho, não resulta de políticas públicas direcionadas à submissão. Estes aspectos figuram como características do imperialismo, como reflexo da nova fase do capitalismo.

Convém assim destacar a tese apresentada por (CARDOSO e FALETTI, 1970 apud WEFFORT, 2022, p. 195)⁵²:

A interpretação geral aqui sustentada salienta que essa ambiguidade é típica da situação de subdesenvolvimento e que, portanto, é necessário elaborar conceitos e propor hipóteses que expressem e permitam compreender o

⁵⁰ Este tópico, que serve aqui para evidenciar o distanciamento das visões criticadas e a de Lenin, será mais detalhadamente abordado no capítulo seguinte.

⁵¹ Página 204.

⁵² Deve-se destacar, inclusive, a completa falta de atenção em destacar este estudo nacional sobre dependência em (FERNANDES, 2021).

subdesenvolvimento sob essa perspectiva fundamental. Esta deve realçar a contradição entre a nação concebida como uma unidade social relativamente autônoma (o que obriga, portanto, referir-se de maneira constante à situação interna de poder) e o desenvolvimento considerado como processo logrado ou que se está logrando por meio de vínculos de novo tipo com as economias centrais.

(WEFFORT, 2022, p. 196) lança então duas questões:

[...] terá existido na quase completa integração argentina ao mercado internacional no século XIX uma contradição real entre Estado nacional argentino e mercado internacional? Não foi o próprio Estado nacional argentino, no pleno uso de seus atributos de soberania, um dos fatores dessa incorporação?

A citação acima aponta uma relação já apresentada por Lenin. O monopólio estatal e o monopólio privado já não se diferenciam, na verdade se entrelaçam, o Estado funciona ora como protetor dos monopólios nacionais, ora como propulsor da integração no mercado mundial, como meio de interligar os capitais nacionais aos monopólios internacionais. (LÊNIN, 2005, p. 71) evidencia isto a partir de um exemplo:

Começa então a comédia do petróleo. Von Gwinner, diretor do Banco Alemão e um dos reis financeiros da Alemanha, organiza, por intermédio de seu secretário particular, Stauss, uma campanha a favor do monopólio do petróleo. Põe-se em ação todo o imenso aparelho do mais importante banco berlinese, todas as suas vastas relações de que dispõe, a imprensa enche-se de clamores patrióticos contra o jugo do trust americano, e o Reichstag decide, quase por unanimidade, em 15 de março de 1911, convidar o governo a preparar um projeto de monopólio do petróleo. O governo aceitou esta ideia popular, e o Banco Alemão, desejoso de enganar seu rival americano e de pôr em ordem seus negócios mediante o monopólio do Estado, parecia ter ganho a partida. (...) Mas, em primeiro lugar, os grandes bancos

alemães zangaram-se entre si por causa da partilha do saque, e a Sociedade de Desconto pôs a descoberto os objetivos interessados do Banco Alemão; em segundo lugar, o governo assustou-se com a ideia de uma luta com Rockefeller, pois era muito duvidoso que a Alemanha conseguisse obter petróleo sem contar com ele (o rendimento da Romênia não é muito considerável); em terceiro lugar, quase ao mesmo tempo, em 1913, votava-se um crédito de 1 bilhão para os preparativos de guerra da Alemanha. O projeto de monopólio foi adiado.

E (LÊNIN, 2005, p. 72) conclui:

Por aqui vemos claramente como, na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e como tanto uns como outros não são, na realidade, mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo.

Nota-se: novamente o Estado não aparece como protagonista na relação imperialista. Para além dos monopólios, é o capital financeiro o grande protagonista, a fusão do capital bancário ao capital industrial, a formação da nata financeira que não observa no Estado seu impedimento, mas sua continuação, seu entrelaçamento. Portanto, voltemos à questão de Weffort: Seria possível analisar separadamente a autonomia do Estado com a incorporação na rede monopolista internacional? Ou, colocada em termos do que Lenin nos diz: seria possível separar a esfera política da econômica do imperialismo, assumindo como compatíveis uma política pacífica sob a violenta coerção monopólica?

(WEFFORT, 2022, p. 196) resume bem a questão:

A ambiguidade classe-nação, presente na ‘teoria da dependência’, deverá resolver-se em uma perspectiva de classe para a qual nem existe uma ‘questão nacional’ (ou dependência) no sistema capitalista, nem a nação é concebida como um princípio teórico explicativo. A importante

problemática histórica, referida anteriormente por Cardoso e Faletto, só existe como problemática teórica, (que nem a teoria marxista nem a teoria da modernização contêm de forma necessária) na suposição de que devesse haver uma coerência fundamental, do ponto de vista de um critério de autonomia nacional, entre os níveis econômicos e políticos. Suposição inaceitável teoricamente, pois significaria o mesmo que tomar a nação como um dado anterior e irredutível à ciência, ou seja, como um absoluto.

Portanto, o que se evidencia é que não é somente equivocado analisar o imperialismo com base na relação política, como esta análise conduz a uma contradição puramente teórica no âmbito do Estado, pois parte do pressuposto de que existe uma nação a priori⁵³. Ou seja, toma como dado aquilo que precisa explicar, como aponta (WEFFORT, 2022, p. 203):

Desse modo, o argumento que começa com um conceito especulativo termina também especulativamente. Tendo em conta que os países ricos mantiveram a autonomia e os países pobres perderam-na, ‘conclui-se’ que uns são ricos porque a mantiveram e outros são pobres porque a perderam; (...); finalmente, assim se justifica a premissa nacional como necessária ou, pelo menos, como suficiente para a análise das possibilidades do capitalismo nos países colonizados.

Lenin, ao tratar de Kautsky e de como ele procede na separação entre política e economia imperialista, demonstra o caráter pequeno burguês do argumento. Weffort faz o mesmo com (CARDOSO e FALETTO, 1970), classificando a teoria como

⁵³ Faz-se necessário remeter à nota 43 deste trabalho, sobre exatamente este ponto.

ideologia nacional burguesa⁵⁴. Não nos parece descabida a mesma associação para as teses do imperialismo tardio, que apresentam o imperialismo não como fase do capitalismo, não como fase do capital financeiro, como fase da monopolização.

Vale, entretanto, adentrar um pouco no debate realizado por (SOARES, 2004), o qual demonstra, baseado em (SADER, 1995), que a presidência neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi mero reflexo de todas as suas teses até então. (WEFFORT, 2022) já indicava este caminho “teoricamente”. Confirma-se, assim, que a análise do imperialismo como política, como uma política que retira a “independência” de um país, conduz à necessidade de **rompimento político**, e não econômico. Conduz, por fim, à uma visão burguesa do imperialismo.

No entanto, há uma diferença importantíssima entre o trabalho de FHC e os teóricos do imperialismo tardio. Apesar de ambos apresentarem consequências burguesas de suas constatações teóricas, FHC possui uma coerência no raciocínio, de modo que não representa surpresa alguma seus posicionamentos presidenciais, conforme explicitam (SOARES, 2004) e (SADER, 1995). Não contém mistério, portanto, a seguinte constatação de (SOARES, 2004, p. 24):

É interessante a recusa de FHC em citar Lênin, cuja obra sobre imperialismo é, dentre os clássicos do marxismo, a que melhor fundamenta o que foi escrito em Dependência e desenvolvimento.

⁵⁴ Convém aqui reproduzir a fundamentação de (WEFFORT, 2022, p. 192), em nota de rodapé: “A ênfase na dependência externa cumpriria uma função ideológica, na medida em que indicaria a necessidade de independência nacional, sem a ruptura concomitante das relações de dominação (internas) de classe. Assim, ela pertenceria ao campo de uma ideologia do tipo nacional-burguês, que se recusa a ver os vínculos existentes entre o sistema internacional de dominação e a estrutura de classes vigente nos países latino-americanos. Do ponto de vista de uma análise ideológica, o problema que se coloca é o de saber em que medida os teóricos da ‘dependência estrutural’ rompem efetivamente com os mencionados marcos ideológicos. Minha impressão é que a noção que engloba ao mesmo tempo as relações externas e internas é apenas uma versão mais radical dentro do mesmo campo ideológico. Se no caso anterior se pode falar de nacionalismo (burguês) reformista, aqui me parece que é tipicamente de nacionalismo (pequeno-burguês) radical.”

De fato, é curioso, mas nada místico. FHC, ao que indica o trabalho acima citado, leu muito bem Lenin, e mais: o entendeu. O problema consiste na consequência arrasadora de Lenin, de que é preciso romper com a estrutura como um todo, não sendo viável (para um marxista) somente a reforma política. Reforçando o viés pequeno-burguês de sua idealização, FHC jamais poderia conceber tal consequência. Deste modo, ao invés de falar de imperialismo, utiliza da base econômica (monopólios, capital financeiro) para dar luz à sua idealização, chamando-a de “dependência e desenvolvimento”. Fundamenta, assim, um argumento de reforma do Estado para **enquadrar a economia brasileira na dinâmica “imperialista” da economia mundial**.

Observa-se em (CARDOSO e FALETTI, 1970 apud SOARES, 2004, p. 5 e 6):

Ademais, uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam, ao mesmo tempo, de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam. [...] Por outro lado, em casos limites, uma sociedade nacional pode ter certa autonomia de decisões, sem que por isso o sistema produtivo e as formas de distribuição de rende lhe permitam equiparar-se aos países centrais desenvolvidos, nem sequer a alguns países periféricos em processo de desenvolvimento [...] não existe um nexo imediato entre a diferenciação do sistema econômico e a formação dos centros autônomos de decisão [...] seria difícil sustentar que a diferenciação econômica assim alcançada – em função de variáveis conjunturais do mercado e sem implicar um projeto de autonomia crescente e uma mudança nas relações entre as classes – possa por si só alterar de forma substantiva as relações de Dependência e desenvolvimento.

O que FHC fundamenta é compatível com o que (LÊNIN, 2005) nos apresenta: não há uma relação entre atraso nos países periféricos e uma política imperialista. Ou seja, não seria cabível enquadrar a relação de dependência tal como se utilizava o termo “subdesenvolvimento”. (CARDOSO e FALETTI, 1970 apud SOARES, 2004, p. 6):

Dessa forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa

ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação. Entretanto, o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração de renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno. Isso é manifestamente insuficiente.

A fundamentação desta tese será abordada no próximo capítulo, no qual criticaremos a visão do imperialismo com base em uma relação “sangue-suga”, ou a partir da divisão internacional do trabalho. Aqui, por hora, o objetivo é de apresentar a coerência de FHC contrariamente aos teóricos do imperialismo tardio. A lógica burguesa de FHC está em fazer a leitura correta do cenário econômico e assumir a possibilidade de uma “independência política”, uma “independência nacional” para a periferia, sem romper com a dinâmica econômica do imperialismo. E ela se concretiza em sua política prática, conforme nos aponta (SADER, 1995, p. 2):

Absolvendo as responsabilidades e a participação do capital privado multinacional e nacional no bloco no poder do regime militar, e descaracterizando este como ditadura, mediante o apelativo ‘autoritário’, estava feita a prestidigitação que permitiria a compatibilização de interesses sociais tão dissimilares quanto aqueles que se opuseram ao Estado ‘autoritário’.

Mais adiante, (SADER, 1995, p. 3) sintetiza:

Fica mais clara assim a lógica da evolução do pensamento e da prática de FHC, desde sua definição do regime da ditadura militar como um Estado autoritário, passando pela caracterização de uma burguesia como seu setor hegemônico, até a configuração de uma concepção neoliberal da democratização e da modernização capitalista.

Fica mais evidente a separação da economia imperialista e da política em FHC quando observamos a citação direta de (CARDOSO e FALETTO, 1970 apud SOARES, 2004, p. 11):

A Dependência e desenvolvimento encontra assim não só ‘expressão’ interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relações entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a vinculação econômica com o exterior. Nessa perspectiva, a análise da Dependência e desenvolvimento significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes.

Vale notar e reforçar: para Lenin a questão é indissociável. (LÊNIN, 2005, p. 85 e 86) afirma:

[...] é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que, na realidade, se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática.

Analisando Hobson⁵⁵, (LÊNIN, 2005) possibilita a crítica da concepção burguesa de FHC e Faletto, tal como (WEFFORT, 2022) já nos indicava. As “relações internas” não podem ser entendidas sem o contexto externo do imperialismo, elas são o reflexo da fase parasitária do capitalismo, são a expressão do parasitismo do capital financeiro, dos monopólios e das grandes potências. (LÊNIN, 2005, p. 104)

Circunstâncias de duas ordens, na opinião do autor [Hobson], reduziram a força dos velhos impérios: 1. O parasitismo econômico e 2. A formação de exércitos com soldados dos povos dependentes. ‘A primeira é o costume do parasitismo econômico, pelo qual o Estado dominante utiliza as suas províncias, colônias e países dependentes para enriquecer a sua classe dirigente e subornar as classes inferiores⁵⁶ para conseguir a sua aquiescência.

Por fim, devemos concluir de uma vez por todas: FHC não possuía pretensões marxistas, apesar de utilizar Marx e Lenin (sem citar este diretamente) em suas formulações. Sua pretensão era a de inserir o Estado brasileiro na órbita imperialista, contrariamente à “burguesia de estado” da ditadura militar⁵⁷, que não possibilitava a inserção internacional do país. As pretensões de FHC eram neoliberais.

As teses apresentadas por (FERNANDES, 2021) enquadram o imperialismo como relação, seja política, seja comercial. Separam a esfera econômica e política do imperialismo, apresentam as teses como grande disruptão do funcionamento do capitalismo, utilizando a velha camuflagem utilizada por Kautsky e aparentemente

⁵⁵ Hobson, Imperialism, L., 1902, p. 324

⁵⁶ Grifos meus.

⁵⁷ É notável a “vista grossa” feita por FHC. Conforme ressaltou (SADER, 1995): “A própria caracterização dos interesses das corporações multinacionais em favorecer formas estatais não ditatoriais, que seriam mais permeáveis a seus interesses privados, é prisioneira de uma visão esquemática externa da relação Estado/sociedade civil (...). Desconhece, neste caso, as formas de articulação direta entre os interesses multinacionais privados e o Estado militar, valendo-se precisamente do seu caráter ditatorial, que lhe permitiram realizar melhor seus interesses de reprodução do capital do que durante um regime parlamentar.”

desconhecendo o debate cepalino, a teoria da dependência e a teoria de dependência e desenvolvimento. Ao enfocarem a questão do imperialismo no Estado, desfocam do fato realmente relevante. Lenin destaca, no prefácio de (BUKHARIN, 1986, p. 11):

O típico dessa época já não são empresas que se entregam a uma ‘livre concorrência’, no interior de cada país e também entre diferentes países: são sindicatos de empresários, trustes detentores de monopólios. O ‘soberano’ de hoje já é o capital financeiro, particularmente móvel e flexível, cujos fios se emaranham tanto no interior de cada país como no plano internacional, que é anônimo e não tem vínculo direto com a produção, que se concentra com uma facilidade extraordinária – e que já é extremamente concentrado, visto que algumas centenas de multimilionários e de milionários detêm positivamente, em suas mãos, a sorte atual do mundo inteiro.

O relevante é a nação? É o Estado? Para Lenin, definitivamente este não é o inimigo a ser combatido politicamente. O Estado é emaranhado ao monopólio privado, o monopólio privado tem cada vez menos características nacionais e cada vez mais globais, a dinâmica é, já no século XX, internacionalizada, a partilha do mundo já está feita. O inimigo de Lenin, para além dos próprios “multimilionários e milionários”, está constituído na aristocracia operária.

O imperialismo é a fase de decomposição do capitalismo, é a fase em que a contradição da socialização da produção e apropriação privada se torna mais aguçada, é a fase de acentuação da violência, da coerção por parte dos monopólios. É, por essas características, a antessala do socialismo. Por outro lado, os lucros exorbitantes, a separação da propriedade da gestão e o avanço das forças produtivas, permitem o surgimento de uma classe intermediária, uma classe de gestores, diretamente subordinados ao proprietário, diretamente subornados por este. (LÊNIN, 2005, p. 13) aponta:

Como demonstramos neste livrinho, o capitalismo deu agora uma situação privilegiada a um punhado (menos da décima parte da população da Terra, ou, calculando de um modo

muito generoso e muito acima, menos de um quinto) de países particularmente ricos e poderosos que, com o simples corte de cupons, saqueiam todo o mundo. A exportação de capitais dá rendimentos de oito a dez bilhões de francos por ano, de acordo com os preços de antes da guerra e segunda estatísticas burguesas de então. [...]

É evidente que tão gigantesco superlucro [...] permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária.

(LÊNIN, 2005, p. 14)

*Essa camada de operários aburguesados ou de aristocracia operária, inteiramente pequenos burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal **apoio social (não-militar) da burguesia**. Porque são verdadeiros **agentes da burguesia** no seio do movimento **operário**, lugar-tenentes operários da classe dos capitalistas (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo.*

Novamente, não está fora da lógica leninista denunciar as teses do imperialismo tardio como ideólogos da burguesia, pequeno-burgueses não declarados, que buscam se valer da premissa de necessidade de atualização de Lenin para efetivar a morte de sua teoria, em prol de uma teoria de imperialismo pacífico, como sintetizado explicitamente em (JÚNIOR, 2011). Lenin, em (BUKHARIN, 1986, p. 11 e 12) aponta justamente para isso:

No que toca, em particular, a Kautsky, sua evidente ruptura com o marxismo não se traduziu por uma abjuração ou esquecimento da política, nem por um ‘salto’ acima dos conflitos políticos, convulsões e transformações, particularmente numerosos e variados nesta época de imperialismo, nem tampouco por uma apologia do imperialismo – mas pelo devaneio em torno de um

capitalismo ‘pacífico’. O capitalismo pacífico⁵⁸ foi substituído por um imperialismo nada pacífico – pelo contrário, belicosa e catastrófico.

A visão oportunista ofusca a realidade do imperialismo e tumultua o endereçamento da revolução por parte da classe trabalhadora. O inimigo central, portanto, é aquele que amortece a luta de classes, isto é, a aristocracia operária. (LÊNIN, 2005, p. 12 e 13):

*O movimento proletário revolucionário em geral e o movimento comunista em particular, que crescem em todo o mundo, não podem dispensar a análise e o desmascaramento dos erros teóricos do **kautskismo**. Isso é tanto mais necessário quanto o pacifismo e a democracia em geral – que não têm as mínimas pretensões de marxismo, mas que, exatamente como Kautsky e Cia., dissimulam a profundidade das contradições do imperialismo e a inelutabilidade da crise revolucionária que este engendra – são correntes que ainda se encontram extraordinariamente espalhadas em todo o mundo. A luta contra tais tendências é obrigatório para o partido do proletariado, que deve arrancar à burguesia os pequenos proprietários que ela engana e os milhões de trabalhadores cujas condições de vida são mais ou menos burguesas.*

⁵⁸ Cabe destacar um outro trecho do prefácio, em que Lenin apresenta este capitalismo “pacífico” da livre-concorrência. (BUKHARIN, 1972, p. 10,): “Houve uma época de capitalismo relativamente ‘pacífico’ quando, nos mais adiantados países da Europa, o feudalismo acabava de ser totalmente vencido (...). É verdade que, mesmo nessa época – (...) – o capitalismo ‘pacífico’ criava, com a guerra externa e com a luta de classes, condições de vida muito distantes, extremamente afastadas de uma ‘paz’ verdadeira. Para os 9/10 da população dos países adiantados, assim como para centenas de milhões de homens, nas colônias e nos países atrasados, essa época não foi, portanto, de ‘paz’ – mas de opressão, de torturas, e de horrores”.

Por fim, a visão do imperialismo como política possibilita a ilusão de que é possível reformar o Estado, romper com a “dependência” a partir de reformas, isto é, a ilusão de que é possível alterar pacificamente a complexa rede imperialista mundial. (LÊNIN, 2005, p. 112) afirma:

O essencial na crítica do imperialismo consiste em saber se é possível modificar por meio de reformas as bases do imperialismo, se deve-se seguir adiante, intensificando e aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou se deve-se retroceder, atenuando essas contradições. Como as particularidades políticas do imperialismo são a reação em toda a linha e a intensificação da opressão nacional – consequência da opressão da oligarquia financeira e da supressão da livre concorrência -, a oposição democrática pequeno-burguesa ao imperialismo aparece em quase todos os países imperialistas no princípio do século XX.

A partir das reformas políticas, o imperialismo recua de uma dominação explícita para uma dominação validada cientificamente. (LÊNIN, 2005, p. 112):

Como a regulamentação reformista das bases do imperialismo é um engano, um voto piedoso, como os elementos burgueses das nações oprimidas não avançam, os burgueses da nação opressora recuam, para o servilismo em relação ao imperialismo encoberto com pretensões científicas. Bela lógica!

Kautsky, negando o fato de que o imperialismo acentua a opressão, acentua os conflitos, as insurgências, a reação, assume a bandeira da democracia pacífica, a política da reforma. (LÊNIN, 2005, p. 123)

Ao negar que o imperialismo intensifica a reação política, Kautsky deixa na sombra o que se refere à impossibilidade da unidade com os oportunistas na época do imperialismo, questão que adquiriu particular importância vital. Ao opor-se

às anexações, dá aos seus argumentos a forma mais inofensiva e mais aceitável para os oportunistas.

A reforma não passa de voto piedoso, de busca por camuflar as contradições do capitalismo, a sua acentuada opressão típica da monopolização, da fase de decomposição do capitalismo, da fase de domínio do capital financeiro. O objetivo de Lenin não é camuflar, não é pedir clemência às multinacionais e às potências; é, na verdade, esgarçar a luta de classes até o ponto de confronto, até o ponto de insurgência e de superação (inevitável) do capitalismo.

Pode-se concluir, portanto que as teorias do imperialismo tardio, ao observarem na dinâmica do Estado a centralidade do quadro internacional de dominação dos centros sobre as periferias globais, assumem as relações políticas como centrais no debate (invertem o efeito causa-efeito, tomando como causa – a captura do Estado, a política neoliberal – o que é consequência **particular** do imperialismo) e almejam, a partir da reforma estatal, romper com a dominação, com o imperialismo. Demonstramos que isso nada tem a ver com Lenin. Vale concluir com a citação de (SOARES, 2021), baseado em (LOSURDO, 2020):

O marxismo ocidental abandona o Marx e cai nos braços do liberalismo. A crítica ao Estado, na perspectiva burguesa e à URSS é um desdobramento lógico. Integra essa operação ideológica diversionista da burguesia. Colabora para ocultar a dimensão opressiva do capitalismo na sua fase decomposição e parasitismo, na sua fase monopólica, na sua fase imperialista. O marxismo ocidental transfere o foco do capitalismo para o Estado, como se fosse possível haver um Estado desvinculado da sua base real, como se numa fase imperialista fosse possível ter-se um Estado não-imperialista.

Portanto, em primeiro lugar, não se pode reivindicar uma atualização de sua teoria a partir desta visão. Em segundo lugar, contrariamente a FHC e Faletto, que não têm pretensões de criticar o sistema imperialista, os autores não possuem coerência lógica: apontam para fatores que não correspondem à crítica do sistema imperialista, e possibilitam a sua perpetuidade, a sua continuação em formato científico, envernizado. Dessa forma, não cabe somente a estes autores a classificação de

burgueses (como (WEFFORT, 2022) caracteriza FHC), mas sim de oportunistas, uma vez que afirmam realizar uma coisa, quando operam em verdade seu completo oposto.

5 CONTRA A TESE DO IMPERIALISMO “SANGUE-SUGA”

No trabalho de (FERNANDES, 2021, p. 77 e 78, nota 3) são destacadas duas “tradições críticas” (no que se refere ao imperialismo) na América Latina:

A ‘Teoria Marxista da Dependência’ (TMD) propõe uma ‘legalidade específica’ da dependência latino-americana e um predomínio de uma ‘terceira forma’ de extração de mais-valia: a predominância da superexploração do trabalho seria uma lei específica do capitalismo dependente. Fundada por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, a TMD enfrenta importantes debates sobre a sua renovação nessa década e, consequentemente, sobre a nova morfologia imperialista nesse século.⁵⁹

Ou seja, comprova-se dessa forma que, de fato, os autores do imperialismo tardio ignoraram o que FHC e Faletto escreveram em 1970 . Ignoraram, para além disso, o que (LÊNIN, 2005, p. 64) apontava já no século XX:

A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo.

Mais do que ignorar as atualizações teóricas do debate (referimos aqui à FHC e Faletto), os autores do imperialismo tardio reforçam as teses anteriores, e reclamam

⁵⁹ Vale citar, apenas para não deixar faltar, a segunda corrente que (FERNANDES, 2021) aponta (na mesma nota de rodapé): “[...] é a escola que nós chamamos de ‘geopolítica do imperialismo’. [...] tem como maior expoente o cientista político argentino, Atilio Borón.”

tratar se de uma grande atualização. Para tomarmos conhecimento dessas semelhanças, é importante notar a introdução de (MELLO, 1975), na qual são apresentadas as argumentações da (CEPAL, 1951).

Em primeiro lugar, há o mundo separado do centro e da periferia, sendo o primeiro o polo do desenvolvimento técnico, e o segundo o “celeiro do mundo”. Tem-se, portanto, uma divisão internacional do trabalho. (MELLO, 1975, p. 16):

A propagação desigual do progresso técnico (que é visto como a essência do desenvolvimento econômico) se traduz, portanto, na conformação de uma determinada estrutura da economia mundial, de uma certa divisão internacional do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos países centrais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais.

A diferenciação, portanto, do estágio produtivo em que as economias se encontram, seria reforçada, assim, pela “deterioração das relações de troca”. (CEPAL 1951 apud MELLO, 1975, p. 17):

Este fenômeno é essencialmente dinâmico e demonstraremos que, em última instância (a deterioração das relações de troca), se explica pela relativa lentidão com que o desenvolvimento industrial do mundo vai absorvendo o excesso real ou potencial de população ativa dedicada às atividades primárias... Há, portanto, em geral, uma relativa abundância de potencial humano nas atividades primárias que tende a pressionar continuamente salários e preços dos produtos primários e impede, assim, que a periferia comparta com os centros industriais o fruto do progresso técnico por eles alcançado. Mais ainda, impede a periferia de reter uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico.

O centro se apropria de tudo, suga tudo da periferia. Além disso, é nas relações de troca que está a fundamentação também da concentração do progresso nas economias centrais. Nota-se o quanto esta tese é completamente distante do que é apresentado por (LÊNIN, 2005). Neste, a concentração está em primeiro plano, é a monopolização que leva ao aprofundamento das desigualdades (mas não necessariamente uma estagnação econômica). De outro lado, os argumentos da CEPAL 1951 colocam em primeiro plano as trocas, o mercado, para explicar a concentração a partir disso. Chega-se, assim, à solução do desenvolvimento periférico: a industrialização. (MELLO, 1975, p. 21)

A Economia Política da CEPAL nasceu, assim, para explicar a natureza do processo de industrialização que eclodira, entre 1914 e 1945, em vários países, pôr a nu sua possível trajetória, revelar os problemas que enfrentaria se quisesse ter êxito e sugerir políticas econômicas que fossem aptas a superá-los. Mas nacer, ao mesmo tempo, para dizer em alto e bom som às Nações de Nuestra América que a industrialização seria o único caminho a trilhar se desejassem se tornar senhoras de seu próprio destino e, simultaneamente, se verem livres da miséria.

O traço mais característico, portanto, é que a periferia está economicamente condicionada a ser periferia por possuir problemas de industrialização, problemas que existem por ser periferia. Seria preciso, portanto, uma independência econômica, uma industrialização nacional. “Dependência e pobreza eram, pois, duas faces de uma mesma moeda, a ‘situação periférica’” (MELLO, 1975).

O contexto dessa visão desenvolvimentista na América Latina é o Estado populista. Não cabe adentrar nos detalhes deste modelo, mas apenas assinalar que, como evidencia (WEFFORT, 2022), em específico para o Brasil, este é um período marcado pela urbanização, pela industrialização, e consequente crescimento das “massas”. Como evidencia também (SOARES, 2004), fundamentado em (CARDOSO e FALETTO, 1970), é marcado pelo processo de substituição de importações, por uma

política estatal favorável à produção nacional, vinculada a uma “aliança desenvolvimentista” (pg. 17), em “oposição”⁶⁰ à elite agrária.

Este contexto, porém, acabou por ser frustrante às nações periféricas. O desenvolvimentismo nacional não emplacou o sonho de grandiosidade. É aí que se insere o estudo de FHC e Faletto. Eles buscariam responder a duas questões. (SOARES, 2021, p. 3):

- 1) *a perplexidade generalizada com os acontecimentos, ou melhor, com as dificuldades para a continuidade do processo de substituição de importações; e, 2) a insuficiência das teorias de desenvolvimento em voga na época para explicar aquelas dificuldades.*

É neste sentido que, neste capítulo, falamos da “atualização teórica”. Os autores do imperialismo tardio simplesmente parecem ignorar este avanço no debate. E, assim, repetem os mesmos equívocos já apontados por FHC e Faletto. (CARDOSO e FALETTO, 1970 apud SOARES, 2004, p. 5):

[...] há que se distinguir a situação dos países ‘subdesenvolvidos’ com respeito aos ‘sem desenvolvimento’ ... este último alude historicamente à situação das economias e povos – cada vez mais escassos – que não mantêm relações de mercado com os países industrializados... a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do

⁶⁰ As aspas indicam que este processo de oposição não é tão enfático. Como aponta (CARDOSO e FALETTO, 1970 apud SOARES, 2004, p. 17): “a viabilidade de tal política passava a depender precisamente de uma divisão entre os setores populares: a massa urbana que se beneficia do desenvolvimento e a rural que nele não é incorporada. ... se se tentasse a incorporação dos camponeses estourar-se-iam os marcos da ‘aliança desenvolvimentista’ – que incluía os latifundiários – pois a força política dos setores latifundiários baseia-se na manutenção de uma ordem que exclua a massa rural dos benefícios da participação econômica, política e social.”

capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista.

A relação entre a autonomia de decisão dos países subdesenvolvidos e “diferenciação do sistema econômico”, portanto, não era imediata. (CARDOSO e FALETTTO, 1970 apud SOARES, 2004, p. 5):

[...] uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam, ao mesmo tempo, de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam. [...] Por outro lado, em casos limites, uma sociedade nacional pode ter certa autonomia de decisões, sem que por isso o sistema produtivo e as formas de distribuição de renda lhe permitam equiparar-se aos países centrais desenvolvidos, nem sequer a alguns países periféricos em processo de desenvolvimento.⁶¹

No que consiste, então, a relação de dependência para Cardoso e Faletto? (WEFFORT, 2022, p. 194 e 195) aponta:

Definindo sua perspectiva de pesquisa, dizem que é necessário analisar ‘como as economias subdesenvolvidas vincularam historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe’. Trata-se, portanto, de atingir as relações externas e internas de forma global e concomitante. [...] se a nova forma de dependência tem explicações anteriores à nação, por outra parte, a relação

⁶¹ Há que ser reconhecida a semelhança com o que afirma Lenin, ao caracterizar os diferentes tipos de “colônias” (vide capítulo 2).

interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia à própria dependência.

Ou seja, a noção de dependência para Cardoso e Faletto está associada a elementos de classe e na forma de associação destes elementos ao Estado, à nação. Entende-se, com isso, a coerência lógica, evidenciada por (SADER, 1995) e (SOARES, 2004), no que diz respeito à presidência neoliberal de FHC: o problema era a forma do Estado brasileiro. Entende-se, também, o porquê FHC e Faletto não realizam uma crítica do imperialismo: o subdesenvolvimento já pressupõe as “relações orientadas para o exterior”. Cabe, portanto, associar-se ao exterior de forma a promover o desenvolvimento. Este desenvolvimento, assim, não seria independente. Ao contrário, seria um “desenvolvimento dependente associado”.

(CARDOSO e FALETTO, 1970 apud WEFFORT, 2022, p. 195) evidencia ainda mais essa questão:

[...] a interpretação geral aqui sustentada salienta que essa ambiguidade é típica da situação de subdesenvolvimento e que, portanto, é necessário elaborar conceitos e propor hipóteses que expressem e permitam compreender o subdesenvolvimento sob essa perspectiva fundamental. Esta deve realçar a contradição entre a nação concebida como unidade social relativamente autônoma (o que obriga, portanto, referir-se de maneira constante à situação interna de poder) e o desenvolvimento considerado como processo logrado ou que se está logrando por meio de vínculos de novo tipo com as economias centrais

A conclusão desta “ambiguidade” já foi dada no capítulo anterior. É esta “perspectiva fundamental” que garante a (WEFFORT, 2022) enquadrar esta teoria como uma ideologia nacional burguesa. Mas é notável o avanço com relação aos antigos aspectos da “dependência”. E este avanço se dá a partir do entendimento de características do imperialismo tal como exposto por (LÊNIN, 2005), e do capitalismo como exposto em (LÊNIN, 1988), apesar de não existirem referências diretas a Lenin por parte de FHC e Faletto. Veremos, no que diz respeito à tese do imperialismo sangue-suga, portanto, três polêmicas de FHC, como apresentado por (SOARES, 2004).

A primeira é com relação ao desenvolvimento do capitalismo na periferia, nas colônias. Conforme (CARDOSO, 1975 apud SOARES, 2021, p. 7) cita:

Já os clássicos que analisaram o capitalismo, e os comentadores do início do século que se opuseram às interpretações ‘narodinik’, mostraram que a existência de contradições não indica um empecilho para o capitalismo⁶², mas uma condição de seu desenvolvimento. E nem sequer é justo pensar que a contradição que se expressa, por exemplo, na miséria das populações marginais é aquela que, por si mesma, aponta as possibilidades máximas de negação da expansão capitalista. /.../ Mas é inegável que o avanço do capitalismo no campo, por exemplo, destrói a economia camponesa de subsistência, tende a diminuir o peso das formas tradicionais de exploração do trabalho e a criar uma classe de assalariados agrícolas (os bóias-friás). De igual modo cria um operariado mais numeroso, como adiante se verá, provoca uma diferenciação nos setores médios, expandindo o número de ocupações do terciário moderno, etc.

Ao invés de uma dependência estrutural, econômica, FHC argumenta a possibilidade de se aprofundar e desenvolver o capitalismo na periferia. Basta retomarmos a primeira citação de Lenin deste capítulo, para notarmos a incrível “coincidência”. (CARDOSO, 1975 apud SOARES, 2004, p. 8):

Esse processo não ocorre homogeneousmente em toda a periferia. Ele começa a realizar-se (de forma incompleta,

⁶² Nós, ao apresentarmos no capítulo 3 o debate com os populistas, em especial com Rosa Luxemburgo, destacamos notavelmente este ponto em (LÊNIN, 1988). (SOARES, 2004, p. 7, nota 28) reforça: “Aqui, mais uma vez sem qualquer referência ao Lênin, Cardoso (1975) repete argumentos presentes na obra anteriormente citada daquele autor marxista”.

como adiante exporei) nos países onde a internacionalização do mercado interno avançou mais.

A segunda polêmica é com relação à superexploração do trabalho na periferia. (SOARES, 2004, p. 8) apresenta o seguinte:

O capitalismo dependente, para alguns, estaria baseado na exploração extensiva da mão-de-obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho. A exploração do trabalho abundante nos países periféricos, segundo eles, barateava os produtos alimentares exportados e, por conseguinte, barateava o custo de reprodução da mão-de-obra e fomentava a acumulação nos países centrais⁶³. O mesmo mecanismo explicaria o colonialismo interno e a marginalidade social na periferia.

Logo em seguida, cita diretamente (CARDOSO, 1975 apud SOARES, 2004, p. 8)

Marx já havia mostrado, ao criticar Ricardo, que o essencial para a acumulação capitalista não é a concorrência entre os trabalhadores que leva à baixa relativa crescente do custo de força de trabalho, mas sim que este regime produtivo está baseado no que ele caracterizava como ‘tendência à elevação da composição orgânica do capital’. Ou seja, a introdução crescente de tecnologia, potenciando as forças produtivas, aumenta a parte do capital chamado constante em contra-posição à parte chamada variável (para o pagamento de salários) à medida em avança o processo de acumulação. A concorrência entre os capitalistas e a introdução de novas tecnologias, juntamente com a

⁶³ É notável a semelhança desta visão com a do casal Patnaik.

ampliação crescente da escala de acumulação, é que garantem o dinamismo do sistema.

Não é demais reforçar: o que garante o dinamismo do sistema capitalista é o mercado de bens de produção, é o desenvolvimento das forças produtivas, conforme já evidenciamos, a partir de (LÊNIN, 2005). O desenvolvimento técnico gera desemprego seja nos países centrais seja nos periféricos, conforme (SOARES, 2004) evidencia citando (CARDOSO, 1975 apud SOARES, 2004, p. 7 e 8):

Quer isto dizer que o capitalismo dependente terá condições para resolver os problemas de emprego da maioria da população? Claramente, não. Nem o dependente, nem o capitalismo nos países centrais oferece condições estáveis de pleno emprego. Por sua natureza, trata-se de um sistema cíclico que absorve e libera mão-de-obra. ... Entretanto, dado o caráter [progressivo] e [cumulativo] do sistema capitalista, pagando-se o preço do esmagamento de gerações e de segmentos importantes das classes exploradas, o que é próprio deste sistema é a sua capacidade de crescer em espiral, transformando as relações sociais de produção como consequência do aumento do patamar de acumulação e do desenvolvimento das forças produtivas.

Destas constatações, deriva-se que a questão central do imperialismo não pode ser a superexploração. Não é a concorrência entre os trabalhadores que promove o dinamismo no capitalismo, mas sim o desenvolvimento técnico, dado (para Lenin) pela concorrência entre os capitalistas.⁶⁴ E, no imperialismo, a característica central deste desenvolvimento é a monopolização (segundo Lenin), a perda do dinamismo concorrencial, os entraves do grande capital ao pequeno, a opressão característica

⁶⁴ Vale notar que (SOARES, 2021) aponta uma distinção neste quesito entre Lenin e Marx. Este observa o desenvolvimento das forças produtivas como reflexo direto da luta de classes, enquanto Lenin aponta como causa a concorrência entre os capitalistas.

desta fase e todos os demais elementos já expostos ao longo deste trabalho. Em resumo: a desigualdade entre os países não reflete uma ausência de desenvolvimento nos países periféricos (embora isso possa ocorrer para os países mais atrasados, ainda não internacionalizados), mas um aprofundamento do capitalismo nestes países a partir dos monopólios, da exportação de capitais, que inicialmente aparecem nos países centrais (muito embora isso não seja eterno, não esteja historicamente determinado e sofra alterações ao longo do tempo). A desigualdade é, portanto, um reflexo do parasitismo típico da fase monopólica. (LÊNIN, 2005, p. 106) afirma:

Se o mérito do imperialismo consiste em educar o negro para o trabalho (é impossível evitar a coerção...), o seu perigo consiste em que a Europa descarregue o trabalho físico – a princípio o agrícola e mineiro, depois o trabalho industrial mais rude – sobre os ombros da população negra e se reserve o papel de rentier, preparando talvez desse modo a emancipação econômica, e depois política, das raças negra e vermelha.

Neste contexto, portanto, cabe citar (WEFFORT, 2022, p. 202 e 203):

Não tenho dúvidas de que o imperialismo, normalmente, extrai um excedente dos países onde aplica seus capitais, simplesmente porque de outro modo seria impossível entender sua contínua expansão. É igualmente claro que este excedente beneficia o desenvolvimento do país imperialista de alguma forma (este, como veremos, era um dos pontos importantes na teoria de Lenin). Contudo, a questão é primeiro saber se esse mesmo excedente teria sido gerado naquele país na ausência da expansão imperialista; segundo, na hipótese positiva, se este excedente teria tido, nas condições sociais e econômicas reais da sociedade hindu, aplicação como investimento em prol do desenvolvimento [industrial nacional].

Além disso, (CARDOSO, 1975 apud SOARES, 2004, p. 9) aponta:

O erro nas interpretações que estou criticando não está em apontar a existência de um mercado estreito ou as distorções que a estrutura agrária ocasionam na estrutura produtiva. Eu sustento que eles constituem [condições] que dão forma à especificidade desta modalidade de capitalismo e que acentuam as contradições da economia capitalista no seu desenvolvimento na periferia. ... a especificidade da etapa de ‘internacionalização’ do mercado interno está justamente na emergência dos setores oligopólios e não na generalização da exploração baseada na mais-valia absoluta.

A terceira polêmica diz respeito à tese de que não existira mais nos países dependentes uma “burguesia nacional”. (CARDOSO, 1975 apud SOARES, 2004, p. 9):

O que deixou de ter qualquer função foi a ‘ideologia do desenvolvimento nacional burguês’, não as burguesias locais. ... a forma adotada pelo desenvolvimento dependente beneficia as burguesias locais e promove sua expansão, à condição que elas se associem ou fiquem ‘enfeudadas’ às corporações multinacionais e ao Estado. Com estas limitações, as burguesias nacionais continuam a desempenhar um papel ativo na dominação política e no controle social das classes submetidas.

Vale mencionar, neste contexto, a seguinte passagem de (LÊNIN, 2005, p. 109 e 110):

[...] o imperialismo embrionário transformou-se no sistema dominante; os monopólios capitalistas passaram para o primeiro plano na economia nacional e na política; a partilha do mundo foi levada ao seu termo; mas, por outro lado, em vez do monopólio indiviso da Inglaterra, vemos a luta que um pequeno número de potências imperialistas trava para participar nesse monopólio, luta que caracteriza todo o começo do século XX. O oportunismo não pode ser agora completamente vitorioso no movimento operário de um país, durante dezenas de anos, como aconteceu na Inglaterra na

segunda metade do século XIX, mas em alguns países atingiu a sua plena maturidade, passou essa fase e decompôs-se, fundindo-se completamente, sob a forma do social-chauvinismo, com a política burguesa.

Nota-se, portanto, o que se quer dizer quando anteriormente já citamos (LÊNIN, 2005), quando este menciona que o imperialismo corresponde a uma passagem de todos os proprietários para o lado do imperialismo, para o lado da oligarquia financeira, levando a aristocracia operária para o mesmo campo de defesa ideológica. A articulação dos monopólios significa também a articulação entre a elite internacional e as burguesias nacionais, entre as burguesias nacionais e as aristocracias operárias destes mesmos países. O campo de combate socialista, no qual Lenin estava inserido, é o operariado. Portanto, a crítica voraz ao oportunismo no meio operário. Este é o inimigo a ser desmascarado.

6 CATÁSTROFE HUMANITÁRIA É O FIM DO CAPITALISMO?

Como apresentado no capítulo 2, a tese de (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021) fundamenta-se em que, atualmente, o imperialismo (vale dizer, aos moldes do imperialismo tardio) coloca em questão a sobrevivência da humanidade a partir da catástrofe estrutural, sanitária e ecológica dada pela tendência expansiva inerente ao capitalismo.

Primeiro: a crise estrutural, segundo os autores, é dada pelo movimento de elevação da composição orgânica do capital (prescindindo cada vez mais do trabalho físico – que cria mais-valia, o capitalismo se expande buscando formas de extrair mais-valia de lugares ainda “inexplorados”). Isso, por sua vez, tende a limitar o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que “menos rincões inexplorados restam a serem colonizados” (pg. 168).

Segundo: a crise ecológica e sanitária estão intimamente ligadas à lógica expansiva do capitalismo, uma vez que a incorporação de regiões remotas ampliaria as zonas de contatos entre ambientes equilibrados de vírus e bactérias com os ambientes humanos, bem como pelo fato de ocorrer uma interligação produtiva mundial, dinamizando os efeitos de contágio. O cenário, no final, é a morte coletiva, o fim da humanidade, caso o capitalismo não seja “parado”.

Dessa forma, analisando o problema sob uma perspectiva leninista, caberia reavaliar essas duas questões da tese. A primeira, contudo, já demonstramos nos capítulos anteriores: não se pode derivar um esgotamento econômico do capitalismo a partir de Lenin. A visão dos autores se aproxima mais da visão de Rosa Luxemburgo e não identifica o capital financeiro como nova forma de valorização do capital; não identifica que já não é a esfera produtiva a responsável pelos lucros astronômicos, mas sim o “gênio especulativo”; não identifica, além disso, que o globo já está inserido como um todo na internacionalização do capital já no início do século XX, as esferas de influência já estão repartidas. Não caberá aqui retomar este debate, apenas devemos reforçar que **não se pode derivar das contradições do capitalismo seu final histórico.**

A segunda proposta, porém, merece atenção com relação a dois pontos: (i) a relação do capitalismo com o campo, com a agricultura, não se dá extensivamente, mas sim intensivamente. Assim, é compatível com o capitalismo uma atuação mais produtiva

e menos destrutiva, uma atuação “ecológica”. Ou seja, a tese de (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021) ignora o caráter progressista do capitalismo, conforme apontado (principalmente) por (LÊNIN, 1988). (ii) O movimento de expansão do capital realmente tende a pressionar os recursos, em especial as matérias-primas⁶⁵; logo, ao atingir-se a fase monopolista do capitalismo, a expansão das redes imperialistas ao redor do globo tem como um dos fundamentos o controle das fontes de matérias-primas, e não a obtenção de mais-valor para fundamentar a validade científica da “categoria valor”. A tese de (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021), neste sentido, ignora que não se fala (no imperialismo) em um capitalismo concorrencial, mas sim em uma base altamente concentrada, altamente violenta e opressiva, uma base monopólica do capitalismo. (LÊNIN, 2005, p. 83):

*A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar do adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio de Estado. **Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-***

⁶⁵ Isto é coerente com a análise de Lenin, uma vez que a expansão do mercado capitalista se dá pelo mercado de bens de produção.

primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias⁶⁶.

Cabe notar que o desenvolvimento do capitalismo, pela concorrência, gera a superação da pequena pela grande produção⁶⁷. (LÊNIN, 1988 apud SOARES, 1992, p. 62):

A concorrência leva à especialização que, por sua vez, leva à grande produção. O capitalismo cria a possibilidade da grande produção agrícola, uma produção superior à pequena produção. Superior porque é mais radical do ponto de vista técnico.

Ou seja, é necessário reconhecer o caráter progressista do capitalismo. A grande produção não só permite ampliar a escala, mas também rompe com o caráter rudimentar das relações de produção anteriores. (LÊNIN, 1988) apresenta:

Na agricultura como na indústria têxtil, o velho sistema conduz à estagnação das formas de produção (e, pois, do conjunto das relações sociais) e à dominação do atraso. Na agricultura como na indústria, as novas formas de exploração capitalistas, apesar de todas as contradições que lhe são inerentes, representam um enorme progresso⁶⁸.

Esse progresso capitalista no campo amplia o mercado interno capitalista no geral. Em primeiro, passa os meios de produção para as mãos do proprietário (e, com isso, inaugura uma demanda de bens de produção em escala crescente), enquanto

⁶⁶ Grifo meu.

⁶⁷ Este é um ponto fundamental, que está por trás de toda a análise de (LÊNIN, 2005): É a concorrência que gera o monopólio, é a partir dela que se dá o movimento de concentração de capital, de superação da pequena produção pela grande.

⁶⁸ Grifo meu

também cria o mercado de trabalho, “proletarizando” o camponês. (SOARES, 1992, p. 81) resume citações de Lenin:

Contrariamente ao afirmado pelos populistas russos, que a ruína do campesinato, o empobrecimento do "povo", estreitava o mercado interno e dificultava a expansão do capitalismo, Lenin afirmava que a criação dos novos personagens (burguesia e proletariado rurais) significava a criação do mercado interno para a produção capitalista.

Ou seja, o que dá dinamismo ao capitalismo, ampliando o mercado interno, é o desenvolvimento dos bens de produção. Conforme (LÊNIN, 1988 apud SOARES, 1992, p. 81):

Os defensores dessa tese esquecem que a 'liberação' de uma parte dos produtores dos meios de produção subentende, necessariamente, a passagem desses meios para outras mãos, sua conversão em capital, e que, por consequência, os novos proprietários desses meios produzirão sob a forma de mercadorias os produtos que, anteriormente, eram consumidos pelo próprio produtor - vale dizer: ampliam o mercado interno. Esquecem que a ampliação da produção pelos possuidores dos meios de produção coloca no mercado novas demandas de instrumentos, de matérias-primas, de meios de transporte etc., bem como de artigos de consumo (seu enriquecimento acarreta naturalmente o aumento do seu consumo). Esquecem que, para o mercado, o que importa não é o bem-estar do produtor, mas os seus meios pecuniários disponíveis; o declínio do bem-estar de um camponês patriarcal, que antes praticam uma economia predominantemente natural, é perfeitamente compatível com o aumento do volume de recursos pecuniários em suas mãos, pois quanto mais esse camponês se arruina mais é forçado a recorrer à venda de sua força de trabalho e tanto maior é a parte dos meios de subsistência (mesmo que sejam o mais exígues) que ele deve adquirir no mercado.

Este camponês arruinado expõe a nova relação que se dá sob o avanço do capitalismo no campo. Há uma separação cada vez mais clara entre cidade e campo. (SOARES, 1992, p. 97) sintetiza citações de Lenin:

Quando a produção mercantil é pouco desenvolvida, a população residente no campo não se limita a trabalhar na agricultura. A produção da sobrevivência exige que ela exerça tarefas agrícolas e tarefas industriais. Com a expansão da divisão social do trabalho e das trocas, uma parcela cada vez maior da população rural afasta-se da agricultura e passa a exercer atividades puramente industriais.

O aprofundamento do capitalismo no campo, por outro lado, tem uma característica diferente do seu desenvolvimento industrial. Na cidade, observa-se um crescimento da composição orgânica do capital, apesar da elevação do capital variável. No campo, ocorre um crescimento da composição orgânica do capital intensificada pela redução do capital variável. Em termos práticos, isso se reflete no movimento de êxodo rural. (LÊNIN, 1988 apud SOARES, 1992, p. 98):

*A natureza do modo de produção capitalista implica uma constante diminuição da população agrícola em relação à população não-agrícola, tendo em vista que na indústria (em sentido restrito) o crescimento do capital constante face ao capital variável conecta-se ao crescimento absoluto deste último, apesar da sua redução relativa, ao passo que na agricultura o capital variável necessário à exploração de um pedaço de terra determinada diminui de forma absoluta; por conseguinte, ele só pode crescer quando novas terras são exploradas, e que mais uma vez pressupõe um crescimento ainda maior da população não agrícola' (Karl Marx, *o Capital, Livro terceiro, parte segunda*, p.177). O Capitalismo, pois, é inimaginável sem um crescimento da população industrial e comercial às expensas da população agrária.*

Lenin diferencia duas formas de expansão do capitalismo no campo. Uma, por extensão, na qual as formações capitalistas incidem sobre um território ainda não

explorado. Um segundo caso, no desenvolvimento em profundidade, o capitalismo se aprofunda dado o estabelecimento de relações capitalistas. No primeiro caso, consegue-se explorar terras desconhecidas, novas, e possibilita um crescimento do capital variável no campo. No segundo, onde as extensões territoriais já estão povoadas, o desenvolvimento do capitalismo levaria à queda do capital variável no campo. (LÊNIN, 1988 apud SOARES, 1992, p. 98):

É claro, assim, que o fenômeno do crescimento da população industrial só pode ser observado sob uma forma pura num território já povoado, com todas as terras já ocupadas. A população desse território, expulsa da agricultura pelo capitalismo, não tem alternativa senão migrar para os centros industriais ou para outros países. As coisas se passam muito diferentemente se se trata de um território onde nem todas as terras estão ocupadas e que não está completamente povoado. Nesse caso, os habitantes expulsos da agricultura podem 'explorar novas terras' da parte ainda não povoada, do que resulta um crescimento (por algum tempo) da população agrícola não menos ou até mais rápido do que o da população industrial.

(LÊNIN, 1988 apud SOARES, 1992, p. 98 e 99):

Aqui, ocorrem dois processos diferentes: 1) o desenvolvimento do capitalismo no país antigo e povoado ou numa parte do país e; 2) o desenvolvimento do capitalismo nas 'novas terras'. No primeiro, o que temos são relações capitalistas já estabelecidas que se desenvolvem; no segundo, a formação de novas relações capitalistas num território. O primeiro processo implica o desenvolvimento em profundidade do capitalismo; o segundo, o desenvolvimento em extensão.

O que se sucede, uma vez que o processo de mecanização acontece tanto no campo quanto na indústria, é um excesso populacional com relação aos postos de trabalho, é a superpopulação engendrada pelo capitalismo. (SOARES, 1992, p. 99) sintetiza a citação de (LÊNIN, 1974):

A superpopulação, no capitalismo, é o resultado do domínio do capital sobre a produção, pois tal domínio produz uma necessidade menor de trabalhadores para realizar a mesma quantidade de produtos.

Essa subordinação é uma etapa do desenvolvimento do capitalismo, é o ponto mais alto da expropriação dos trabalhadores. (LÊNIN, 1974 apud SOARES, 1992, p. 102):

Esa subordinación empieza, con el capital comercial y con el usurario, y después pasa al capitalismo industrial, que a su vez es al principio muy primitivo desde el punto de vista técnico y no se distingue en nada de los viejos sistemas de producción, organiza luego la manufactura - ésta sigue basada en el trabajo a mano, en las industrias artesanas, que son las dominantes, y no corta los lazos del obrero asalariado con la tierra -, y termina su desarrollo con la gran industria maquinizada. Sólo esta última fase, la superior, punto culminante del desarrollo del capitalismo, crea un obrero completamente expropiado y libre como un pájaro (los populistas siempre presentan las cosas como si el obrero sin tierra fuera una condición necesaria del capitalismo en general y no tan sólo de la industria mecanizada); sólo ella engendra (tanto en el aspecto material como en el social) la 'misión unificadora' del capitalismo, que los populistas atribuyen al capitalismo en general; sólo ella opone al capitalismo su 'hijo carnal'.

Isto é, e aqui há uma questão fundamental: a indústria mecanizada passa a subordinar o campo. O campo se subordina à cidade, e não o contrário. Uma vez que o capitalismo avança sobre o campo, desenvolvendo as classes burguesas e operariado rural, a colocação da grande produção coloca como imperativo o desenvolvimento industrial. Ou seja, se falamos de uma economia em fase imperialista, em fase monopólica, descaracteriza-se as práticas extensivas de produção agrícola, passando-se mais para práticas intensivas em produtividade, em práticas que dispensam mais trabalhadores rurais. (LÊNIN, 1988, p. 148) nos diz:

Do emprego de máquinas resultam a concentração da produção e a aplicação capitalista na agricultura. De um lado, a introdução de máquinas implica ponderáveis capitais, o que a torna acessível apenas aos grandes proprietários; de outro, o investimento com as máquinas só se amortiza sob um imenso volume do produto manufaturado. Com as máquinas, a ampliação da produção torna-se uma necessidade.

Se falamos em agricultura capitalista, o avanço é evidente. (LÊNIN, 1988 apud SOARES, 1992, p. 103 e 104):

[...] se a agricultura está organizada de modo puramente capitalista, isso significa que os trabalhos estão distribuídos mais regularmente ao longo do ano (graças ao afolhamento das culturas, à pecuária racional etc.), que em muitos casos a agricultura se complementa no beneficiamento industrial dos produtos, que a preparação prévia da terra exige maior quantidade de trabalho etc.

O que se pretende com isso, até aqui, é demonstrar, categoricamente que, para Lenin, o avanço do capitalismo, apesar de suas contradições inerentes, tem caráter progressista: possibilita produzir mais com menos, e melhor. O capitalismo rompe com as estruturas arcaicas no campo e “liberta” o trabalhador, fazendo com que ele deixe de depender das relações personalistas com relação ao proprietário rural, permite que ele rompa com os traços de servidão. (LÊNIN, 1988, p. 134) afirma:

É natural que o sistema de pagamento em trabalho⁶⁹ não pode fundar-se no campesinato rico, uma vez que apenas a miséria extrema pode obrigar o camponês a aceitar um trabalho extremamente mal pago e tão ruinoso para o seu estabelecimento. Também não pode servir-se do proletariado

⁶⁹ Lenin refere-se aqui a um sistema de transição da corveia feudal.

rural, embora por razão diversa: sem ter nenhuma propriedade ou possuindo apenas um minúsculo pedaço de terra, o proletariado rural não é tão apegado a ela quanto o camponês ‘médio’, razão pela qual tem mais facilidade de sair e empregar-se em condições ‘livres’, isto é, com um salário mais alto, sem nenhuma servidão. Daí o generalizado descontentamento do nosso latifundiário com o êxodo dos camponeses para as cidades à procura de ‘biscates’ em geral, daí suas queixas de que os camponeses são ‘pouco apegados’. O desenvolvimento do trabalho assalariado puramente capitalista solapa as bases do sistema de pagamento em trabalho.

O capitalismo rompe com o tradicionalismo, com o isolamento dos produtores. (LÊNIN, 1988, p. 137):

Foi precisamente o capitalismo o primeiro a transformar a agricultura de ‘engenhosidade industrial’ em indústria comum, foi precisamente o capitalismo a obrigar a ‘ver as coisas com simplicidade’, a ‘romper com as tradições’ e armar-se de ‘conhecimentos especiais’ [...]. O capitalismo constitui precisamente a força nova que (por intermédio do mercado) criou o controle social da produção dos produtores isolados e obrigou-os a levar em conta as demandas da evolução social. Nisso consiste o papel progressista que o capitalismo desempenhou na agricultura de todos os países europeus.

A partir disso, deve-se esquecer das mazelas do capitalismo? Reconhecer o caráter progressista do capitalismo implica em afirmar este modelo como excelente para o desenvolvimento humano? Claramente que não. Significa, não mais que isso, reconhecer objetivamente, pragmaticamente, o objeto de análise. Não se pode, porém, retirar do capitalismo seu caráter capitalista. (LÊNIN, 1988, p. 151)

Concluindo, devemos observar que, sobre o problema do emprego de máquinas na agricultura, os populistas deram provas de uma extrema inconsequência. Reconhecer que o

emprego de máquinas possui um caráter vantajoso e progressista, defender todas as medidas destinadas a facilitar e a promover este emprego sem admitir que, na agricultura russa, as máquinas são utilizadas de forma capitalista – é rebaixar-se ao ponto de vista dos grandes e pequenos proprietários fundiários. E é precisamente essa atitude dos nossos populistas: sem tentar sequer analisar o tipo de estabelecimentos latifundiários e camponeses que empregam máquinas agrícolas e instrumentos aperfeiçoados, eles ignoram o caráter capitalista desse emprego.

O caráter capitalista está em promover uma superpopulação latente, um exército de reserva, justamente pela expansão do capitalismo no campo, fundamentada na propriedade privada. Conforme (SOARES, 1992, p. 99) sintetiza de (LÊNIN, 1974):

A grande indústria cria um contingente populacional que não consegue encontrar ocupação seja no campo, seja na cidade. A indústria mecanizada cria uma superpopulação relativa às ocupações disponíveis.

A pobreza e a miséria são originadas “nas relações sociais estabelecidas na produção”⁷⁰, isto é, na relação capitalista como um todo histórico. (LÊNIN, 1974 apud SOARES, 1992, p. 106):

La teoría de Marx (...) esta teoría exige únicamente que el ‘problema obrero’ – que como tal existe sólo en la sociedad capitalista – no se resuelta basando-se en ‘investigaciones de carácter general’ relativas a la multiplicación del hombre, sino tomando como base investigaciones especiales de las leyes que rigen las relaciones capitalistas. (...) en primer lugar, sabemos que el propio capitalismo engendra miseria

⁷⁰ (Soares 1992) página 106

antes de llegar a la fase de su desarrollo em que la producción adquiere la forma fabril, antes que las máquinas creen uma superpoblación, em segundo lugar, también la forma feudal de organización de la sociedad, anterior al capitalismo engendraba su propia miseria que legó al capitalismo.

Tendo estes pontos em mente, a tese apresentada por (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021) parece extinguir o caráter de classe da problemática capitalista. Parece aplicar a catástrofe ambiental futura um peso maior do que a catástrofe humanitária que já se abate atualmente sobre a classe trabalhadora, isto é, realiza uma “investigação de caráter geral”. O caráter geral do capitalismo, para os autores, é a exploração (ao estilo sangue-suga), a deterioração ambiental como consequência de um capitalismo que busca extrair mais-valia por extensão, e não por intensidade. Assim, não há caráter progressista no capitalismo (e nunca houve) para os autores. A fase atual do imperialismo (tardio) nada tem de diferente da fase de expansão colonial, nada apresentam de diferença com relação à tese de Rosa Luxemburgo, a não ser a multinacionalização dos capitais, a “mundialização do valor”.

A conclusão que se deriva, assumindo o ponto de vista de (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021), recai sobre a perversidade dos grandes capitalistas, sobre um maniqueísmo “generalizado” que ofusca as questões mais básicas do imperialismo apontadas por Lenin. Vejamos a conclusão de (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021, p. 173):

O que pretendemos sublinhar ao enumerar esses exemplos pontuais é que, embora a capacidade técnica estivesse ao nosso alcance e embora os riscos de um evento pandêmico como esse fossem razoavelmente conhecidos há anos, fomos impactados pela Covid-19 em uma situação de profundo despreparo. Não porque não soubéssemos o que podia e precisava ser feito, mas porque aquilo que podia e precisava ser feito era, em grande medida, incompatível com os requisitos reprodutivos do capital.

A contradição que (CORRÊA, BARRETO e LEITE, 2021) apontam não indica a questão principal do imperialismo: a opressão, o domínio, a “organização” em lugar

da disputa concorrencial. É uma análise generalizada aos “requisitos reprodutivos do capital”. Ignoram a perda de dinamismo concorrencial, a formação de uma oligarquia financeira, de domínios estabelecidos; o imperialismo não passa de um funcionamento geral da livre concorrência em maiores volumes. Ignoram a geração de uma superpopulação, de um exército de reserva. Ainda mais, não observam o caráter social mais “sórdido” do imperialismo: o parasitismo. A contradição central, do ponto de vista leninista, não é a humanidade como um todo, a ausência de justiça no capitalismo. A contradição é entre o desenvolvimento das forças produtivas e a apropriação privada, é entre o parasitismo e a servidão dos povos menos desenvolvidos, é entre o **mais elevado nível de desenvolvimento das forças produtivas e a exclusão da massa miserável dos benefícios deste desenvolvimento.**

Assim, “os requisitos de reprodução do capital”, na fase imperialista, não contradizem com a demora frente à necessidade geral da humanidade, antes, faz parte da reprodução do capital monopólico este retardo, esta organização oligárquica, este parasitismo dos países mais desenvolvidos frente aos mais pobres e servis. Pois aqui já não se fala mais em uma “reprodução do capitalismo geral”, mas sim de sua **forma monopólica.**

Chama particular atenção (Hobson apud LÊNIN, 2005, p. 105 e 106)⁷¹, indicando o grau último do parasitismo:

A maior parte da Europa ocidental poderia adquirir então o aspecto e o caráter que têm atualmente certas partes dos países que a compõem: [...] isto é, um punhado de ricos aristocratas que recebem dividendos e pensões do Extremo Oriente, com um grupo um pouco mais numeroso de empregados profissionais e comerciantes, e um número maior de serventes e de operários ocupados nos transportes e na indústria voltada para o acabamento de artigos

⁷¹ Op. Cit.

manufaturados. Em contrapartida, os principais ramos da indústria desapareceriam, e os produtos alimentícios de grande consumo e os artigos semiacabados correntes afluiriam como um tributo da Ásia e da África. Eis as possibilidades que abre diante de nós uma aliança mais vasta dos Estados ocidentais, uma federação europeia das grandes potências: tal federação, longe de impulsionar a civilização mundial, poderia implicar um perigo gigantesco de parasitismo ocidental: formar um grupo de nações industriais avançadas, cujas classes superiores receberiam enormes tributos da Ásia e da África; isto lhes permitiria manter grandes massas de empregados e criados submissos, ocupados não da produção agrícola e industrial de artigos de grande consumo, mas no serviço pessoal ou no trabalho industrial secundário, sob o controle de uma nova aristocracia financeira. Que os que estão dispostos a menosprezar esta teoria [...] como indigna de ser examinada reflitam sobre as condições econômicas e sociais das regiões Sul da Inglaterra atual, que se encontram nessa situação. Que pensem nas proporções enormes que poderia adquirir esse sistema se a China fosse submetida ao controle econômico de tais grupos financeiros, dos investidores de capital, dos seus agentes políticos e empregados comerciais e industriais, que retirariam lucros do maior depósito potencial que o mundo jamais conheceu com o fim de os consumirem na Europa. Naturalmente, a situação é excessivamente complexa, o jogo das forças mundiais é demasiado difícil de calcular para que seja muito verossímil essa ou outra previsão do futuro numa única direção. Mas as influências que governam o imperialismo da Europa ocidental na atualidade orientam-se nesse sentido, e se não chocarem com uma resistência, se não forem desviadas para outra direção, avançarão precisamente para deste modo culminar este processo.

Atentar-se para a contradição fundamental em Lenin é atentar-se para a **agonia do capitalismo** em sua fase imperialista, é atentar-se para o aspecto central do parasitismo e da explicitação da exploração capitalista. (LÊNIN, 2005, p. 106) diz:

Se o mérito do imperialismo consiste em educar o negro para o trabalho (é impossível evitar a coerção...), o seu perigo consiste em que a Europa descarregue o trabalho físico – a princípio o agrícola e mineiro, depois o trabalho industrial mais rude – sobre os ombros da população negra e se reserve o papel de rentier, preparando talvez desse modo a emancipação econômica, e depois política, das raças negra e vermelha.

São esses os fatores que levam Lenin a caracterizar o imperialismo como antessala do socialismo, **inevitavelmente**. Isto é, a barbárie em (LÊNIN, 2005) não é uma opção.

Este traço é enfatizado no prefácio de Lenin à obra de (BUKHARIN, 1986, p. 13):

[...] A evolução efetua-se, porém, em tais circunstâncias e a um ritmo tal, através de tais antagonismos, conflitos e convulsões – não apenas econômicos, mas também políticos, nacionais etc. – que, antes de chegar-se à criação de um único trunfo mundial, antes da fusão ‘superimperialista’ universal dos capitais financeiros nacionais, o imperialismo deverá inevitavelmente estourar e transformar-se em seu contrário.

Não significa com isso fechar os olhos e buscar se afastar da problemática. O ímpeto revolucionário não derivaria do sonho idealista de que o capitalismo funcionasse a partir da benevolência dos proprietários, mas sim da completa indignação com a exposição das relações sociais forjadas sob a base do capitalismo e do imperialismo. Isto significa dar um **fim político** ao imperialismo, desnudando a ideologia nacional burguesa, a ideologia populista e a ideologia oportunista. Atuando, no presente, a partir das contradições que o imperialismo mesmo gera, desenvolve e estampa no dia a dia da classe trabalhadora. É a partir disso que chegamos às conclusões desta monografia.

7 CONCLUSÕES

Este trabalho proporcionou conhecimentos aprofundados sobre as teses de Lenin, sobre os estudos de Bukhárin, de Rosa Luxemburgo e, sobretudo, dos estudos realizados pelo orientador desta monografia, Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares. Possibilitou, também, um contato mais aprofundado com os debates realizados em âmbito nacional, qualificando as críticas levantadas neste estudo e desenvolvendo novas questões que podem ser tratadas em estudos posteriores, sendo um exemplo desse avanço o estudo de (CUNHA, 2021).

Do ponto de vista dos autores fundamentais do imperialismo, destaca-se como possibilidade de avanço a notoriedade que as teses políticas de Lenin possuem e não foram tratadas neste trabalho. Aliás, este estudo termina aí: instigando o avanço na direção política como forma de derrubada do imperialismo, que agoniza em sua dinâmica econômica. Como forma, no fim das contas, de encerrar a agonia do capitalismo sem dinamismo, do capitalismo parasitário. Neste campo, ainda vale aprofundar-se em (BUKHARIN, 1986), bem como em (LUXEMBURGO, 2021).

Ainda tratando-se de Lenin, vale o aprofundamento da relação existente com as obras de Marx, chamando atenção (neste trabalho, isto é, tratando da dinâmica econômica do imperialismo) a forte afirmação que Lenin faz, em sua análise da socialização da grande produção, de (MARX, 2009). Contudo, ao mesmo tempo que afirma, não aponta a luta de classes como principal motor da elevação da composição orgânica do capital e, assim, desenvolve o monopólio como consequência da concorrência.⁷² Esta é uma questão de distanciamento entre Marx e Lenin que merecerá atenção futura.

Já do lado dos economistas e intelectuais brasileiros, aprofundar neste debate e no entendimento deste país trouxe grandes articulações com o debate sobre a tese do imperialismo tardio, especialmente pela atualidade com que esses estudos foram

⁷² (SOARES, 2021) demonstra que não são, contudo, visões excludentes. Vale sobre isso ver: <https://www.youtube.com/watch?v=YG79uZM4ML8>

produzidos (já tratando de “globalização” nas décadas de 50,60 e 70). Aprofundar-se no debate entre a teoria da dependência e o “desenvolvimento dependente associado” de (CARDOSO e FALETTO, 1970) surgiu como uma necessidade de se discutir imperialismo ao pensarmos em Brasil. Sobretudo com as ressalvas críticas de (WEFFORT, 2022), (SOARES, 2004) e (SADER, 1995).

Este trabalho não gerou, contudo, um convencimento de que nos situamos atualmente em um imperialismo diferente, mais atualizado, mais mundializado, como as teses que aqui criticamos buscam fazer pensar. Pelo contrário, demonstramos que as formulações das teses do imperialismo tardio, bem como de seu reflexo como catástrofe ambiental não realizam nenhuma atualização, não possibilitam enfocar características mais relevantes daquelas que já eram explicitadas por Lenin, e, ainda, ofuscaram as questões centrais do imperialismo apontado por ele. Assim, configura-se um oportunismo o discurso de atualização da teoria de Lenin (por sua suposta defasagem temporal e qualitativa do imperialismo) observado, em especial, em (FERNANDES, 2021).

Demonstramos aqui que Lenin não aponta para um modelo de imperialismo, sendo inclusive discutível a utilização do termo “categoria”, conforme utilizado por (SABADINI e CAMPOS, 2021). Lenin não apresenta uma lei econômica que determina o destino dos povos, não argumenta em favor de uma divisão internacional do trabalho, de uma divisão do mundo em polos estruturalmente miseráveis e atrasados contra um polo desenvolvido e rico. O que Lenin nos apresenta são relações, características, aspectos centrais do quadro que o imperialismo proporciona. O imperialismo não como política, não como relação estatal, mas como **fase do capitalismo**, que tem sua unidade central em uma questão tão simples que chega a fugir aos intelectuais: esta unidade é o monopólio. O imperialismo se configura, especialmente, por ter a dinâmica concorrencial do capitalismo alterada pela concentração da produção e todas as características que daí decorrem.

Em última instância, Lenin nos apontou para o problema de forma pragmática, de forma que permite realmente identificar o imperialismo como um quadro mais amplo do que todos os autores (com exceção de Bukhárin) nos proporcionaram até aqui. E, principalmente, permitiu o avanço a partir deste pragmatismo; o avanço por se situar no presente, não ignorando as características progressistas que nos trouxeram até aqui, mas apontando com maior fervor as contradições inerentes ao sistema

capitalista, apontando para suas relações mais sórdidas e parasitárias, apontando para sua opressão cotidiana de classe e de nações. Lenin não nos esconde nada, expõe tudo aos ares. E é nisso que seu estudo pode acender algum pavio.

8 REFERÊNCIAS

- AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- AMIN, S. O Imperialismo, passado e presente. **Tempo**, 9, n. jan/jun, 2005.
- AMIN, S. **LaLey del Valor Mundializada**. Madrid: El viejo Topo, 2011.
- AMIN, S. **Eurocentrismo**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- BUKHARIN, N. I. Imperialismo e acumulação de capital. In: LUXEMBURG, R.; BUKHARIN, N. **Imperialismo e acumulação de capital**. Lisboa: [s.n.], 1972.
- BUKHARIN, N. I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, F. H.; FALETTI, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CORREA, H. F. Neo-imperialismo: fase superior do neoliberalismo? (Sobre a necessidade do imperialismo no século XXI). **Revista Outubro**, 2020.
- CORRÊA, H.; BARRETO, E. S.; LEITE, E. A morte lhe cai bem: capitalismo em crises e imperialismo. **Revista Fim do Mundo**, n. set/dez, 2021. 147-180.
- CUNHA, R. C. C. **A geoconomia da cadeia produtiva da soja no Brasil**. [S.I.]: [s.n.], 2021.
- ENDERWICK, P.; BUCKLEY, P. Rising regionalization: will the post-COVID-19 world see a retreat from globalization?. **Transnational Corporations Journal**, 72, n. n.2, 2020.
- ENFU, C.; BAOLIN, L. Five Characteristics of Neoimperialism: Building on Lenin's Theory of Imperialism in the Twenty-First Century. **Monthly Review**, 73, n. Maio, 2021.
- FERNANDES, L. E. Imperialismo Tardio: notas sobre o seu debate recente. **Revista Fim do Mundo**, n. set/dez, 2021. 73-104.
- FOSTER, J. B. Late Imperialism. **Monthly Review**, 71, n. July/August, 2019.
- FUCHS, C. Critical Globalization Studies: An Empirical and Theoretical Analysis of the New Imperialism. **Science & Scoiety**, 74, 2010.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- HOBSON, J. A. **A Evolução do capitalismo moderno:** um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- JÚNIOR, P. D. A. S. Por que Voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução. In: LÊNIN, V. I. **O Imperialismo:** fase superior do capitalismo. [S.I.]: Navegando, 2011.
- LEITE, L. **O capital no mundo e o mundo do capital:** uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx. Niterói: Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal Fluminense, 2017.
- LÊNIN, V. I. **Contenido Económico Del Populismo Y Su Critica En El Libro Del Señor Struve:** Reflejo Del Marxismo En La Literatura Burguesa, Escritos Econômicos (1892-1899), Vol. 1. Madrid/México: Siglo Veintiuno, 1974.
- LÊNIN, V. I. **Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo' Y Como Luchan Contra Los Socialdemócratas? Respuesta A Los Artículos de Russkoie Bogatstvo Contra Los Marxistas, Escritos Econômicos (1892-1899), Vol II, 2^a ed..** Madrid/México: Siglo Veintiuno, 1979.
- LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LÊNIN, V. I. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. [S.I.]: Centauro, 2005.
- LOSURDO, D. **O marxismo ocidental:** como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2020.
- LUKÁCS, L. **O pensamento de Lênin.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- MAGDOFF, H. **A era do imperialismo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- MALM, A. Revolution in a Warming World: Lessons from the Russian to the Syrian Revolutions. **Socialist register**, 2017.
- MALM, A. **The Progress of This Storm.** Londres: Verso, 2018.
- MALM, A. **Corona, climate, chronic emergency:** war communism in the twenty-first century. Londres: Verso, 2020.
- MARIUTTI, E. B. John Hobson: liberalismo, imperialismo e reforma social, Texto para Discussão. **IE-Unicamp**, Campinas, 2021.
- MARX, K. **Miséria da Filosofia.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MELLO, J. M. C. D. **O Capitalismo Tardio:** Contribuição a Revisão Crítica Da Formação E Desenvolvimento Da Economia Brasileira. [S.I.]: Unicamp, 1975.

- PATNAIK, P.; PATNAIK, U. Whatever Happened to Imperialism? **Monthly Review**, 42, n. nov., 1990.
- PATNAIK, P.; PATNAIK, U. **A Theory of Imperialism**. New York: Columbia Press, 2017.
- SABADINI, M. D. S.; CAMPOS, F. A. D. O capital financeiro na origem do imperialismo: uma leitura sobre seu uso categorial no debate clássico. **Revista Fim do Mundo**, n. set/dez, 2021. 21-52.
- SADER, E. **Da teoria do autoritarismo ao Deus Mercado - A teoria de FHC achou no neoliberalismo seu porto de chegada**. [S.I.]: [s.n.], 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/11/mais!/5.html>>.
- SMITH, J. Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis. **Monthly Review Press**, 2016, New York.
- SOARES, P. D. T. P. L. **Um Estudo Sobre Lenin E As Defesas Da Reforma Agrária No Brasil**. São Paulo: Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, 1992.
- SOARES, P. D. T. P. L. FHC esqueceu o que disse nos anos 1960/1970? **IV Colóquio Latino Americano de Economia Política, FGVSP**, 2004.
- SOARES, P. D. T. P. L. Lenin e a fase monopolista/imperialista do capitalismo Paulo. **Revista Fim do Mundo**, n. set/dez, 2021. 231-254.
- SOARES, P. D. T. P. L. **Reflexões, a partir de Losurdo, sobre o marxismo ocidental**. Praia da Jureia: [s.n.], 2021.
- SUWANDI, I. Labor-Value Commodity Chains. **Monthly Review**, 71, n. July/August, 2019.
- SUWANDI, I. Value Chains: The New Economic Imperialism. **New York: Monthly Review Press**, 2019.
- WALLACE, R. Big farms make big flu. **Monthly Review Press**, 2016.
- WALLACE, R. Dead epidemiologists: on the origins of COVID-19. **Monthly Review Press**, 2020.
- WEFFORT, F. **O populismo na política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.
- WOOD, E. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.